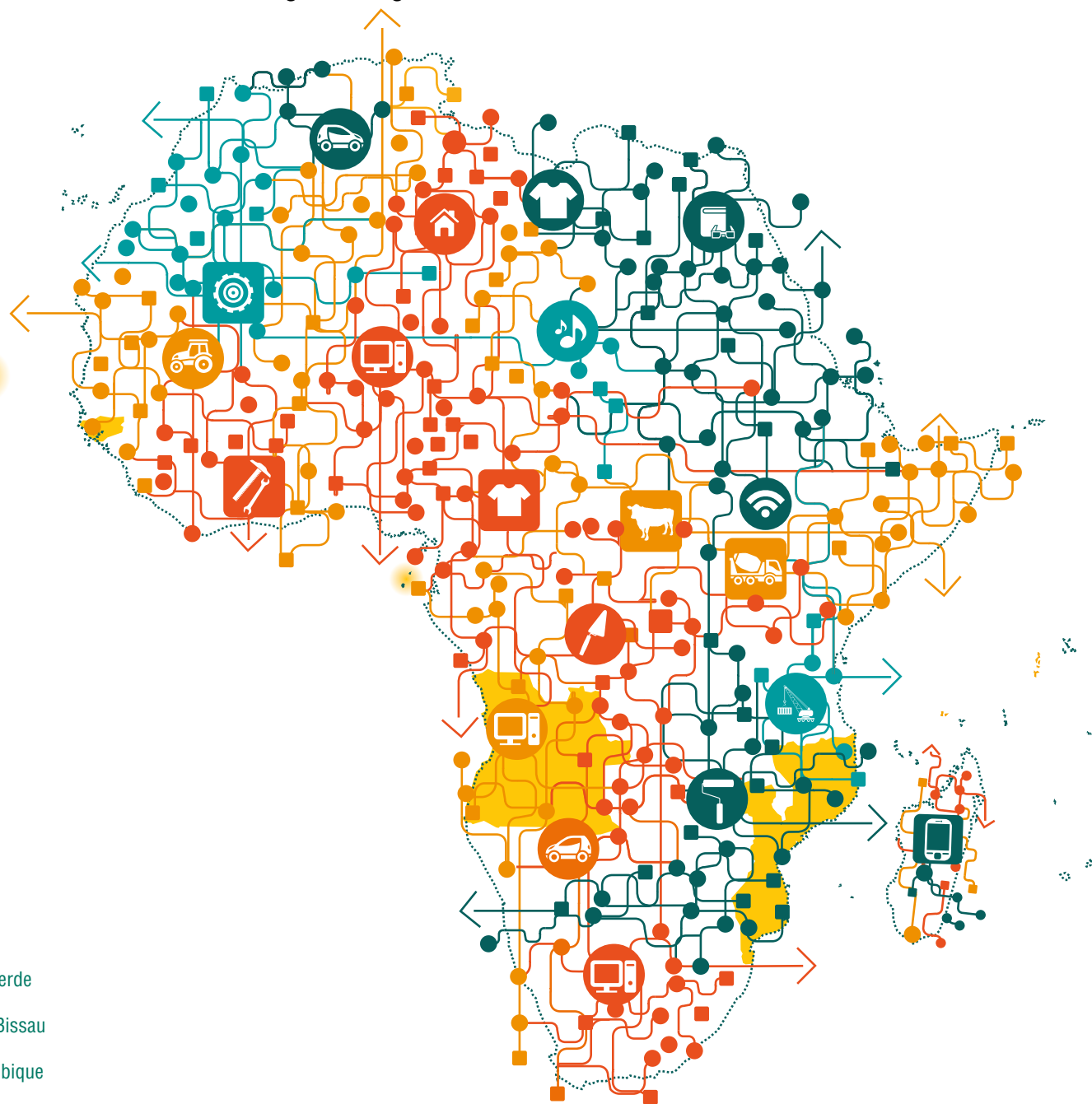


Perspetivas económicas em África 2014

Países Africanos da CPLP

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



- Angola
- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- Moçambique
- São Tomé e Príncipe



*Empowered lives.
Resilient nations.*

Perspetivas económicas em África 2014

Países Africanos da CPLP
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



*Empowered lives.
Resilient nations.*

AFRICAN DEVELOPMENT BANK
DEVELOPMENT CENTRE OF THE ORGANISATION
FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT
UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME



As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, seu conselho de administração, ou os países que representam, a OCDE, o Centro de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas, a Comissão Económica de NU para África, a União Europeia, o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico ou os estados membros de quaisquer das instituições anteriores.

Este documento e todo mapa que tenha sido incluído são sem prejuízo do estatuto de ou da soberania sobre qualquer território, da delimitação de fronteiras internacionais e do nome de todo território, cidade ou área.

Créditos das fotos: Design da capa pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Corrigenda às *Perspetivas económicas em África* poderão ser encontrados online na página: www.africaneconomicoutlook.org/po.

© African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme (2014).

O conteúdo desta publicação pode ser copiado, baixado ou imprimido para uso pessoal. Partes do conteúdo dela, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da BAfD, OCDE, PNUD, CEA como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.

Índice

Visão Regional	4
Angola	9
Cabo Verde	23
Guiné-Bissau	39
Moçambique	53
São Tomé e Príncipe	69

Esta é uma edição complementar para as *Perspetivas económicas em África 2014*.

Outro volumes Regionais estarão disponíveis para:

África Central
África Austral
África Ocidental
África Oriental
Norte de África



Visão Regional

Angola

Trata-se do maior dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e é potencialmente o mais rico em termos de recursos, com destaque para o petróleo e os diamantes.

Nos últimos anos o país levou a cabo um processo de ajustamento que permitiu, a par das elevadas receitas petrolíferas, a sua consolidação macroeconómica, a queda da inflação para mínimos históricos, a melhoria das posições orçamental e externa, o reforço das reservas externas e a redução do peso da dívida.

Em 2013, o PIB registou um crescimento de 5.1%, abaixo do previsto, e deverá atingir 8% em 2014 e 8.8% em 2015, estimulado pelos grandes investimentos públicos em infraestruturas.

É justo sublinhar, que o crescimento do PIB ficou a dever-se, principalmente, aos sectores não-petrolíferos, nomeadamente, energia, agricultura, indústria, pescas e construção civil. De facto, as taxas de crescimento destes sectores têm sido, desde 2006, superiores às registadas no sector petrolífero.

Apesar dos bons indicadores económicos, são necessárias novas políticas com vista a retirar os angolanos da pobreza. Os indicadores sociais, embora tenham melhorado significativamente, no entanto não acompanharam o forte ritmo de crescimento da economia. Com efeito, cerca de 36% da população vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego permanece em 26%.

O Governo tem tomado medidas destinadas a melhorar as condições de vida dos angolanos. Elevados investimentos estão a ser feitos com vista a expandir o acesso à energia eléctrica, água e transportes. Angola precisa acelerar a diversificação económica e reduzir a dependência do petróleo, que responde por cerca de 46% do PIB, 80% das receitas do Estado e 95% das exportações do país.

São necessários mais investimentos em competências e infraestruturas com vista a melhorar o desenvolvimento humano.

O país tem de obter uma melhor posição na cadeia de valor global da indústria petrolífera e ampliar a sua participação em sectores como o gás natural liquefeito, o metanol e noutros sectores de alto potencial.

Cabo Verde

Estado insular, é o mais árido dos PALOP. As secas foram ao longo dos tempos o grande flagelo das ilhas, contribuindo para a degradação ambiental e o empobrecimento da população. A agricultura continua a ser um dos principais sectores e fonte de riqueza, a par das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes da diáspora.

A partir de 2012, a economia foi atingida pela conjuntura económica internacional desfavorável. O crescimento do PIB caiu de 4% em 2011, para 2.5% em 2012 e 1% em 2013.

O abrandamento da conjuntura externa e a redução da procura interna determinaram o abrandamento do crescimento económico de Cabo Verde, com repercussões negativas nas contas públicas. No entanto, a redução das importações de bens e o contínuo crescimento das receitas do turismo permitiram a melhoria das contas externas e o reforço das reservas externas e consequente auxílio à política monetária e defesa do regime cambial de ancoragem ao euro.

Cabo Verde está no bom caminho para alcançar a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, mas ainda permanecem desafios significativos, em especial o elevado desemprego e as persistentes desigualdades sociais. Aspecto positivo reside no facto de ser um dos países africanos que regista uma maior taxa de participação da mulher na sociedade e na administração pública, estando também entre os que mais têm combatido com sucesso o analfabetismo.

Com uma diminuta base produtiva, Cabo Verde relaciona-se com as cadeias de valor globais, principalmente através do turismo e do trabalho. O sector do turismo é o mais envolvido nas cadeias de valor globais, tendo-se tornado, desde 2005, num importante motor do crescimento.

Guiné-Bissau

Regista uma enorme dependência alimentar, um grande atraso tecnológico e um diminuto e depauperado tecido empresarial.

A Guiné-Bissau, após a contracção verificada em 2012, recuperou e registou uma taxa de crescimento de 0.3% do PIB em 2013. As exportações e a renovação do envolvimento dos parceiros de desenvolvimento foram os principais factores desse crescimento. Para 2014 é esperado um crescimento de 2.8%. Em 2015 deverá atingir 2.6%.

A inflação mantém-se a níveis baixos, devido à estabilidade cambial decorrente da participação do país na zona do franco CFA.

A situação humana e social deteriorou-se devido à falta generalizada de recursos do Estado e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde. O país regista um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH). Em paralelo, a insegurança alimentar deteriorou-se seriamente: mais de um terço da população está em situação de subnutrição.

Finalmente, a Guiné-Bissau, de um modo geral, está mal integrada nas cadeias de valor globais (CVG), especialmente devido ao ambiente de negócios desfavorável e à falta de infraestruturas de suporte à produção.

Moçambique

O investimento e as exportações dos megaprojectos, sobretudo de gás natural, carvão e areias pesadas, têm sido determinantes no crescimento de Moçambique. No entanto, as importações daqueles sectores pressionaram a balança corrente externa, ainda que o investimento directo estrangeiro tenha possibilitado o reforço das reservas cambiais. As contas públicas melhoraram, beneficiando do aumento das receitas dos impostos e de uma ligeira redução do investimento público.

Em 2013, o PIB real registou um crescimento de 7%, menor do que o esperado devido às graves inundações ocorridas no início do ano. O aumento progressivo da produção de carvão e a implementação de grandes projectos de infraestruturas devem continuar a impulsionar o crescimento do PIB, projectado para 8.5% em 2014 e 8.2% em 2015.

A natureza do crescimento de Moçambique, com base em capital intensivo, tem tido um impacto limitado no emprego e registou um efeito menor do que o desejável na redução da pobreza. Moçambique continua a ser um dos países menos desenvolvidos do mundo.

Os principais motores do crescimento foram o investimento directo estrangeiro (IDE), principalmente no sector extrativo, e o aumento da despesa pública. Em 2013, os sectores que mais cresceram foram o sector extrativo, impulsionado pelo aumento das exportações de carvão, e o sector financeiro, impulsionado pela expansão do crédito e pelo aumento do rendimento, principalmente nas áreas urbanas. A agricultura, que emprega 70% da população, não possui o mesmo dinamismo económico, embora esteja a crescer acima de 4%.

Assumindo um ambiente político estável, as perspectivas para 2014 e 2015 são positivas, prevendo-se um crescimento acima de 8% suportado pelo aumento da produção de carvão, a continuação do investimento público e o início previsto dos trabalhos preparatórios da fábrica de gás natural liquefeito (GNL).

A economia moçambicana apresenta uma baixa transformação estrutural, confinada principalmente a megaprojectos nos sectores do alumínio, indústrias extractivas e energia. O fraco capital humano e as deficientes infraestruturas limitam seriamente o desenvolvimento económico e social do país.

O papel residual de Moçambique nas cadeias globais de valor (CGV), praticamente limitado à fábrica de fundição de alumínio da Mozal, poderá ser alterado pelo desenvolvimento de clusters industriais específicos relacionados com o gás natural e a energia.



São Tomé e Príncipe

A agricultura (cacau) e o turismo, são as principais fontes do PIB santomense. Cerca de 40% da população é pobre, num país com uma elevada dívida externa e uma baixa produção. Este cenário parece, no entanto, poder vir a mudar, já que foram identificadas e avaliadas enormes potencialidades para o país de extração de petróleo no seu *off-shore*.

Em 2012, o ritmo de expansão da economia santomense registou um abrandamento, em resultado da escassez de financiamento externo e da consequente redução das reservas cambiais. O arrefecimento da economia afectou o volume das receitas tributárias, mas um esforço bem-sucedido de redução da despesa pública permitiu preservar a consolidação orçamental e a consequente descida sustentada da inflação.

Em 2013, o crescimento real do PIB cifrou-se em 4.3%, abaixo do programado. A economia deverá crescer 4.8% em 2014 e 5.6% em 2015, devido a um aumento moderado do investimento directo estrangeiro, em particular por parte dos parceiros bilaterais.

A participação nas cadeias de valor globais (CVG) representaria uma oportunidade extraordinária para São Tomé e Príncipe, proporcionando valor acrescentado às suas duas principais culturas de exportação, o cacau e o café. A falta de mão-de-obra qualificada na indústria do cacau determina a exportação de matérias-primas, principalmente para a Europa, negando a São Tomé e Príncipe a possibilidade de beneficiar do segmento mais lucrativo da cadeia de valor do mercado de confeitaria – o processamento do cacau em chocolate. Nos últimos anos, com a construção de uma fábrica de chocolate, São Tomé e Príncipe iniciou o processamento local de sementes de cacau em chocolate. Tal situação não só aumenta o valor das exportações, como também constitui um factor gerador de emprego.

Indicadores macroeconómicos

Crescimento real do PIB (%)	2005-09	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Angola	15.9	3.4	3.9	5.2	5.1	7.9	8.8
Cabo Verde	6.1	1.5	4.0	2.5	1.0	3.1	3.3
Guiné-Bissau	3.3	4.5	5.3	-1.5	0.3	2.8	2.6
Moçambique	7.5	7.1	7.3	7.2	7.0	8.5	8.2
São Tomé e Príncipe	5.9	4.5	4.9	4.0	4.3	4.8	5.6
AFRICA	5.3	5.0	3.3	6.4	3.9	4.8	5.7
Índice de preços no consumidor	2005-09	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Angola	14.9	14.5	13.5	10.3	9.3	8.3	7.8
Cabo Verde	3.5	2.1	4.5	2.5	1.5	1.8	2.0
Guiné-Bissau	3.5	2.3	5.0	2.1	1.0	1.5	1.8
Moçambique	8.3	12.7	10.4	2.2	4.3	5.6	5.1
São Tomé e Príncipe	21.5	13.3	14.3	10.6	8.5	7.9	8.1
AFRICA	8.0	7.3	9.1	8.9	6.7	7.2	6.4
Saldo orçamental global (em % do PIB)	2005-09	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Angola	2.1	5.6	10.2	8.7	2.4	-5.0	-6.9
Cabo Verde	-2.7	-10.6	-7.7	-9.8	-7.9	-7.7	-8.0
Guiné-Bissau	-2.3	0.2	-0.6	-2.7	-4.7	-3.6	-4.9
Moçambique	-4.1	-3.3	-6.2	-3.9	-6.9	-10.8	-11.7
São Tomé e Príncipe	27.8	-11.0	-12.0	-10.7	-6.9	-6.2	-5.1
AFRICA	1.0	-2.6	-3.0	-2.9	-3.9	-4.5	-4.0
Balança de transacções correntes (em % do PIB)	2005-09	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Angola	12.8	8.1	12.6	9.9	5.7	4.3	4.0
Cabo Verde	-10.6	-13.5	-16.2	-11.7	-5.7	-10.1	-10.0
Guiné-Bissau	-4.4	-8.4	-1.8	-9.5	-6.6	-5.8	-5.7
Moçambique	-11.4	-12.1	-23.8	-36.0	-43.4	-43.0	-43.1
São Tomé e Príncipe	-24.6	-23.0	-26.8	-20.5	-18.4	-14.7	-13.9
AFRICA	5.8	0.1	-0.7	-1.7	-2.7	-2.5	-2.2
Balança comercial (em % do PIB)	2005-09	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Angola	48.3	40.1	45.2	44.4	39.1	32.8	30.2
Cabo Verde	-40.7	-41.0	-45.4	-40.3	-37.4	-36.1	-34.5
Guiné-Bissau	-7.7	-8.3	-1.5	-8.1	-6.2	-6.6	-6.4
Moçambique	-7.9	-12.9	-17.9	-18.7	-18.6	-16.2	-14.4
São Tomé e Príncipe	-38.0	-42.4	-42.5	-37.3	-32.0	-27.2	-24.1
AFRICA	5.3	2.7	2.9	1.8	0.7	0.0	-0.2

Nota: (e) estimativas; (p) projecções. * Ano fiscal Julho (n-1)/Junho (n). ** Ano fiscal Abril (n)/Março (n+1).

Fonte: Cálculos dos autores.

ANGOLA

2014

Joel Muzima / j.muzima@afdb.org
Domingos Mazivila / domingos.mazivila@undp.org





ANGOLA

- O PIB de Angola cresceu 5.1% em 2013, um nível abaixo do previsto. No entanto, uma nova aceleração está prevista a partir de 2014.
- Apesar dos bons indicadores económicos, são necessárias políticas para retirar os angolanos da pobreza.
- É necessário investir em competências e infraestruturas de forma a melhorar o desenvolvimento humano.

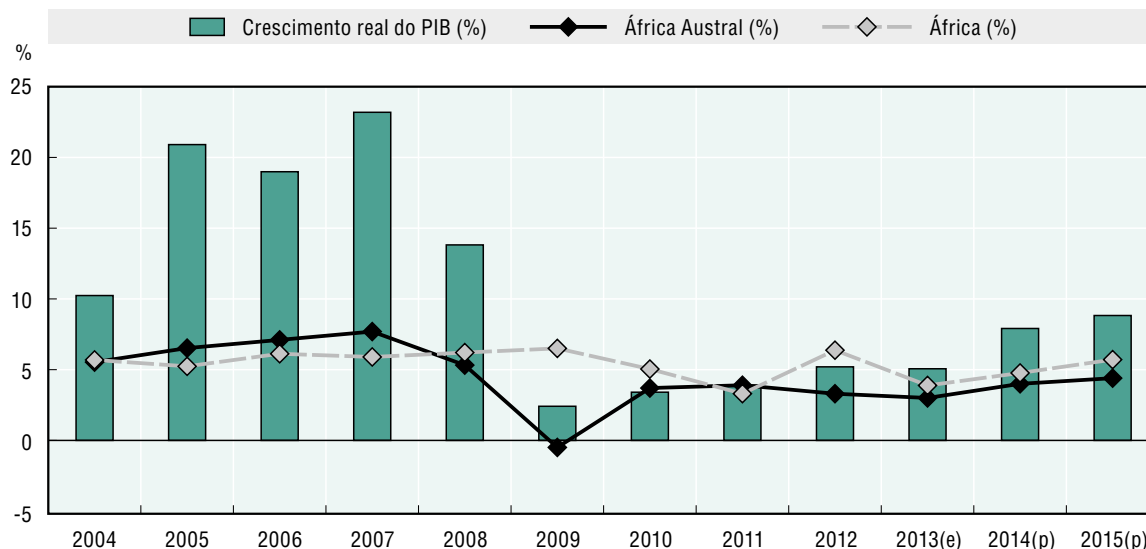
Visão global

A economia do segundo maior produtor de petróleo de África cresceu de 5.1% em 2013, abaixo dos 7.1% esperados. O produto interno bruto adicional de Angola deveu-se principalmente ao setor não petrolífero, nomeadamente a energia, a agricultura, as pescas, a indústria manufatureira e a construção civil. O crescimento deverá atingir 7.9% em 2014, e 8.8% em 2015, estimulado pelos grandes investimentos públicos em infraestruturas.

Os indicadores sociais não acompanharam o forte ritmo de crescimento da economia. Cerca de 36% da população vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego permanece elevado, a 26%. O governo tem tomado medidas para melhorar as condições de vida, e investimentos importantes estão a ser feitos com o objetivo de expandir o acesso à energia elétrica, água e transportes. A fim de impulsionar os negócios, estão a ser modernizadas as políticas do setor financeiro, com a introdução de uma nova taxa de câmbio para o setor petrolífero, e uma lei para o setor mineiro. Embora as políticas estruturais sejam positivas, Angola precisa de acelerar a diversificação económica e de reduzir a dependência do petróleo, que corresponde a cerca de 46% do PIB, 80% das receitas do Estado e 95% das exportações do país.

Praticamente todos os principais bens e serviços para a indústria do petróleo são importados. O país tem de obter uma posição na cadeia de valor da indústria petrolífera global e ampliar a sua participação em setores como o gás natural liquefeito, o metanol e outros setores de alto potencial. No entanto, as más condições das estradas, portos, aeroportos e ligações ferroviárias, dificultam os esforços para alcançar os mercados externos, e há também limitações no fornecimento de energia. As dificuldades no acesso ao financiamento e as barreiras administrativas à livre circulação de bens e de trabalhadores também são outros obstáculos. O governo tem utilizado a lei das atividades petrolíferas e decretos de conteúdo local para promover os interesses nacionais no setor petrolífero. Este quadro jurídico também serve para promover a criação de competências locais, através da “angolanização” dos recursos humanos, e para aumentar a participação das empresas locais, dando tratamento preferencial a empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: Departamento de Estatística do BAD. Estimativas (e) e previsões (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	5.2	5.1	7.9	8.8
Crescimento real do PIB <i>per capita</i>	2.1	2.0	4.9	5.8
Inflação medida pelo IPC	10.3	9.3	8.3	7.8
Saldo orçamental, em % do PIB	8.7	2.4	-5.0	-6.9
Conta corrente, em % do PIB	9.9	5.7	4.3	4.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Em 2013, a atividade económica de Angola foi prejudicada pela taxa de execução das despesas petrolíferas inferior às previsões e pela deficiente gestão da dívida pública. O crescimento do PIB de 5.1% foi impulsionado pela robusta atividade não-petrolífera, nomeadamente a energia (22% de expansão), as pescas (10%), a agricultura (9%), a indústria manufatureira (8%) e a construção civil (8%).

O aumento do crescimento económico previsto para 2014 e 2015 baseia-se no pressuposto de que as exportações de petróleo atingirão 62.9 mil milhões de USD em 2014 e 67.4 mil milhões de USD em 2015. Tal vai depender de um preço médio do petróleo de 98 USD por barril e de um forte investimento direto estrangeiro, que deverá atingir 15.7 mil milhões de USD em 2014, acima dos 15.1 mil milhões de USD verificados em 2012. As remessas dos trabalhadores estão projetadas para estabilizar nos 529 milhões de USD em 2014. No entanto, o volume de financiamento externo deve aumentar de 5.760 milhões de USD em 2013, para 10.4 mil milhões de USD em 2014, devido ao grande aumento do endividamento externo destinado a financiar despesas de capital.

Os riscos decorrentes da economia global e os potenciais choques petrolíferos constituem ameaças para as projeções de crescimento. O ritmo lento da diversificação económica não ajuda a baixar a taxa de desemprego de 26%, ao mesmo tempo que Angola regista um coeficiente de Gini de desigualdade de rendimentos, de 0.586, que é um dos mais altos da região. Estas constituem todas ameaças à coesão social e realçam a necessidade de políticas socioeconómicas que impulsionem o desenvolvimento e retirem os angolanos da pobreza.



Angola está a fazer esforços para aumentar a produção petrolífera e manter a sua posição como segundo maior produtor de África. A produção deve passar de 1.8 milhões de barris por dia (bpd) em 2013, para 2.0 milhões de bpd em 2016, com a exploração de novos campos, nomeadamente: o complexo composto pelos campos Plutão, Saturno, Vénus e Marte, da British Petroleum, os poços exploratórios em águas profundas, da Cobalt Internacional Energy e o projeto de desenvolvimento da Mafumeira Sul, ao largo da costa angolana, da Chevron. No entanto, se a exploração for adiada ou se o crescimento económico na China e nos Estados Unidos for menor do que o esperado, existem riscos. Com a diversificação em progresso, o setor não-petrolífero deverá impulsionar o crescimento económico devido à sua aceleração para 9.7%, em 2014, contra 4.5% para o setor petrolífero. O Estado também está a incitar as empresas petrolíferas a reforçar as suas ligações ao resto da economia. De facto, a crucial indústria do petróleo emprega apenas 1% dos trabalhadores angolanos.

A lei das minas, promulgada em Novembro de 2012, que reduziu os impostos sobre as receitas de 35% para 25%, levou a um investimento significativo de empresas como a produtora de diamantes De Beers e a Sumitomo Corp, que está a desenvolver uma fábrica de amónio e de ureia. Os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que os diamantes são responsáveis por 1% do PIB de Angola e o país é o segundo produtor africano em quantidade, depois do Botswana. Angola é também o quarto maior produtor mundial de diamantes em bruto. O Grupo do Processo de Kimberley estima que a produção de diamantes de Angola, em 2012, ascendeu a 1.16 mil milhões de USD. Em Outubro de 2013, a Companhia australiana Lucapa Diamond revelou que em Janeiro desse ano, extraiu uma pedra com 95.45 quilates, um diamante branco raro, na sua concessão de Lulo, na província angolana de Lunda Norte. O banco russo VTB África é referido como estando disponível para financiar a nova expansão da mina de diamantes de Catoca, no montante de 207 milhões de USD.

Os solos de alta qualidade e o bom abastecimento de água tornam a agricultura um setor importante para Angola. A agricultura é responsável por 11% do PIB e 70% do emprego total. Em 2013, a produção agrícola cresceu 8.6% devido principalmente, a um forte crescimento na produção de cereais. Angola já foi o quarto maior produtor de café do mundo, mas em geral a agricultura é afetada pela limitada concorrência e infraestruturas de processamento, e a falta de cooperação entre os pequenos agricultores. De acordo com o Instituto Nacional dos Cereais, Angola precisa de 4.5 milhões de toneladas anuais de cereais, mas só produz cerca de 55% do milho que necessita, 20% do arroz e apenas 5% do trigo necessário. O governo gasta cerca de 2 mil milhões de USD por ano na agricultura, com cerca de 75% dos recursos financiados pelo China Export-Import Bank. O Brasil, a Espanha e Israel também financiam projetos agrícolas.

O crescimento anual da indústria manufatureira subiu de 6.5% em 2012, para 8% em 2013, impulsionado pela indústria das madeiras, do cimento e da produção de materiais elétricos. Existe um plano para a construção de uma nova fábrica de cimento em Lobito, com uma capacidade de produção de 500 000 toneladas anuais de clínquer e de cerca de 650 000 toneladas anuais de cimento. Está previsto um investimento de 900 milhões de USD na mina de minério de ferro do Cassinga, de 400 milhões USD em projetos de manganês, ao mesmo tempo que se irá desenvolver a produção de 400 000 toneladas de fertilizantes. Em 2013, a empresa japonesa Marubeni Corp anunciou um investimento de mil milhões de USD, com vista a renovar três fábricas de tecidos que irão empregar 2 700 pessoas. As fábricas deverão iniciar a produção em 2015.

Angola tem usado a exploração petrolífera para promover o rápido desenvolvimento de outros setores, incluindo os serviços que atualmente representam 21.7% do PIB. O setor ainda está na fase inicial de desenvolvimento e, em 2013, cresceu 5.4%, contra 10% em 2012. A classe média emergente é o principal motor de crescimento. De 2011 a 2013, cerca de 4.1 mil milhões de USD de investimento estrangeiro foram investidos em bens imobiliários por empresas brasileiras e chinesas levando à construção de novas cidades. A Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) referiu que várias empresas multinacionais - com interesses que vão do setor retalhista à hotelaria - planeiam estabelecer um projeto de desenvolvimento comercial, no montante de 2.5 mil milhões de USD, na Baía de Luanda.



Tabela 2. PIB por sectores (em percentagem)

	2008	2012
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	6.8	10.2
Nomeadamente pesca		
Indústria extractiva	59.0	47.0
Nomeadamente petróleo	57.9	46.0
Indústria transformadora	5.0	6.6
Electricidade, gás e água		
Construção	5.2	7.8
Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração	14.2	16.0
Nomeadamente hotelaria e restauração		
Transportes, armazenagem e comunicações	3.7	4.3
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas		
Serviços da administração pública	6.1	8.1
Outros serviços		
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos factores	100	100

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A política orçamental expansionista prosseguida em 2013 teve como objetivo promover o crescimento, o emprego e a estabilidade macroeconómica. Apesar da redução registada nos preços internacionais do petróleo, o orçamento do Estado registou um excedente de 0.3% do PIB em 2013. A execução de 92% da despesa foi satisfatória, mas a capacidade de absorção continua fraca, principalmente em despesas de capital, devido a atrasos nos financiamentos externos e a dificuldades de contratação e implementação. A médio prazo, manter-se-á a política orçamental expansionista, com as despesas de capital a registar um aumento de 38%, segundo projeções do Ministério das Finanças, no Orçamento do Estado de 2014. Esta política irá conduzir a um défice orçamental global de 5 % do PIB em 2014. Os indicadores da dívida permanecem sustentáveis, com uma dívida externa média de 20.4% do PIB nominal em 2013, face a 19.5% em 2012. Em 2013, a dívida interna manteve-se estável, em 9.5% do PIB nominal. O governo também efetuou pagamentos atrasados no setor da construção, relativos aos anos fiscais de 2010 e 2011. Em consonância com a expansão orçamental, a massa salarial do setor público aumentou de 23 % das receitas públicas em 2012, para 27% em 2013.

O investimento público financiado por recursos internos, em percentagem das receitas orçamentais, também aumentou de 15% em 2012, para 20% em 2013, devido ao aumento de investimentos registados em energia hidroelétrica, telecomunicações e projetos agrícolas de grande escala. As receitas fiscais, em percentagem do PIB, diminuíram em resultado da volatilidade dos preços do petróleo e do lento crescimento das receitas petrolíferas. O governo pretende reduzir a dependência dos impostos petrolíferos, de 81% do total das receitas em 2012, para menos de 70% em 2014, e aumentar as receitas orçamentais não petrolíferas de 6.6% do PIB em 2012, para 9.6% do PIB em 2014, em resultado da diversificação económica em curso.

O orçamento de 2014 utiliza um preço de referência do petróleo de 98 USD por barril, próximo da projeção do *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional. Tal não deixa espaço para um eventual aumento de riscos. No entanto, o governo está a responder às incertezas económicas globais, acumulando significativas reservas cambiais. A médio prazo, no que diz respeito à despesa pública, dar-se-á prioridade ao investimento em educação (6%) e saúde (4%), à reabilitação de infraestruturas e ao estímulo da produção agrícola (19,5%). O governo pretende reforçar as intervenções de assistência social.



Tabela 3. Operações financeiras do Estado (em percentagem) do PIB

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Receitas totais (inclui donativos)	44.1	43.5	48.8	45.8	42.5	38.4	36.2
Receitas fiscais	6.7	6.6	6.1	5.6	5.7	5.9	6.0
Receitas do petróleo	36.0	34.2	40.2	38.5	35.0	30.8	28.5
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	34.9	37.9	38.6	37.1	40.1	43.4	43.1
Despesas correntes	29.5	28.2	29.9	25.8	28.0	30.5	30.3
Sem juros	27.3	27.1	29.0	24.9	26.5	29.6	29.6
Salários	10.0	9.4	9.0	8.5	8.4	8.1	7.7
Pagamento de juros	2.2	1.2	1.0	1.0	1.5	0.8	0.7
Despesa de capital	5.5	9.7	8.6	11.2	12.1	13	12.8
Saldo primário	11.4	6.7	11.2	9.7	3.9	-4.2	-6.2
Saldo global	9.2	5.6	10.2	8.7	2.4	-5.0	-6.9

Nota: a. Somente os itens principais são relatados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

Em 2013, a política monetária de Angola teve como objetivo principal garantir a estabilidade da inflação e da taxa de câmbio, e a resistência a choques externos. O Banco Nacional de Angola (BNA) baixou a sua taxa de juro principal em 25 pontos base, três vezes durante o referido ano. No fim de 2013, a taxa diretora fixou-se em 9.25%. A tendência favorável da política monetária favorável levou à expansão anual do crédito à economia que, em média, se situou em 21.13%, embora abaixo dos 30% registados em 2012. A maior parte do crescimento do crédito deveu-se à atividade comercial. A inflação dos preços no consumidor caiu de 9% em 2012, para 7.7% no final de 2013, o valor mais baixo registado em duas décadas. A inflação continua elevada e é impulsionada principalmente pelos bens de consumo e serviços logísticos. A inflação de curto prazo permanece dentro da meta do BNA de 7-9%.

A moeda de Angola, o Kwanza (AOA) manteve-se estável, apoiada pelo aumento das reservas externas. O Kwanza sofreu uma desvalorização de 1.5% em relação ao dólar, fechando o ano em 1 USD = 97.6 AOA. As taxas de *spread* no mercado cambial formal e informal, no final de 2012 e início de 2013, aumentaram para quase 10% devido à ansiedade criada pela nova lei cambial e pelo excesso de liquidez. No entanto, desde então, diminuiu para 4%, devido a uma política desencorajadora do uso do dólar dos EUA – de desdolarização - imposta em Julho de 2013. As taxas de juro de mercado têm diminuído significativamente. A taxa de juro de empréstimos com vencimento de 181 dias a 1 ano caiu de 14.5%, em 2012, para menos de 13%, em Dezembro de 2013. No entanto, o *spread* médio entre créditos e depósitos continua a ser elevado, situando-se em 8.4%.

Em 2014, o banco central, vai manter o foco sobre a inflação com vista a reduzir a incerteza e contribuir para um sistema financeiro mais eficiente. A consolidação da gestão da política monetária e da desdolarização do mercado cambial, através da implementação de um novo regime cambial no setor petrolífero, deverá ser aprofundada em 2014 com novas medidas destinadas a limitar a exposição do mercado cambial, regular os limites do crédito e a racionalizar e delimitar os regulamentos das importações. Está prevista a adoção de uma vasta legislação sobre a desdolarização.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Angola melhorou a cooperação económica com os outros membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e fez esforços para negociar um acordo de parceria económica com a União Europeia. Angola também é elegível para as preferências comerciais ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidade para África dos EUA. Estão a ser feitos investimentos nos transportes aéreos, marítimos e ligações ferroviárias e rodoviárias com vista a impulsionar a



integração na SADC e nos mercados centro africanos. Apesar destes esforços, a livre circulação de pessoas e de bens continua limitada, e o ritmo das importações através dos portos e alfândegas angolanos é lento.

Tanto as contas correntes como a balança comercial deterioraram-se durante o ano de 2013 devido ao crescimento inferior às previsões das receitas petrolíferas. Este facto põe em evidência a falta de diversificação das exportações. Angola é o principal fornecedor africano de petróleo bruto da China. A China adquire 44% do total das exportações de petróleo de Angola, e o comércio bilateral entre os dois países, em 2010, ultrapassou 120 mil milhões de USD. As importações do país são, predominantemente, maquinaria e equipamentos metálicos, veículos e materiais de transporte e alimentação. A médio prazo, o excedente registado nas contas correntes deverá ser significativamente afetado pelo declínio previsto dos preços do petróleo. As reservas cambiais líquidas estão projetadas para fechar o ano com um recorde de 35.6 mil milhões de USD, o equivalente a oito meses de importações. Além disso, os fluxos de investimento estrangeiro vão aumentar ainda mais, para 15.7 mil milhões de USD em 2014, canalizados principalmente para a indústria petrolífera, imobiliário, construção civil, hotelaria e turismo. Dados do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, indicam que a ajuda pública ao desenvolvimento, em termos líquidos, caiu de 300 milhões de USD, em 2002, para 200 milhões USD em 2011. As transferências de capital de curto prazo também caíram de 11.5 milhões de USD em 2008, para menos de 2.3 milhões de USD em 2012.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Balança comercial	55.8	40.1	45.2	44.4	39.1	32.8	30.2
Exportações de bens (f.o.b.)	85.4	60.4	64.6	63.0	57.6	51.2	47.5
Importações de bens (f.o.b.)	29.6	20.2	19.4	18.6	18.5	18.4	17.3
Serviços	-23.4	-21.7	-22.0	-22.4	-22.8	-20.5	-18.1
Rendimento dos factores	-14.3	-9.8	-9.3	-10.9	-8.9	-7.7	-7.8
Transferências correntes	0.1	-0.5	-1.3	-1.3	-1.8	-0.3	-0.3
Saldo da conta corrente	18.2	8.1	12.6	9.9	5.7	4.3	4.0

Fonte: Dados do Banco Central e das autoridades nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

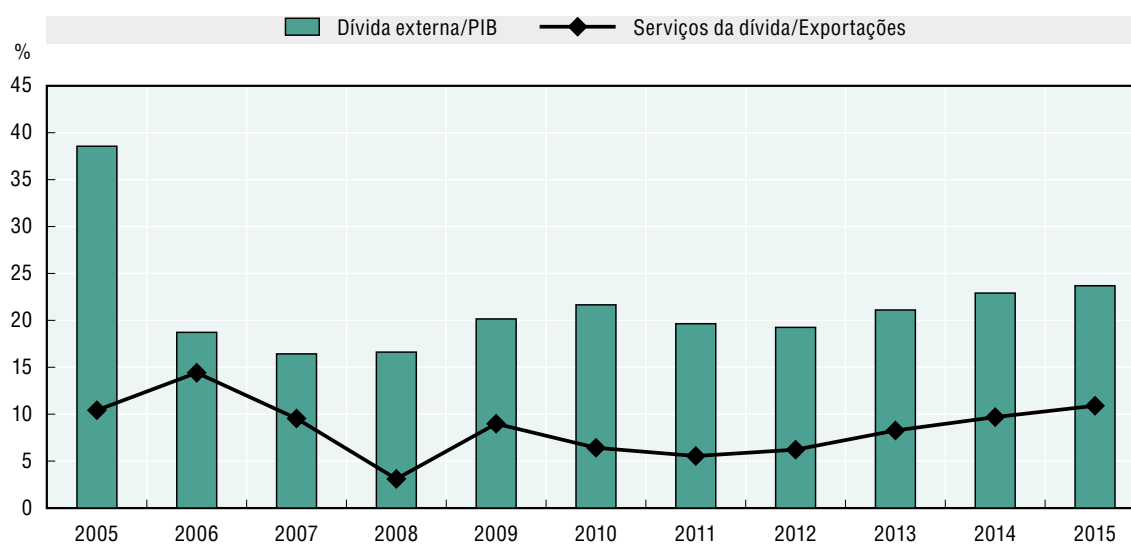
A dívida externa de Angola e a dívida pública (que abrange a administração pública e as principais empresas estatais) apresentam-se sustentáveis. O FMI classifica Angola como um país de risco moderado de sobre-endividamento, mas os níveis da dívida externa (21.1% do PIB) e interna (10% do PIB) são vulneráveis ao preço do petróleo e ao crescimento de choques externos. A maior parte da dívida externa de Angola é devida a bancos comerciais (13% do PIB), a credores oficiais, incluindo o FMI (7.1% do PIB) e a outras entidades do setor privado (0.4% do PIB). Em 2013, o governo contraiu uma dívida de cerca de 5.7 mil milhões de USD para projetos de infraestruturas de grande porte. Estes investimentos foram assegurados pelo recurso a obrigações do tesouro a 20 anos, pelas linhas tradicionais de crédito às exportações e por programas de investimento público. Em 2014, os empréstimos externos deverão aumentar para 10.4 mil milhões de USD, principalmente por meio de linhas de crédito para financiamento de despesas de capital. Deste modo, o rácio da dívida pública total de Angola deverá aumentar de 31% do PIB, em 2012, para 32.9% em 2014.

O governo tem procurado assegurar que as condições para novos empréstimos a longo prazo sejam sustentáveis. De acordo com um relatório de 2012 do FMI, a unidade de gestão da dívida do Ministério das Finanças tem canais de comunicação claros e acesso independente aos ministérios económicos. A unidade está a coordenar a elaboração de uma estratégia da dívida de médio prazo com vista a ser integrada no orçamento, de modo a garantir que as políticas macroeconómicas estejam em linha com o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas de 2001, do FMI. A referida unidade



também coordenou o quadro de gestão da dívida do país, incluindo a liquidação de pagamentos atrasados externos relativos a 2010 e 2011, juntamente com a unidade de dívida externa do banco central. A gestão da dívida pública melhorou, garantindo uma melhor distribuição dos períodos de vencimento da dívida interna. Com estes desenvolvimentos, a agência de notação financeira Fitch manteve, em 2013, a classificação da dívida de Angola em BB- com perspectivas positivas a longo prazo para ratings em moeda nacional e externa. A Standard and Poors confirmou o rating de crédito em moeda externa e nacional de Angola, respetivamente, BB- e B.

Figura 2. Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

O ambiente de negócios de Angola não manteve o passo com o ritmo da evolução internacional. De acordo com o Relatório *Doing Business* 2014 do Banco Mundial, o país ocupou o lugar 179 entre 189 países. Angola também está colocada na 178ª posição na facilidade de iniciar um negócio, abaixo da maioria dos concorrentes regionais. De acordo com o Relatório *Doing Business*, são necessários 66 dias e oito procedimentos para abrir uma empresa em Angola a um custo médio que corresponde a 105% do rendimento per capita. São também necessários 12 procedimentos e 204 dias para obter uma licença de construção. Outros fatores que afetam o ambiente de negócios incluem a mão de obra com fracas habilitações, a burocracia, o difícil acesso ao crédito e infraestruturas inadequadas.

O governo levou a cabo algumas importantes reformas regulamentares com impacto nas operações de negócios em 2013, incluindo: i) a introdução de uma taxa de imposto sobre o consumo de 10% sobre as companhias petrolíferas, ii) um decreto presidencial para reduzir e eliminar a carga tributária sobre os produtos importados sob encomenda e usados como principais inputs na produção nacional, incluindo alguns produtos alimentares, iii) a aprovação de leis para regulamentar as operações do mercado bolsista e do mercado da dívida.

A médio prazo, esperam-se mudanças significativas na lei laboral de 2000 com vista a cobrir as necessidades do salário mínimo, o sistema de segurança social, e fixar as contribuições e benefícios dos trabalhadores.

O governo tem feito investimentos significativos em infraestruturas e na melhoria do ambiente de negócios de Angola. As reformas do setor energético devem custar cerca de 13 mil milhões de USD em 2025. Os trabalhos para ligar as três grandes ferrovias nacionais (Benguela, Moçâmedes e Luanda) estão em curso. Estão a ser elaborados planos para um porto de águas profundas a norte da capital Luanda, e para a implementação de um sistema de transportes coletivos rápidos na região de Luanda. A companhia aérea nacional, TAAG Angola Airlines, e a Autoridade da Aviação Civil estão entre as entidades estatais a ser reestruturadas.

Setor financeiro

O setor financeiro de Angola é altamente concentrado. Os cinco maiores bancos representam 77% do total dos ativos. A taxa de cobertura bancária cresceu de 22%, em 2010, para 51% da área do país em 2012, embora ainda muito concentrada em Luanda. A percentagem de adultos com acesso a serviços bancários formais aumentou de 13.5%, em 2011, para 22% em 2012, devido à expansão da rede bancária e das campanhas publicitárias levadas a cabo.

O rácio de adequação dos fundos próprios do sistema bancário permaneceu forte, em 18.3% em 2013, bem acima do mínimo exigido de 10%. No entanto, o Programa de Avaliação de Estabilidade Financeira do FMI de 2012, põe em evidência deficiências significativas, nomeadamente as restrições em matéria de supervisão bancária, a existência de riscos estruturais e operacionais, a inadequada governação bancária, a alta dolarização e as variações de liquidez vinculadas a operações de grande porte do setor petrolífero. O nível de empréstimos improdutivos aumentou acentuadamente, de 2.5% em 2012, para 6.7% em 2013. De acordo com o banco central, tal resulta de erros de classificação pelos bancos nacionais, bem como de empréstimos problemáticos.

Angola aplicou integralmente seis dos Princípios Básicos de Supervisão Bancária do Acordo de Basileia, e implementou parcialmente outros 16. O país não está em conformidade com três princípios: a manutenção de um rácio específico de capital, princípios de governação e princípios relativos a questões transfronteiriças.

Em 2009, existiam três sociedades gestoras de fundos de pensões e 19 fundos de pensões (13 fechados e 6 abertos) em Angola. Em 2010, os fundos de pensões angolanos registaram um volume de 320 milhões de USD, com contribuições anuais de 42 milhões de USD. Desde então, o sistema tem registado um crescimento rápido devido à introdução de um regime obrigatório de contribuição para o fundo de pensões. Embora a liberalização do mercado de fundos de pensões privados tenha criado algum dinamismo, a taxa de penetração dos fundos de pensões e de instituições de microfinanças ainda é inferior a 1% do PIB.

Gestão do setor público, instituições e reforma

Até 2010, o Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e o Banco Central foram as principais instituições de conceção e implementação de políticas económicas. Apesar dos esforços internacionais para aumentar a sua capacidade, estas instituições continuam a registar falta de profissionais capazes de recolher dados e de formular a política económica. Consequentemente, os Ministérios de Angola, registam, historicamente, uma limitada capacidade de direção e têm sido muito cautelosos na implementação de políticas.

Os salários inadequados no setor público têm, tradicionalmente, impacto no desempenho dos funcionários públicos, mas os salários e os padrões têm vindo a melhorar e as instituições do Estado são agora mais eficientes.

Uma lei de 2007 introduziu os Conselhos Consultivos Sociais Locais (CCSL) em todo o país, que permitiram um processo de tomada de decisão participativa. Estes conselhos incluem a criação de unidades orçamentais a nível local. Os partidos políticos com assento no Parlamento e outras associações podem participar nos conselhos. A Constituição de 2010 prevê ainda a introdução gradual de eleições municipais. As aguardadas primeiras eleições autárquicas constituirão um marco na promoção da descentralização e da governação local. Espera-se que o Recenseamento Geral de 2014 também promova o reforço da afetação de recursos a nível local.



A fraca aplicação dos direitos de propriedade intelectual tem desencorajado o investimento em inovação e tecnologias patenteadas. Embora a lei angolana forneça proteção básica, a Assembleia Nacional está a trabalhar para reforçar a legislação existente e a capacidade do Estado. Apesar destes esforços, Angola regista um baixo índice de Proteção da Propriedade Intelectual do Fórum Económico Mundial, 2.4 numa escala de 1 a 7. Em comparação com o Brasil e a África do Sul com 3.5 e 5.5, respetivamente.

Gestão de recursos naturais e ambiente

Em Angola, a proteção do ambiente e dos recursos naturais é constitucionalmente reconhecida como um dever do Estado, que é responsável pela formulação de estratégias ambientais, políticas e leis, bem como pela implementação de programas nacionais e internacionais com vista a proteger o meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais. O quadro da legislação ambiental de 1998, estabelece os princípios orientadores para a prevenção e combate à poluição, e as normas de proteção do ambiente. No Orçamento de Estado de 2013 são destinadas 2.1% das receitas orçamentais para a proteção ambiental, incluindo a investigação e gestão da biodiversidade ambiental. Durante a última década, Angola desenvolveu legislação ambiental abrangente sobre os recursos hídricos, petróleo, mineração e gestão das terras, e aumentou o envolvimento com os parceiros regionais e internacionais. O Banco Africano de Desenvolvimento está a apoiar o governo na gestão da biodiversidade através da criação de centros-piloto. O governo também assinou, em Fevereiro de 2013, uma iniciativa conjunta de gestão da biodiversidade com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O sistema ecológico de Angola é frágil e vulnerável às alterações climáticas. Os principais desafios incluem a degradação do solo, o desmatamento, a poluição do ar e perda de biodiversidade. Todos estes desafios têm implicações importantes para os meios de subsistência sustentáveis. De acordo com o Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas de 2013, é pouco provável atingir a meta da sustentabilidade ambiental do país. Angola ainda não aderiu à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), medida que contribuiria para uma maior transparência e responsabilidade na gestão dos recursos naturais.

Contexto político

As eleições legislativas de 2012 contribuíram para a consolidação da democracia em Angola. O veredito da Comissão Nacional de Eleições foi contestado por três partidos da oposição, mas as suas queixas foram recusadas pelo Tribunal Constitucional devido à falta de provas. As eleições foram consideradas livres e justas por observadores da União Africana (UA) e da SADC. Desde a aprovação da nova Constituição em 2010, foram tomadas uma série de medidas para aumentar a eficiência do Parlamento, incluindo a criação de um serviço de pesquisa especializado destinado a analisar os processos legislativos.

A violência política não é um risco substancial para a economia de Angola, mas as autoridades têm frequentemente respondido com dureza a manifestações civis. Todavia, a segurança nacional de Angola tem melhorado significativamente e a classificação de Angola no que se refere à segurança e Estado de direito no Índice Ibrahim de Governança Africana melhorou em 8.7 pontos percentuais entre 2007 e 2013. Em geral, Angola é um dos países que mais melhorou no índice, com a sua classificação a subir 18.5 pontos percentuais desde que o índice foi lançado em 2000. Em Setembro de 2013, Angola ratificou o Segundo Protocolo Facultativo da ONU para o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, com vista a abolir da pena de morte. O país também ratificou o Protocolo Sobre a Eliminação de Todas as Formas De Discriminação Racial, contra a tortura e outras formas de tratamento ou castigo cruéis, desumanos ou degradantes, bem como os protocolos relativos à convenção sobre os direitos económicos, sociais e culturais.

Contexto social e desenvolvimento humano

Formação de recursos humanos

Angola fez progressos substanciais relativamente a muitos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, mas os desafios permanecem, especialmente para promover o emprego a par do crescimento económico, melhorar os serviços e reduzir a pobreza. O país não deve atingir a meta de ensino primário universal, bem como a taxa líquida de escolarização e a taxa de conclusão de 85 % e 46 %, respetivamente. Este progresso lento pode estar relacionado com a baixa proporção do orçamento da educação dedicado às escolas primárias (cerca de 29%), abaixo da média regional de 46%, e dos 50% definidos para alcançar a educação para todos, iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As matrículas no ensino secundário de Angola também são baixas, situando-se em 32%. A paridade de género na educação é relativamente alta, com uma relação de 0.81 entre raparigas e rapazes, mas continua abaixo da média subsaariana de 0.91. Há esforços para melhorar as infraestruturas educacionais, com 50 novas escolas construídas e 18.660 professores recrutados em 2013. Mais de 240 mil professores entraram no sistema de ensino ao longo dos últimos quatro anos.

O país está no caminho certo para alcançar o ODM sobre a redução da mortalidade infantil, com a taxa reduzida de 111.8 em 2000, para menos de 96.8 por mil nados vivos em 2012. Angola também está no caminho certo para atingir a meta de mortalidade materna com o rácio de 890, em 2000, reduzido para menos de 450 por 100.000 nados vivos em 2012. Apesar da relativamente baixa taxa de prevalência do HIV (2.1% em 2012), Angola não vai cumprir o objetivo de combate ao HIV/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças. A malária ainda é responsável por mais de um quarto das mortes anuais em Angola. A tuberculose aumentou de 270, em 2000, para 310 por 100.000 pessoas em 2012.

Estão a ser realizadas reformas no setor da saúde com o objetivo de reduzir as infeções de HIV/SIDA, malária e tuberculose. Recentemente, Angola completou a Fase II de um programa de cinco anos, de um montante de 38 milhões de USD, com apoio do Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária, e iniciou a implementação de um novo ciclo de cinco anos com a nova concessão de 78 milhões de USD. Ao abrigo de um programa conjunto entre o governo angolano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que teve início em Junho de 2013, mais de 27 instalações hospitalares e 307 centros de tratamento ambulatório foram criados em 10 províncias e foram assistidas mais de 248.000 crianças.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

Na década após o fim da guerra civil em Angola, que durou de 1975 a 2002, registou-se um crescimento médio de mais de 11% ao ano e foram feitos progressos em várias frentes. No entanto, Angola ainda está classificada na 148ª posição entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, do PNUD. De acordo com a edição de 2013 do Inquérito Domiciliar Integrado e Relatório do Bem-Estar da População, o índice de pobreza nacional, em 2001, foi reduzido de 68% para 37% da população. No entanto, a incidência da pobreza é três vezes maior nas áreas rurais (58%) do que nas áreas urbanas (19%). Os pobres são menos propensos a ter acesso a uma moradia adequada. Apenas 30% dos pobres - contra 51% dos não-pobres - tem acesso à água potável e os valores são semelhantes para o saneamento adequado (40% e 72%, respetivamente) e para a eletricidade (14% e 57%, respetivamente). Apenas 5% dos pobres têm acesso aos três destes três principais serviços de infraestruturas, enquanto que para os não-pobres, a proporção sobe para 32%.



O país carece de uma ampla rede de proteção social, apesar do governo atribuir grande importância ao desenvolvimento de sistemas sociais para proteger os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza. No orçamento de 2013 11.1% das receitas orçamentais foram destinadas para os programas de proteção social.

O financiamento público destinado a subsídios atingiu 7.2 mil milhões de USD em 2013, dos quais 5 mil milhões de USD para subsídios à energia. Dado o forte crescimento económico, parece haver condições para uma agenda de assistência social mais ambiciosa, incluindo a expansão das transferências sociais para programas de combate à pobreza. Apesar do aumento dos recursos, a proteção social em Angola é fragmentada, descoordenada e deficientemente implementada, com uma ineficaz segmentação e eficiência. De acordo com uma avaliação da UNICEF relativa a 2013, estima-se que 50% das famílias angolanas mais ricas recebem 70% dos benefícios de assistência social do governo. Além disso, o número indicado de beneficiários abrangidos por redes de segurança social permanece limitado. Dados divulgados indicam que, em 2012, cerca de 100.000 pessoas foram abrangidas por programas de cabaz de alimentos. O sistema também cobriu 100.000 vítimas de calamidades, 36.000 crianças afetadas pelo HIV/SIDA, 41.720 pessoas que beneficiaram de transportes para os deficientes, 10.000 micro-cooperativas e 6.000 refugiados que foram integrados na sociedade.

O governo estabeleceu um quadro institucional para o desenvolvimento do empreendedorismo e a criação de emprego através do Ministério do Emprego e Segurança Social. Os dados do ministério indicam que a capacidade de formação profissional tem aumentado significativamente situando-se atualmente em 159 mil estagiários em mais de 460 centros de formação. Em 2013, o programa de formação profissional gerou 110.000 novos postos de trabalho, em particular nos setores da energia (39.000), transportes (29.000) e construção civil (24.000). O governo atribui atualmente um terço do orçamento às áreas sociais com o objetivo de reduzir a pobreza e apoiar os mais vulneráveis.

Igualdade do género

De acordo com o Relatório dos ODM de 2013, Angola está no caminho certo para atingir a meta da igualdade de género e empoderamento das mulheres. A proporção de mulheres no parlamento mais do que duplicou, de 16% em 2000 para 38% em 2012. No entanto, os desafios persistem com a desigualdade prevalente na participação feminina-masculina no emprego. De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, 64.1 % das mulheres com idade entre 15 e 64 anos estavam empregadas em comparação com 78% dos homens. A percentagem de mulheres empregadas é relativamente alta no setor público e no sistema bancário, em alguns casos, bem acima de 50%. No entanto, as mulheres estão praticamente ausentes em outros domínios. A violência doméstica, que foi considerada generalizada, sobretudo nas áreas urbanas, é agora um crime punido por lei. Angola ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), bem como a Carta Africana sobre os direitos da mulher e o Protocolo da SADC. A Política Nacional para a Igualdade e Equidade do Género, elaborada pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, foi aprovada no final de 2013 por decreto presidencial.

Análise temática: Cadeias de valor globais e industrialização em África

Antes da independência, em 1975, Angola possuía uma economia diversificada, com fortes bases agrícolas e industriais. A guerra civil causou grandes transtornos e a economia tornou-se, em grande parte, dependente do petróleo, de diamantes e outros minerais. O envolvimento de Angola na cadeia de valor global do petróleo tem sido limitado, com apenas cabos de ligação, condutas verticais e linhas de fluxo produzidos localmente. As atividades importantes realizadas localmente incluem sistemas, equipamentos, tubulações e válvulas de instalação, construção e serviços, e serviços de perfuração. O setor de serviços dos campos petrolíferos injetou 51 mil milhões de USD na economia de 2004 a 2010. No entanto, apenas cerca de 1 % dos trabalhadores angolanos está na indústria petrolífera. Além disso, a maioria das atividades da cadeia de valor do campo petrolífero são globais. Atualmente, Angola produz 1.8 milhões de barris de petróleo por dia, refina cerca de 39.000 barris por dia, e regista uma procura interna total de 85 mil barris por dia. O país exporta 90% da sua produção de petróleo, principalmente para a China (44%) e os Estados Unidos da América (25%), de acordo com fontes do ministério do petróleo.



Apesar de praticamente todos os inputs serem importados, existem oportunidades para Angola melhorar a sua posição na cadeia de valor global e ampliar a sua participação em setores como o gás liquefeito natural, o metanol, o transporte de gás e energia, e o gás para combustíveis líquidos. O investimento nestes setores poderia gerar empregos e promover o aparecimento de atividades de maior valor acrescentado. Em 2013, de acordo com um estudo do Banco Africano de Desenvolvimento, Angola tem maiores hipóteses de integrar a cadeia de valor de petróleo e gás, e de desempenhar um papel catalisador a nível regional através de: i) maior investimento em gás natural liquefeito, ii) adoção de uma abordagem gradual para desenvolvimento de indústrias a jusante de petróleo e de gás, começando com projetos de alto impacto para demonstrar a viabilidade de Angola, iii) investimento adicional em fertilizantes, metanol e gás para líquidos destinados a indústrias situadas a jusante, iv) melhorando o quadro regulamentar, garantindo regulamentos transparentes estáveis, incentivando a transparência e abordando o imposto de mais-valias.

Os principais obstáculos para o desenvolvimento dessas indústrias residem em inadequadas infraestruturas de transportes, dificuldades no acesso a infraestruturas internacionais (estradas, portos, aeroportos e ferrovias de ligação ao mercado externo), fontes de fornecimento de energia inadequadas e pouco fiáveis, dificuldades no acesso ao financiamento, volatilidade do comércio em resultado da flutuação dos preços das mercadorias, e mudanças de estratégia por parte das empresas multinacionais. Além disso, o ambiente de negócios ainda não é propício para a integração regional devido a obstáculos administrativos à livre circulação de bens e de trabalhadores. A fraca capacidade de produção local e a falta de competências especializadas na indústria petrolífera limitam o desenvolvimento das relações entre as atividades de serviços petrolíferos e o resto da economia.

Devido às barreiras de entrada na cadeia de valor global de petróleo e gás, o governo introduziu legislação para promover as indústrias de transformação a jusante do petróleo e gás, criar postos de trabalho e, ainda, contribuir para os esforços de redução da pobreza. A Lei das Atividades Petrolíferas atribui a propriedade exclusiva dos recursos de hidrocarbonetos em Angola e direitos de mineração, ao Estado angolano. Segundo a lei, a Sonangol, empresa petrolífera estatal, é a concessionária da indústria do petróleo de Angola, e único proprietário dos direitos de mineração. Outras entidades só podem aceder a recursos angolanos de hidrocarbonetos em parceria com a Sonangol e através de contratos de concessão e de partilha de produção. O governo também tem recorrido à Lei das Atividades Petrolíferas e decretos de conteúdo local, para promover a criação de competências locais, através da “angolanização” dos recursos humanos. Também se pretende aumentar a participação das empresas locais nos mercados globais, dando tratamento preferencial a empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços.

Para estimular uma maior participação local, o governo angolano poderá considerar medidas de política, tais como:

- Apoiar diferentes setores. O governo poderia conceder os mesmos incentivos fiscais e financeiros a todas as empresas locais envolvidas em diferentes fases da indústria petrolífera e priorizar da mesma forma, a criação de atividades de pesquisa e desenvolvimento e a promoção das empresas nacionais, que é o foco principal da política atual. O governo poderia escolher grandes empresas industriais locais para entrar no setor de fornecimento e incentivar o desenvolvimento de redes de conhecimento entre fornecedores, produtores e clientes.
- Investir mais na formação de nível técnico mais elevado no ensino geral e sistemas de formação, e em institutos de petróleo para preencher as lacunas de capacidade a este nível.
- O Ministério do Petróleo e a Sonangol (os reguladores do setor petrolífero) devem trabalhar mais estreitamente sobre as políticas com os Ministérios da Indústria e da Economia, que são líderes das agendas de industrialização e diversificação de Angola.
- Implementar mecanismos transparentes de políticas com vista a permitir a eficiência política e acabar com potenciais canais de corrupção.

CABO VERDE

2014

Adalbert Nshimyumuremyi / a.nshimyumuremyi@afdb.org
Heloise Marone / heloise.marone@cv.jo.un.org





CABO VERDE

- O crescimento económico tem vindo a abrandar nos últimos anos e Cabo Verde tem sido menos resistente do que se previa à crise da zona euro.
- Com o objetivo de reduzir o défice orçamental e limitar o elevado endividamento, o governo está a mudar a orientação da acumulação de capital, para a melhoria da qualidade e da eficiência das infraestruturas públicas existentes.
- Cabo Verde está no bom caminho para alcançar a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, mas ainda permanecem desafios significativos, em especial o elevado desemprego e as persistentes desigualdades.

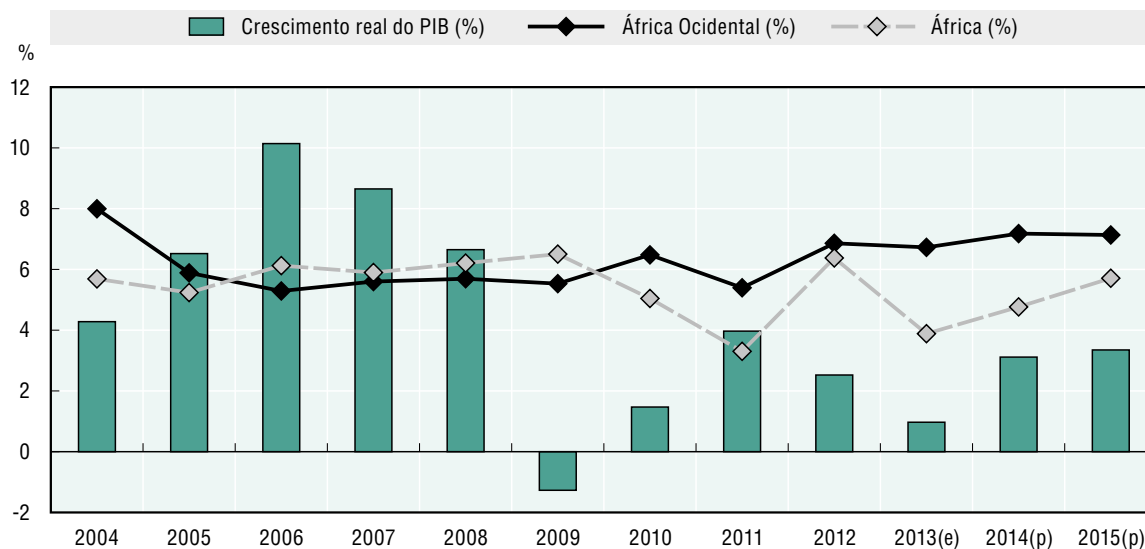
Visão global

A partir de 2012, a economia foi atingida pela desfavorável conjuntura económica internacional. O crescimento do PIB caiu de 4% em 2011, para 2.5% em 2012 e 1% em 2013. Os indicadores de negócios e a confiança dos consumidores deterioraram-se, ao mesmo tempo que o investimento direto estrangeiro (IDE) prosseguiu a sua tendência de queda na balança de pagamentos. No entanto, a procura do setor público continuou a prestar apoio à economia. Se a atual recuperação da zona euro, principal parceiro comercial de Cabo Verde, registar um crescimento sustentado, prevê-se um crescimento em torno de 3.1% em 2014. No entanto, se a desaceleração das receitas do turismo persistir, tal irá arrefecer o principal motor do crescimento.

Em consequência do aumento das necessidades de financiamento do setor público, devido ao financiamento de grandes investimentos em infraestruturas, a dívida pública total, em termos nominais, aumentou de 69% do PIB em 2009, para um valor estimado de 93% em 2013. Em 2014, o governo vai concentrar esforços na consolidação orçamental de médio prazo, de modo a criar instrumentos políticos que diminuam os riscos relacionados com a dívida. No entanto, se as debilidades persistirem, poderá verificar-se algum abrandamento orçamental e monetário, em linha com o ciclo económico. Neste contexto, será fundamental acelerar as reformas relativas ao ambiente de negócios a fim de melhorar a competitividade, particularmente no mercado de trabalho. Paralelamente, os retornos aos investimentos em infraestruturas de grandes dimensões terão de aumentar através do fortalecimento da gestão do stock de capital público. No setor financeiro, o crédito à economia deverá manter-se limitado uma vez que os bancos estão cada vez mais cautelosos devido aos altos níveis de empréstimos de cobrança duvidosa e à necessidade de criar provisões, limitando o potencial crescimento.

A limitada base de produção de Cabo Verde relaciona-se com as cadeias de valor globais principalmente através do setor de serviços: o turismo e a mão de obra a trabalhar no estrangeiro. O setor do turismo é o mais envolvido nas cadeias de valor globais, tendo-se tornado, desde 2005, num importante motor do crescimento. A grande diáspora liga o país às cadeias de valor globais através do seu trabalho no estrangeiro. As exportações de produtos do mar, principalmente frutos do mar, enlatados e congelados, também envolvem o país nas cadeias de valor no exterior, embora o impacto sobre o PIB seja muito modesto. Para o futuro, Cabo Verde busca estratégias que possam posicionar o país em fases de maior valor nas cadeias de valor globais, estimulando novas exportações de bens e serviços e ampliando as já existentes, especialmente em torno do setor criativo.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: Departamento de estatística do BAD, estimativas (e) e previsões (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	2.5	1.0	3.1	3.3
Crescimento real do PIB per capita	1.7	0.1	2.2	2.4
Inflação medida pelo IPC	2.5	1.5	1.8	2.0
Saldo orçamental, em % do PIB	-9.8	-7.9	-7.7	-8.0
Conta corrente, em % do PIB	-11.7	-5.7	-10.1	-10.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

No sentido de mitigar o impacto da crise financeira internacional de 2008 e a crise da dívida pública na zona euro em 2010, Cabo Verde adotou medidas orçamentais anticíclicas, principalmente na forma de despesas de capital mais elevadas, resultando no aumento real do PIB de -1.3% em 2009, para 4% em 2011¹. No entanto, desde 2012, a economia foi novamente afetada pela débil conjuntura económica internacional. O crescimento do turismo desacelerou ao mesmo tempo que as remessas e o investimento direto estrangeiro (IDE) diminuíram. As importações de bens de consumo e de capital diminuíram. Consequentemente, o crescimento do PIB desacelerou para cerca de 2.5% em 2012 e 1% em 2013.

Dada a falta de recursos naturais e de economias de escala para sustentar uma base significativa de produção, a economia está concentrada nos serviços. Em 2012, o setor terciário representou cerca de 70% do PIB e foi dominado pelo turismo, impulsionado principalmente pelo IDE. Cabo Verde tem desenvolvido com sucesso uma das indústrias turísticas de mais rápido crescimento no mundo, e o turismo tornou-se a principal fonte de crescimento e de divisas. Suportadas por uma forte procura externa, as receitas das exportações de turismo cresceram de 40 milhões de USD em 2000, para 360 milhões de USD em 2012 (uma taxa de crescimento anual de 19%) e a participação do setor do turismo no total das exportações cresceu de 21% em 1999, para 45% em 2012. O turismo e as atividades relacionadas representam atualmente 30% do PIB, enquanto o setor de serviços como um todo representa 70% do PIB e mais de 90% das exportações. No entanto, o turismo não contribuiu significativamente para a criação de emprego, nem apoiou substancialmente a expansão de outros setores, com exceção da construção (12% do PIB), através



de resorts all-inclusive de capital estrangeiro e do setor imobiliário. As receitas de exportação do turismo diminuíram em 2013, embora as taxas de ocupação tenham aumentado, apontando para pressões de preços competitivos no setor de crescimento mais importante de Cabo Verde.

A estratégia que está a ser formulada para o setor do turismo representa uma oportunidade real para um turismo ecológico, assegurando a sustentabilidade a longo prazo, o aumento das receitas, maiores benefícios para a população local, bem como a preservação do capital natural em que o setor do turismo se baseia. As reformas estruturais – tais como uma melhor organização da produção local de bens e serviços, a criação de um sistema de certificação de qualidade para os produtos locais, e a melhoria do sistema de transporte inter-ilhas – são necessárias para que o dinamismo do turismo se traduza em benefícios económicos mais abrangentes.

O setor primário é de particular importância para os cabo-verdianos, já que emprega um terço da população do país e a maioria dos pobres. No entanto, o setor cresceu apenas modestamente, e a sua participação global no PIB diminuiu: a agricultura e pescas caíram de 10% do PIB nos anos 1990, para 9% no final dos anos 2000. A agricultura continua a ser dominada pela agricultura de subsistência, com as condições áridas e a topografia montanhosa a impedir as atividades comerciais. São principalmente barcos espanhóis, portugueses e franceses que exploram os recursos haliêuticos. A pesca artesanal enfrenta altos custos de transporte, e a falta de certificação impede os pequenos operadores de fornecer peixe aos grandes hotéis das ilhas turísticas, e ainda mais de o exportar.

O setor da indústria, que corresponde a 8% do PIB, é pouco desenvolvido, devido à pequena e dispersa população de Cabo Verde, o que limita a possibilidade de gerar a escala de eficiência mínima necessária para a maioria das atividades industriais. O setor está altamente concentrado em atividades de processamento da pesca, orientada para a exportação.

A posição externa geral melhorou em 2013 (ver Tabela 4). Seguindo o aperto monetário de 2011, a limitada procura interna e as fracas atividades de construção, as importações diminuíram em 2013, enquanto as exportações de bens e serviços mantiveram um bom nível. Os donativos continuaram a diminuir e as remessas dos emigrantes a desacelerar. A balança financeira foi enfraquecendo em 2012 e 2013, principalmente devido à contração do IDE e dos empréstimos externos. No cômputo geral, as reservas internacionais traduzidas em meses de importações aumentaram de 3.2 em 2011, para 4.3 em 2013.

As perspetivas para 2014 são incertas e dependerão da recuperação da zona euro, o principal parceiro comercial de Cabo Verde e fonte de turistas. É portanto provável que o crescimento se situe em torno de 3.1% em 2014, com os riscos a permanecerem inclinados para o lado negativo. A procura pública continuará a ser o principal motor do crescimento. Há também sinais encorajadores do lado do IDE. Os novos compromissos de IDE, no valor total de 600 milhões de euros, já começaram a ser implementados e são suscetíveis de acelerar em 2014. Por outro lado, o crédito à economia deverá manter-se baixo uma vez que os bancos estão cada vez mais cautelosos devido aos altos níveis de empréstimos de cobrança duvidosa e à necessidade de criar provisões, com vista a limitar o seu potencial crescimento.

Cabo Verde está agora numa encruzilhada e enfrenta o desafio de desenvolver um modelo de crescimento mais sustentável, longe da dependência de um setor de serviços concentrados e dependentes do turismo, rumo a uma base de produção mais diversificada. Tal exige repensar a estratégia de financiamento do desenvolvimento do país, desenvolvendo o setor privado, acelerando a implementação da agenda de transformação com vista a diversificar a economia², de modo a torná-lo mais resistente ao clima e a reforçar a sua integração regional na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O terceiro plano estratégico de crescimento e redução da pobreza (III DEGRP) para o período 2012-16, aprovado em Abril de 2013, reflete a agenda estrutural do governo. O plano está alinhado com a visão de desenvolvimento nacional de longo prazo que visa transformar Cabo Verde numa economia emergente, e tirar proveito da sua localização geoestratégica, de modo a tornar-se numa plataforma internacional de serviços de alto valor acrescentado e ampliar a sua base produtiva.



Tabela 2. PIB por sectores (em percentagem)

	2008	2011
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9.0	9.1
Nomeadamente pesca	0.7	0.8
Indústria extractiva	0.9	0.5
Nomeadamente petróleo		
Indústria transformadora	5.6	6.3
Electricidade, gás e água	1.1	1.7
Construção	14.1	12.1
Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração	17.4	19.5
Nomeadamente hotelaria e restauração	4.1	4.6
Transportes, armazenagem e comunicações	19.0	15.9
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	17.2	18.0
Serviços da administração pública	13.9	16.9
Outros serviços	1.7	0
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos factores	100	100

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A situação orçamental de Cabo Verde continua altamente vulnerável. Em 2012, o défice orçamental foi maior do que o esperado devido a quebras registadas nas receitas e às altas taxas de execução do investimento público. As receitas fiscais diminuíram devido à quebra drástica do imposto sobre o valor acrescentado, do imposto sobre os rendimentos e dos impostos sobre transações internacionais. Os donativos também exibiram uma forte queda. Do lado da despesa, as taxas de execução do investimento público financiado externamente foram maiores do que o previsto, com algumas das despesas previstas para 2013 a ocorrer no último trimestre de 2012. Além disso, o fraco desempenho financeiro das principais empresas estatais (EE), como a Electra e os TACV, resultou na sua capitalização (no valor de 0.7% do PIB), o que colocou uma pressão adicional sobre a posição orçamental do governo. Como resultado, em 2012 o défice orçamental subiu para 9.8% do PIB, enquanto a dívida pública aumentou para 86% do PIB. As ineficiências registadas em algumas empresas públicas continuam a ser um grande fardo orçamental e fonte de risco para as autoridades públicas.

O orçamento de 2013 foi pela primeira vez elaborado de acordo com uma abordagem programática. A introdução deste método representa uma melhoria significativa da qualidade da gestão do orçamento, e permitirá uma ligação direta entre o planeamento de médio e de curto prazo – o DECRP, o Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) e o orçamento geral do Estado. O novo método constitui um passo decisivo para a introdução de uma estrutura de gestão baseada nos resultados. Também foram introduzidos novos classificadores do orçamento, e a implementação dos classificadores funcionais em coordenação com os classificadores por programas, poderá permitir aliviar algumas das restrições crónicas observadas em termos de divulgação de informação no passado.

A execução orçamental de 2013 foi bem gerida. O défice orçamental atingiu 7.3% do PIB, 0.6 pontos percentuais inferior ao inicialmente previsto. No entanto, as projeções das receitas foram demasiado otimistas – 3.6 pontos percentuais a menos do que o inicialmente orçamentado. O governo respondeu cortando os custos com pessoal, a aquisição de bens e serviços, e ainda o investimento público em 2.3 pontos percentuais do PIB. No geral, os investimentos públicos do governo central estão a registar uma redução progressiva, caindo de 10.4% do PIB em 2012, para 8.5% em 2013 e para um valor estimado de 8% em 2014. O governo está a mudar o foco da acumulação de capital para a melhoria da qualidade e eficiência das infraestruturas públicas existentes.



Tabela 3. Operações financeiras do Estado (em percentagem) do PIB

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Receitas totais (inclui donativos)	33.5	27.9	25.6	22.9	23.0	23.5	22.2
Receitas fiscais	21.5	19.0	20.0	18.0	17.5	17.4	17.3
Receitas do petróleo	7.5	6.3	2.9	1.8	2.4	3.0	1.8
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	37.0	38.5	33.3	32.7	30.9	31.1	30.2
Despesas correntes	23.0	19.8	23.2	22.3	22.4	23.2	23.3
Sem juros	20.8	18.2	21.7	20.4	20.6	20.7	20.7
Salários	11.2	11.7	10.6	10.3	10.2	10.0	9.7
Pagamento de juros	2.2	1.6	1.5	1.9	1.8	2.5	2.6
Despesa de capital	14.0	18.7	10.1	10.4	8.5	7.9	6.9
Saldo primário	-1.3	-9.0	-6.1	-8.0	-6.0	-5.1	-5.4
Saldo global	-3.6	-10.6	-7.7	-9.8	-7.9	-7.7	-8.0

Nota: a. Somente os itens principais são relatados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

A política monetária está limitada pela necessidade de manter a indexação do escudo cabo-verdiano (ECV) ao euro³. Desde 2011, medidas restritivas – via o aumento da taxa diretora em 150 pontos base e a exigência do aumento do coeficiente das reservas mínimas em 2 pontos percentuais – foram tomadas para reduzir a inflação e estabilizar as reservas cambiais. As reservas internacionais recuperaram de 3.2 meses de importações potenciais em Dezembro de 2011, para 4.3 meses em Janeiro de 2014.

Refletindo a desaceleração da atividade económica, o aumento modesto nos preços internacionais dos bens importados e o aperto monetário adotado pelo banco central (Banco de Cabo Verde – BCV), em termos globais a inflação caiu de 4.5% em 2011, para 2.5% em 2012. No entanto, os aumentos registados nos preços internacionais dos bens importados no último trimestre de 2012 vêm pressionando a inflação. A inflação dos preços dos alimentos foi em média de 2.6%, subindo para 5.6% no final de 2012, e a inflação dos preços da energia e da água foi particularmente elevada, em média de 5.5% em 2012. Como a atividade económica arrefeceu, a inflação caiu para 2% em Setembro de 2013, com a inflação global a situar-se apenas ligeiramente acima de 2.5%. As perspetivas para 2014, no que se refere à inflação, são relativamente otimistas.

Num ambiente de fraca pressão inflacionista e com as reservas internacionais em recuperação desde Maio de 2013, o Banco Central tem vindo a relaxar de modo cauteloso a política monetária, incluindo uma redução da taxa de juro que o banco central paga pelos depósitos dos bancos comerciais (a taxa de absorção de liquidez) de 3.3 para 1.0% em Setembro de 2013. No entanto, no sentido de combater os altos níveis de empréstimos de cobrança duvidosa, o rácio de capital obrigatório – a ferramenta chave para a política monetária em Cabo Verde – permanece inalterado e os bancos foram aconselhados pelo banco central a criar provisões (incluindo a suspensão do pagamento de dividendos aos acionistas). Num regime de câmbio fixo, a política monetária é reativa e o banco central está a avaliar opções de um maior alívio monetário baseado no facto de que a política orçamental permanece expansionista.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Desde 2007, Cabo Verde faz parte de um Acordo de Parceria Especial (APE) com a União Europeia, que promove a cooperação no comércio e no investimento. Cabo Verde está a tentar diversificar os seus parceiros económicos, especialmente quando se trata de IDE e de turismo, ampliando a cooperação com os países europeus e de outras regiões, como é o caso de alguns países da África Ocidental. Apesar de Cabo Verde ser membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), as relações comerciais com a sub-região ainda são fracas. O país está a tentar aumentar a sua indústria farmacêutica nos mercados de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Libéria. Também está a tentar aumentar os seus laços económicos com



os Estados Unidos da América (EUA), em particular, através do comércio e investimento com os membros da sua diáspora. Cabo Verde aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2008. O país também beneficia da facilidade AGOA, mas o seu impacto em termos de exportações para os EUA tem sido insignificante. Cabo Verde mantém acordos de pescas com o Japão e a União Europeia, e começou a desenvolver a cooperação bilateral com a China, o Brasil, a Índia e alguns países de África, como Angola e Moçambique.

O impacto marginal de todos esses acordos sobre as exportações é devido às limitadas infraestruturas de Cabo Verde e ao pequeno setor industrial. Estima-se que cerca de 80% a 90% dos bens alimentares do país são importados. De facto, em 2012, os bens alimentares, processados ou não, correspondiam a cerca de um quarto das importações, com os combustíveis a representar 14% das importações totais. Esta grande dependência da produção externa de alimentos e de outros bens explica o défice comercial estrutural do país. No entanto, o défice diminuiu para 37.4% do PIB em 2013, em comparação com 45.4 % em 2011. Os produtos do mar, como frutos do mar, enlatados e congelados, são responsáveis por mais de 90% das exportações totais de mercadorias. A Europa continua a ser o maior parceiro comercial, representando mais de 80% das importações e 90% das exportações. Há um bom equilíbrio entre o turismo e o resto das contas da balança de pagamentos: o turismo traz fluxos de capital para o país, mas também aumenta a procura de alimentos e de energia, que são bens importados. Por exemplo, em 2012 o volume de turismo relacionado com viagens foi de 1.15 vezes o volume total de alimentos e de energia importados. A taxa de câmbio, que é indexada ao euro, teve pouco efeito sobre a balança comercial.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Balança comercial	-35.9	-41.0	-45.4	-40.3	-37.4	-36.1	-34.5
Exportações de bens (f.o.b.)	9.2	8.1	11.3	10.3	10.4	10.6	10.7
Importações de bens (f.o.b.)	45.1	49.1	56.8	50.6	47.8	46.7	45.2
Serviços	6.3	11.9	13.8	16.9	20.2	20.4	19.6
Rendimento dos factores	-3.5	-4.8	-3.8	-3.3	-4.6	-4.8	-4.8
Transferências correntes	28.9	20.4	19.2	14.9	16.1	10.3	9.7
Saldo da conta corrente	-4.1	-13.5	-16.2	-11.7	-5.7	-10.1	-10.0

Fonte: Dados do Banco Central e das autoridades nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

O montante da dívida pública tem aumentado rapidamente nos últimos anos, principalmente devido a um ambicioso programa de investimentos públicos. A dívida pública total, em termos nominais, aumentou de 69% do PIB em 2009, para uma estimativa de 86% em 2012. A dívida externa representou 64.5% do PIB em 2012 e é predominantemente concessional. Contratada principalmente pelo setor não-bancário, a dívida interna representa 21.5% do PIB. A dívida pública situou-se em 93% do PIB em 2013. Foi feita uma revisão em baixa dos números da dívida pública, relativamente aos publicados no relatório de técnicos do FMI, no âmbito da Consulta do Artigo IV de Março de 2013, que eram demasiado elevados devido a um erro administrativo. No entanto, as vulnerabilidades atuais requerem uma gestão orçamental mais prudente que deve ser refletida num forte e imediato ajuste orçamental.

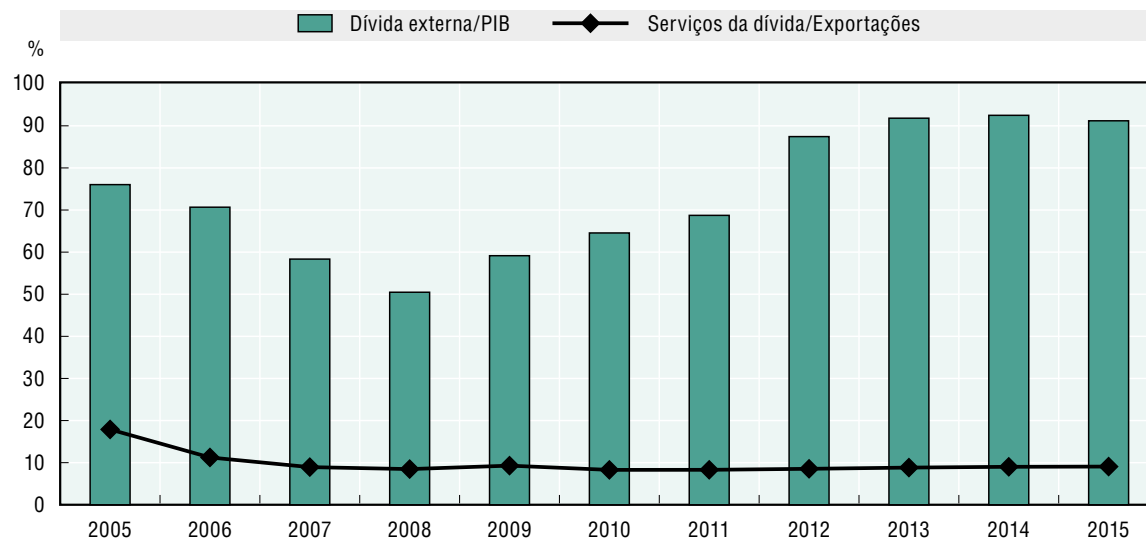
A decomposição do aumento da dívida indica que as mudanças na dívida em relação ao PIB são explicadas, principalmente, pela evolução dos défices primários e pelo desempenho de crescimento do PIB. Os elevados défices primários foram, em grande parte, responsáveis pelo aumento dos rácios da dívida durante o período de 2009-12.

A Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD), realizada conjuntamente pelo governo de Cabo Verde e o Banco Mundial em Novembro de 2013, concluiu num sobreendividamento moderado (15% de probabilidade de sobreendividamento). A ASD revelou um défice orçamental a melhorar no curto prazo. Depois de um pico registado em 2016 (99% do PIB), a dívida pública do Cabo Verde



deve cair daí em diante, com o pagamentos de amortizações e a contenção do défice. No médio prazo, o governo comprometeu-se a voltar a concentrar-se no seu programa de investimentos públicos, limitando-o, aproximadamente a 10% do PIB. No entanto, é necessária a consolidação do ajuste orçamental para garantir a sustentabilidade da dívida; em particular, fortalecendo a governação das empresas públicas de modo a limitar a sua fuga ao orçamento geral do Estado, e a mitigar os seus riscos para as finanças públicas.

Figura 2. Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governação económica e política

Setor privado

O setor privado cabo-verdiano é recente e, essencialmente, concentrado em torno do comércio e do turismo. As empresas são, na sua maioria, pequenas: uma empresa com mais de 20 trabalhadores é classificada como uma grande empresa. O setor informal é predominante, engloba 70% dos empregos, e contribui para cerca de 25% do PIB. Embora o potencial agrícola do país possa constituir um importante motor de crescimento para a iniciativa privada, o nível limitado de transformação de produtos agrícolas, e a falta da sua certificação são impedimentos centrais para as PME prosperarem neste setor. Além disso, o potencial de pesca, principalmente de lagosta e atum, não é totalmente explorado.

O relatório *Doing Business 2014* do Banco Mundial mostra que Cabo Verde melhorou 7 posições (de 128 para 121). Especialmente nos indicadores “iniciar um negócio”, o país passou da posição 129 para a 66 devido à abolição da exigência de um capital mínimo. O “registo de propriedade” também evidenciou melhorias e passou da posição 69 para a 64 devido a transferências de propriedade feitas mais rapidamente através da digitalização do cadastro. O relatório também destaca as dificuldades criadas pela falta de uma lei de falências; o país está classificado na 189ª posição em “resolução de insolvências”.

O regime especial para as micro e pequenas empresas foi aprovado pelo Parlamento e está agora em vigor. Os sindicatos têm reservas sobre o mesmo. Algumas das principais inovações incluem a introdução de um imposto único para os dois primeiros anos, o pagamento de um



salário mínimo, a redução da indemnização na ocorrência de despedimento, o pagamento de 8 dias de folga, e incentivos para as PME na contratação pública. Em matéria de contratos públicos, 25% do orçamento total deve ser atribuído a micro e pequenas empresas. No âmbito de contratos com o Estado, as grandes empresas públicas e privadas, devem reservar pelo menos 10% do valor dos contratos, para as micro e pequenas empresas. O mesmo se aplica para a subcontratação.

As perspetivas para o IDE melhoraram e estão centradas no setor do turismo. Estão previstos investimentos na área da saúde e das pescas, tanto públicos como IDE.

Setor financeiro

Dominado pelo capital privado português, o setor bancário de Cabo Verde é um oligopólio em que dois grandes bancos controlam 70% dos ativos bancários totais. O setor está altamente concentrado no setor imobiliário e nas atividades de construção, e é caracterizado principalmente por uma situação persistente de excesso de liquidez. Do lado da oferta, os bancos são avessos a emprestar ao setor empresarial altamente endividado, enquanto os empréstimos às PME são considerados de muito risco. Do lado da procura, os mutuários enfrentam a incerteza sobre as perspetivas económicas e de negócios, e também de não ser capazes de pagar as taxas de juro a que o crédito está a ser oferecido. Este nível de liquidez no sistema bancário sinaliza uma forte crise do crédito em que os bancos preferem acumular ativos não-remunerados em vez de alargar quantidades marginais de empréstimos. Tal facto resultou numa distribuição assimétrica de empréstimos em todos os setores, e na penalização dos setores produtivos, aumentando as taxas de empréstimo e tornando o acesso ao crédito extremamente difícil.

Os regulamentos adotados desde 2009 fortaleceram a estabilidade do setor financeiro. O sistema financeiro de Cabo Verde provou ser extremamente resistente aos efeitos da crise da zona euro, e a atividade do setor financeiro aumentou. No entanto, os cinco principais bancos nacionais têm sido expostos a riscos, particularmente no setor da construção e do turismo, em grande parte relacionados com o setor imobiliário, que enfrentou uma forte queda durante a crise. O rácio de adequação de capital caiu de 14.4% em Dezembro de 2011, para 12% em Dezembro de 2012 e o crédito improdutivo aumentou de 9.8% em Junho de 2012, para 20% em Outubro de 2013. Nova legislação financeira está em preparação com vista a melhorar a capacidade de vigilância do banco central, reforçando a sua capacidade de lidar com as ameaças ao sistema financeiro. O setor privado identifica o acesso ao crédito como a principal limitação para a realização de negócios. O Governo está a planear estabelecer um Fundo de Garantia Mútua. O objetivo deste fundo reside na possibilidade dos bancos aumentarem o acesso ao financiamento por parte das PME. O fundo de garantia vai funcionar como uma garantia parcial de crédito em que os bancos assumem uma parte do risco.

Gestão do setor público, instituições e reforma

Cabo Verde é amplamente reconhecido em África pela sua boa governação. O país atingiu uma pontuação de 76.7 em 100 no Índice Ibrahim de Governação em África (IIAG), ficando em terceiro lugar entre 52 países. A pontuação de Cabo Verde é superior à média do continente Africano (51.6), e da África Ocidental. O país obteve a sua melhor classificação na categoria participação e direitos humanos (1/52); registou o seu maior progresso em seis anos na categoria participação (+20.6). A sua pior classificação diz respeito à paridade (14/52), e o seu maior declínio em seis anos, deu-se na categoria segurança individual (-26.0). De acordo com o Índice de Perceção da Corrupção 2012, da Transparência Internacional, Cabo Verde é o segundo país africano menos corrupto. A sua posição melhorou de 41 em 2011, para 39 num total de 176 países em 2012.

A implementação das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP) tem registado alguns progressos. Embora as previsões de receitas e despesas (consideradas adequadas em 2008) se tenham deteriorado devido ao impacto da crise económica e financeira mundial, foram realizados progressos significativos em termos de exaustividade, transparência e supervisão, em virtude da



introdução de uma classificação baseada em programas, da reforma da gestão de tesouraria do Estado (bancarização), da revisão dos códigos fiscais, da extensão de um sistema de GFP integrado (SIGOF) a todos os departamentos ministeriais, e do uso regular deste enquadramento para a elaboração dos orçamentos anuais. Apesar destas conquistas, várias fraquezas permanecem. O controlo externo dos gastos públicos continua ineficiente, e algumas componentes do sistema de contratos públicos ainda não estão operacionais. É necessário que Cabo Verde melhore a eficácia da sua Inspeção-geral de Finanças (IGF) e dê mais poder ao Tribunal de Contas (TC). Além disso, as empresas públicas que operam em sectores-chave como a energia e os transportes, continuam a ter prejuízos financeiros, causando custos adicionais para o Estado e para o setor privado. É necessária uma avaliação precisa dos passivos contingentes do Estado para uma melhor gestão da dívida pública em geral, e do risco financeiro.

Gestão de recursos naturais e ambiente

A flora e a fauna únicas de Cabo Verde, com elevados níveis de espécies endémicas, devem-se ao seu isolamento geográfico da região continental de África e ao seu clima seco. É um dos dez maiores *hotspots* de biodiversidade de recifes de corais do mundo, e abriga 639 espécies de peixes, incluindo pelo menos 17 espécies de baleias e golfinhos –as ilhas da Boa Vista e do Sal foram identificadas como importantes locais de acasalamento e parto de baleias. As ilhas são também importantes centros de reprodução e desova para cinco espécies de tartarugas marinhas.

Nas últimas duas décadas, o turismo em Cabo Verde tem crescido e desencadeou o crescimento da construção de imóveis. O número anual de turistas aumentou de cerca de 30 000 em 1995, para 350 000 em 2011, e o número de estabelecimentos de turismo mais que duplicou, de 88 para 195 no mesmo período. A maior parte do turismo está concentrado nas ilhas do Sal e da Boa Vista.

O desenvolvimento do turismo nestas ilhas, especialmente o turismo de massas, é uma ameaça à sua biodiversidade. O desenvolvimento de infraestruturas turísticas, incluindo estradas, tem levado à degradação e fragmentação dos ecossistemas naturais (por exemplo, destruição de *habitats* naturais durante a construção, impacto em paisagens adjacentes, utilização generalizada e sem controlo de detritos resultantes da construção de edifícios, e a extração indevida de materiais de construção, especialmente areia).

Em resposta a estas ameaças, o governo está a construir uma rede de áreas protegidas que abrange 47 *habitats* naturais.

Os solos e a conservação da água são também uma prioridade, com a construção de barragens com o objetivo de aumentar a recolha de águas de superfície. Além disso, uma série de medidas de conservação dos solos estão a ser implementadas para deter a grave erosão dos solos causada principalmente pelo vento e tempestades tropicais agressivas.

As alterações climáticas constituem uma ameaça real para Cabo Verde. De facto, vários nichos de *habitats* estão em risco devido às mudanças climáticas, com um nível crescente de ameaça para alguns ecossistemas e risco de extinção de espécies menos resistentes. A subida do nível das águas do mar, em resultado das mudanças climáticas, também irá provavelmente potenciar problemas pré-existentes de erosão das praias, com impacto nos corais, tartarugas marinhas e outros organismos. A mitigação e adaptação devido às mudanças climáticas são um dos aspectos centrais da agenda do governo para o período pós-2015.

Contexto político

Cabo Verde caracteriza-se pela qualidade do seu sistema democrático estabelecido em 1991 e consolidado ao longo dos anos. O Relatório de 2012 da *Freedom House* coloca-o entre os países africanos de liderança em termos de liberdades civis, direitos políticos e estabilidade. O respeito do Estado de Direito e do princípio fundamental da separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, coloca Cabo Verde em pé de igualdade com os países desenvolvidos, tornando-o um dos



países-modelo em África, em termos de democracia e boa governação. A liberdade de imprensa é uma realidade no país, e a ausência de conflitos étnicos, políticos e religiosos tem fomentado a coesão sociocultural.

Desde 1991, as eleições presidenciais e legislativas têm sido marcadas por uma transição pacífica de poder entre os dois maiores partidos do país: o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MPD). O PAICV venceu as eleições parlamentares em Fevereiro de 2011, enquanto que o MPD, partido da oposição, ganhou as presidenciais em Agosto de 2011. As eleições autárquicas realizadas em Julho de 2012 resultaram no MPD a controlar 13 câmaras municipais (contra 11 em 2008), e o PAICV, partido no poder, a ganhar 8 (10 em 2008). No entanto, a convivência é pacífica e sustentável, devido ao consenso entre os principais partidos políticos sobre a estratégia de desenvolvimento do país. As próximas eleições presidenciais e legislativas estão marcadas para 2016.

Contexto social e desenvolvimento humano

Formação de recursos humanos

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde de 0.586 é inferior à média de 0.640 para os países do grupo de desenvolvimento humano médio, mas acima da média de 0.475 para os países da África Subsaariana.

A taxa de alfabetização entre os jovens dos 15 aos 24 anos continua alta e perto de 98.1%. Esta elevada taxa reflete o sistema de educação primária universal, obrigatório e gratuito. O ensino secundário continua a ser um desafio devido às altas taxas de abandono escolar: 40.7% para a faixa etária dos 15 aos 19 anos e 54.3% para a faixa etária dos 20 aos 24 anos. A qualidade do ensino varia significativamente e continua a ser uma preocupação. De facto, a educação de qualidade foi apontada como uma das maiores preocupações do público durante o Processo de Consulta Nacional pós-2015, que teve lugar em Maio de 2013. As matrículas no ensino superior estão concentradas nos grupos de maior rendimento. Com o objetivo de melhorar a empregabilidade tem havido algum investimento na formação profissional.

A mortalidade infantil caiu, em particular, devido a uma política de vacinação estrita. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu significativamente de 56‰ em 1990, para 23.7‰ em 2009, e está perto da meta dos ODM de 18.7‰. A mortalidade infantil também melhorou para cerca de 23‰ em 2011 (a meta dos ODM é de 14‰). Os dados sugerem que as infeções e os parasitas são uma causa importante de morte entre crianças menores de um ano, o que apela para a melhoria contínua do sistema de água e saneamento e da educação para a saúde pública.

Em 2009, a taxa de mortalidade atingiu 53.7 (por 100 000 nascimentos), acima da meta dos ODM de 17.3 e inferior aos 61.2 registados em 2007. Em termos absolutos, no entanto, sete mulheres morreram de causas relacionadas com a gravidez em 2009, comparado com duas, em 2007 e em 2008. A proporção de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados melhorou drasticamente de 36% em 1998, para 76% em 2009. As consultas pós-parto permanecem muito baixas e são motivo de preocupação. No entanto, mais de 50% das mães não consultaram médicos após o parto, em 2009. O governo elaborou uma estratégia para integrar os cuidados de saúde das crianças e da mãe, de modo a aumentar a quota de consultas pós-natais.

A incidência do HIV/SIDA é relativamente baixa (menos de 1% da população), mas o número de pessoas infetadas com o HIV aumentou de forma constante de 114 em 2000, para 399 em 2010, sendo a maioria mulheres. Isso pode ser parcialmente explicado pelo aumento do número de pessoas a ser sujeitas a testes da doença, especialmente entre as mulheres. O número de pessoas que morrem de SIDA, apesar de relativamente pequeno, mais do que duplicou entre 2000 e 2009. Isto é parcialmente explicado por algumas pessoas infetadas, que procuram tratamento apenas em fases avançadas da doença. O terceiro plano estratégico nacional de luta contra a SIDA foi



lançado em 2011 e concentra-se principalmente nos grupos vulneráveis. A tuberculose continua a representar um risco com uma taxa de incidência de 69 casos por cada 100 000 pessoas em 2010; dos casos registados, 70% eram homens. O governo tem um plano abrangente para combater a incidência da tuberculose, que inclui a vacinação em idade precoce e a disponibilidade de diagnóstico gratuito e serviços de tratamento.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

Estimativas do Banco Mundial indicam que a taxa de pobreza foi de cerca de 25% em 2011, depois de ter atingido 21% em 2009. De acordo com o inquérito familiar de 2007, as taxas nacionais de pobreza caíram significativamente, de 49% em 1990, para 26.6% em 2007. No entanto, o progresso tem sido desigual. Trabalhos recentes, com base no Censo Demográfico de 2010, indicam que as taxas de pobreza nas ilhas com as melhores infraestruturas turísticas, Sal e Boa Vista, têm valores inferiores a metade da média nacional. Enquanto isso, a incidência da pobreza em ilhas maioritariamente rurais, com infraestruturas turísticas limitadas, como Fogo e Santa Antão, estão bem acima da média nacional. Da mesma forma, a pobreza em áreas urbanas caiu de 25% para 13.2% entre 2002 e 2007, ao mesmo tempo que a pobreza em áreas rurais melhorou apenas de 51.1% para 44.3%.

Ainda que Cabo Verde esteja no bom caminho para atingir todas as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, persistem desafios significativos. A elevada e persistente desigualdade e a perspetiva de taxas de crescimento mais baixas terá inevitavelmente um impacto sobre a redução da pobreza no futuro.

Embora os documentos de planeamento, incluindo o DECRP, adotem uma abordagem inclusiva para o crescimento, não apresentam um plano claro para integrar a redução da pobreza, a proteção social e a criação de emprego na estratégia de crescimento económico. O Orçamento de Estado aprovado em 2014 indica que o programa de investimentos públicos (PIP) se concentra maioritariamente na construção e expansão de portos, estradas, no desenvolvimento do setor de energia e água, bem como em infraestruturas relacionadas com a saúde e a educação, tais como hospitais e escolas. O PIP também visa priorizar o desenvolvimento das indústrias criativas (cultura e artesanato, festivais locais, desportos náuticos, turismo rural) e do agronegócio, como forma de ampliar as oportunidades de emprego.

Além disso, Cabo Verde está a procurar reformar o seu sistema de proteção social, como parte dos esforços do país para construir uma estratégia mais abrangente para o crescimento económico, e para enfrentar os seus principais desafios socioeconómicos de uma forma mais sistemática e sustentável. O país está a construir uma unidade de registo para os beneficiários de programas sociais, e a elaborar um programa de transferência de rendimentos, de forma a aumentar a eficiência dos gastos sociais que poderiam ser implementados já em 2015. A análise preliminar do atual sistema de proteção social, que inclui um sistema de pensões, saúde, educação e programas de nutrição, indica que os programas, objetivos e agências de implementação estão altamente fragmentados e deficientemente coordenados⁴. Enquanto não existir uma compreensão geral de riscos socioeconómicos para a população⁵, há pouca informação sistematizada sobre as vulnerabilidades e sobre os fatores que agravam os riscos associados com a transmissão intergeracional da pobreza.

Outro motivo de preocupação reside no desemprego entre os jovens, que representam 50% da população em idade de trabalhar. O plano de recuperação orçamental de 2010/2011 ajudou a baixar o desemprego de 13.1% em 2009, para 10.7% em 2010. No entanto, o desemprego voltou a subir para 16.8% em 2012, e o plano não tem sido capaz de criar oportunidades suficientes de primeiro emprego para jovens trabalhadores. De facto, estima-se que 32.1% dos jovens dos 15 aos 24 anos estavam desempregados em 2012.



Igualdade do género

A igualdade de género continua a ser um desafio. A percentagem de lugares ocupados por mulheres no parlamento nacional permanece baixa, em torno de 20.8% (2011). A nível municipal, a discrepância entre homens e mulheres no poder é ainda mais significativa: em apenas 1 dos 22 municípios do país, a presidência é assegurada por uma mulher.

A inatividade económica é especialmente elevada entre as mulheres: cerca de 83.4%, comparado com 53.8% entre os homens. As razões mais frequentemente utilizadas para justificar a inatividade económica das mulheres, são a obrigatoriedade de frequentar a escola (34%) e motivos familiares (23%). Entre os homens, a razão principal para a inatividade é a escola, enquanto as razões familiares são mencionadas em apenas 4% dos casos.

Mais de um terço das mulheres com idade entre os 15 e os 24 anos estavam desempregadas em 2011, bem acima da taxa de desemprego total de 12.2%, e dos 22.1% registados para os homens da mesma faixa etária. Um estudo recente (2012) sobre o uso do tempo indica algumas outras razões pelas quais as mulheres estão fora do mercado formal de trabalho: 74% do tempo total destinado ao trabalho (remunerado e não remunerado) em Cabo Verde não é remunerado, e as mulheres contribuem com 68 % do trabalho não remunerado total, e com 44% do trabalho total pago. A distribuição desproporcional do tempo de atividade não-remunerada leva à “escassez de tempo” entre as mulheres, o que reforça a sua pobreza e os ciclos de pobreza⁶. O acesso aos postos de trabalho pelas mulheres é especialmente importante para reduzir a pobreza, tendo em conta que as famílias chefiadas por mulheres tendem a ter uma probabilidade 1.5 vezes maior de serem pobres do que as chefiadas por homens.

Análise temática: Cadeias de valor globais e industrialização em África

As condições naturais e geográficas de Cabo Verde combinam a falta de recursos naturais não renováveis e de terras aráveis, com um clima seco, o que as torna inadequadas para a agricultura de grande escala, enquanto a população relativamente pequena de 500 000 habitantes está dispersa por nove ilhas. Estas condições têm limitado a capacidade do país para integrar as cadeias de valor globais e desenvolver um forte setor industrial. A integração através de indústria manufatureira também é limitada devido à escassez e ao preço dos bens que são na sua maioria importados, à produção em pequena escala de produtos de baixo valor, e ao acesso limitado a financiamento a nível nacional. Hoje, o país conecta-se às cadeias de valor globais através de três setores principais: o turismo, o trabalho e os produtos do mar.

O setor de turismo é o setor mais envolvido em cadeias de valor globais, tendo-se tornado um importante motor de crescimento da economia cabo-verdiana desde 2005. O Banco Central de Cabo Verde estima que o volume de receitas associadas ao turismo atingiu o equivalente a mais de 20% do PIB em 2012 e 2013⁷. Em 2000, o volume de receitas associadas ao turismo correspondia a menos de 3% do PIB. O setor do turismo registou um crescimento substancial em relação ao resto da economia, mas não conseguiu criar empregos e estimular outros setores da economia. Isto deve-se em parte, ao facto de outros setores da economia não estarem a ser estruturados de modo a atender à procura do setor do turismo e, em parte, resulta do próprio modelo de turismo, que se baseia em cadeias hoteleiras *all inclusive*. Na verdade, a formação do arquipélago, em combinação com a produção de escala relativamente pequena, e do alto custo dos transportes inter-ilhas, tem limitado a capacidade de produção nacional de bens e serviços destinados ao setor do turismo, a preços competitivos.

Cabo Verde tem um grande número de cidadãos a trabalhar no exterior: estima-se que corresponda ao dobro do número de residentes no arquipélago. A grande diáspora liga o país às cadeias de valor globais através do setor do trabalho e envia as remessas, que se estima tenham alcançado cerca de 10% do PIB em 2012 e 2013⁸. Em 2012, a maior parte das remessas, em torno



de 32%, foi proveniente da diáspora residente em Portugal, seguida da diáspora residente em França (cerca de 24%) e nos Estados Unidos (14.5%). As fracas perspetivas económicas globais, especialmente na zona euro, representam um risco considerável para o fluxo de remessas para o país.

Os produtos do mar, principalmente frutos do mar, enlatados e congelados, também envolvem o país em cadeias de valor no exterior. Esses produtos representaram exportações totais no valor de cerca de 2.7% do PIB em 2012. A maioria destes produtos, cerca de 91%, são exportados para um único mercado: Espanha.

Para o futuro, Cabo Verde está a estudar estratégias que posicionem o país de forma mais estratégica em fases de maior valor das cadeias de valor globais, estimulando novas exportações de bens e serviços de maior valor acrescentado, e ampliando as existentes. Ao mesmo tempo, estas estratégias visam reforçar as oportunidades de emprego a nível nacional, especialmente entre os jovens e as mulheres. Essas estratégias, as quais incluem o desenvolvimento de uma forte economia criativa, centram-se em três pilares principais: i) criar as condições necessárias para produzir e vender produtos e serviços nos mercados nacionais e globais que apresentem um padrão de qualidade adequados às estruturas de custos dos produtores nacionais e que, ao mesmo tempo, possam melhorar a capacidade do país de acordo com os padrões internacionais; ii) promover a capacidade criativa para desenvolver novos projetos de alto valor acrescentado e nichos de produtos e serviços com base no conhecimento e na criatividade de modo a posicionar Cabo Verde no competitivo mercado global; iii) melhorar a integração do mercado nacional através do reforço da sua capacidade interna de produzir, armazenar, distribuir e transportar bens e serviços entre as ilhas e o exterior⁹.

Além dos problemas com a escala de produção, a limitada terra arável, o clima e a reduzida população, existem outras barreiras que inibem a participação de Cabo Verde nas cadeias globais de valor, incluindo o setor do turismo. Entre essas barreiras estão: as dificuldades associadas ao transporte inter-ilhas e a ausência de um sistema nacional eficaz de logística para armazenar e distribuir bens de forma eficiente. Embora as tecnologias de informação e serviços baseados na Internet ofereçam uma oportunidade para o país superar muitas das suas limitações estruturais, a fragmentação do mercado interno constitui um obstáculo que, se resolvido, permitiria uma maior circulação de pessoas e bens no interior e exterior do país.

A prioridade crescente da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, tal como descrito no III DECRP, consiste em desenvolver a economia criativa como força motriz para setores como o cluster de TI, a agroindústria, as pescas, os produtos culturais e o turismo. A estratégia visa também incentivar uma rede mais sólida de micro e pequena empresas a nível nacional através da formulação, por exemplo, de um regime especial de tributação. A estratégia baseia-se no pressuposto de que o valor acrescentado e as exportações diferenciadas de nichos de produtos e serviços irão posicionar Cabo Verde para competir no mercado global em etapas de maior valor das cadeias de valor globais¹⁰. Cabo Verde também está a investir fortemente em fontes de energia renovável, de forma a diminuir a sua dependência energética dos combustíveis que aumentam o custo de produção a nível nacional.



Notas

1. O INE, o instituto nacional de estatística, lançou recentemente novas estimativas do PIB para o período 2007-2011. Os novos valores do PIB indicam que o efeito negativo da crise na zona Euro na economia cabo-verdiana, foi muito mais forte do que o previsto. Efetivamente, pensou-se até agora, que Cabo Verde tinha resistido relativamente bem à crise, com uma desaceleração económica de 3.7% em 2009, recuperando para 5.2% em 2010 e 5.1% em 2011.
2. A ideia é construir uma economia competitiva, fortemente diversificada e sustentável, através sete polos económicos fundamentais: o turismo, a economia marítima, a aeronáutica, as tecnologias de informação, as finanças, a economia criativa e o agroalimentar.
3. Desde 2000, o CVE exhibe uma paridade fixa com o euro, em que 110.265 CVE = 1 EUR.
4. OIT (2012), *A Proteção Social em Cabo Verde: Situação e Desafios*.
5. Ministério da Juventude, Emprego, e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, “Estratégia para o desenvolvimento da proteção social de Cabo Verde”.
6. Use of Time and Non Remunerated Work in CaboVerde, 2012.
7. Statistics Bulletin – 20 years, CaboVerde Central Bank, and Statistics Bulletin – 3º Quarter 2013, Banco Central de Cabo Verde.
8. Statistics Bulletin – 3º Quarter 2013 (figuras 9 and 10), Banco Central de Cabo Verde.
9. National Implementation Unit (NIU), Enhanced Integrated Framework- CaboVerde Ministry of Tourism, Industry and Energy (MTIE) (2013), “Enhancing trade capacity in CaboVerde”, *Concept Paper for Tier-2 Funding ENHANCED INTEGRATED FRAMEWORK (EIF)*, Não publicado.
10. Growth and Poverty Reduction Strategy Paper III, 2012.

GUINÉE-BISSAU

2014

Yannis Arvanitis / y.arvanitis@afdb.org





GUINÉ-BISSAU

- Em 2013, a Guiné-Bissau recuperou, e registou uma taxa de crescimento de 0.3% do PIB, comparado com -1.5% em 2012. No entanto, as sequelas económicas resultantes do golpe de Estado de Abril de 2012 permanecem. Para 2014, é esperado um crescimento de 2.8%. Em 2015, este deve atingir 2.6 %. Estas perspetivas dependem fortemente do clima sociopolítico e do decorrer das eleições gerais previstas para 2014.
- O saldo orçamental registou uma baixa de 4.7% do PIB em 2013. A curto prazo, o retomar da cooperação com os doadores deverá contribuir para a melhoria das finanças públicas.
- A situação humana e social deteriorou-se, em particular devido à falta generalizada de recursos do Estado e às dificuldades de acesso físico aos serviços de saúde.

Visão global

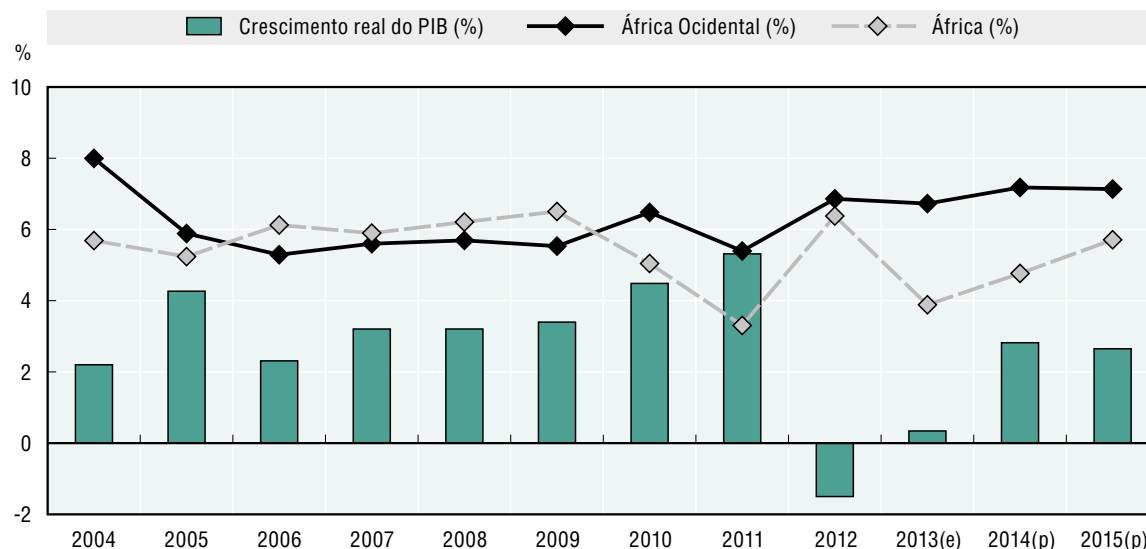
O golpe de Estado de Abril de 2012 causou uma série de perturbações económicas. Em 2013, a taxa de crescimento atingiu 0.3%, registando um aumento em relação a 2012. No entanto, esse regresso ao crescimento esconde sérios problemas estruturais, que se agravaram com a interrupção das reformas iniciadas antes do golpe. Em 2014 é esperado um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2.8%, graças à recuperação da atividade económica que se espera após as eleições previstas.

Em termos orçamentais, a suspensão das operações pela maioria dos parceiros técnicos e financeiros significou um abrandamento das reformas e a interrupção dos financiamentos. Os cortes no orçamento de 2013 refletiram-se nas despesas concedidas à provisão de bens públicos. Tal situação levou à suspensão de investimentos e ao aumento dos pagamentos atrasados. No final de 2013, os pagamentos atrasados internos foram de 7.7 mil milhões de XOF (Franco CFA), incluindo 4 mil milhões de XOF em salários. Consequentemente, o equilíbrio orçamental aumentou para 4.7% do PIB em 2013, quando era de 2.7% em 2012. Para os anos de 2014 e 2015, a esperada normalização do clima sociopolítico e o retomar da cooperação internacional, devem permitir a melhoria das finanças públicas e a liquidação dos pagamentos atrasados. A inflação diminuiu, passando de 2.1% em 2012, para 1.0% em 2013, devido essencialmente a uma fraca procura interna.

A situação social continua precária, com um dos mais baixos resultados nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). Dada a fragilidade e fraqueza dos recursos do Estado, os serviços no domínio da saúde estão longe de satisfazer as necessidades. O número de técnicos do Ministério da Saúde diminuiu de 16% entre 2007 e 2012. O surto de cólera declarada em 2012 continuou em 2013 por falta de meios para o seu controlo. Em paralelo, a insegurança alimentar deteriorou-se seriamente: mais de um terço da população está em situação de subnutrição.

De modo geral, a Guiné-Bissau está mal integrada nas cadeias de valor globais, especialmente devido ao ambiente de negócios desfavorável e à falta de infraestruturas de suporte à produção.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: Departamento de Estatística do BAD. Estimativas (e) e previsões (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	-1.5	0.3	2.8	2.6
Crescimento real do PIB per capita	-3.9	-2.1	0.4	0.3
Inflação medida pelo IPC	2.1	1.0	1.5	1.8
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.7	-4.7	-3.6	-4.9
Conta corrente, em % do PIB	-9.5	-6.6	-5.8	-5.7

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Ainda que no plano político se tenham registado progressos encorajadores, os mesmos não permitiram a recuperação económica esperada devido às perturbações relacionadas com o golpe militar de Abril de 2012. Em 2013, estima-se que o crescimento será de 0.3%, comparado com -1.5 % em 2012. Este baixo nível de crescimento deve-se a vários fatores. Em primeiro lugar, ao baixo preço da castanha de caju, que contribui, em média, com 30% do valor acrescentado do setor primário. Em segundo lugar, o crescimento foi afetado pelo declínio do investimento público devido à suspensão do apoio por parte de alguns parceiros técnicos e financeiros. Por ultimo, a diminuição significativa das atividades do setor secundário, atingidas por uma queda na produção de eletricidade, também afetou a situação económica. O crescimento foi, no entanto, apoiado por uma boa campanha agrícola. A falta de dinamismo do consumo provocou a baixa da taxa de inflação de 2.1% em 2012, para 1.0% em 2013.

A Guiné-Bissau é um país predominantemente rural, onde a agricultura, a silvicultura, as pescas e a pecuária representaram 49.1% do PIB em 2013. Este setor que emprega 72.4% da força de trabalho, segundo o Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza na Guiné-Bissau (ILAP) de 2010, está pouco desenvolvido e baseia-se principalmente em tecnologias rudimentares. A campanha agrícola dos produtos alimentares de 2012/13 ocorreu sem grandes perturbações. A produção aumentou quase 15% em relação à campanha anterior, com um salto de 16.2% na produção de arroz. Num todo, o setor primário registou um crescimento real de 1.8% em 2013, contra 0.2% em 2012.



Em 2013, a produção de castanha de caju foi responsável por 11.9% do PIB do país. O ano de 2011 registou uma produção recorde, com cerca de 167 mil toneladas produzidas. Em 2012, a produção caiu para 120 000 toneladas, para aumentar para 150 000 toneladas em 2013. No entanto, de acordo com a Agência Nacional de Caju, os preços FOB (*free on board*) diminuíram de 441 USD em 2012 (57% dos quais para os produtores), para 355 USD em 2013 (43% para os produtores). Esta situação explica-se por diversos fatores, alguns dos quais são internos ao país, como a desorganização do sistema produtivo, ou as mudanças nos regimes fiscais durante o ano da campanha. Outros fatores são externos, como o aumento dos custos na Índia (incluindo os custos da mão de obra), principal importador, o que se repercute nos produtores da Guiné-Bissau, devido ao regime desequilibrado do comércio (monopsónio).

Tal situação levou a uma deterioração da segurança alimentar no país. De acordo com o Programa Alimentar Mundial, 80% das pessoas que vivem fora de Bissau, vivem da castanha de caju, que trocam por arroz e outros produtos de primeira necessidade. Dado o baixo preço da castanha de caju em 2013, os termos de troca com arroz deterioraram-se acentuadamente, passando de um quilo de castanha de caju por um quilo de arroz em 2011 e 2012, para a proporção de três quilos de caju por quilo de arroz em 2013. Após Julho de 2013, mais da metade das comunidades ficou com um mês e meio de reservas máximas de cereais, deixando mais de um terço da população numa situação de subnutrição. Neste contexto, o desafio da diversificação económica, especialmente na agricultura, mantém-se.

O setor secundário tem sofrido devido à queda significativa verificada no setor da água e da eletricidade, na ordem de -15.8% em 2013, em comparação com -0.9% em 2012. Esta situação está intimamente relacionada com problemas de tesouraria para o pagamento das importações de petróleo, mas também com problemas de gestão da empresa nacional de água e eletricidade. O crescimento das atividades de mineração atingiu 3.2%. Na agroindústria situou-se em 2.1%. Quanto ao setor da construção, o aumento das importações de cimento impulsionou o crescimento do setor para 1.5%, contra -5.5% em 2012. Globalmente, o setor produtivo cresceu 1.4% em 2013, enquanto no ano 2012 decresceu 3.5%.

Os recursos minerais têm boas perspetivas económicas. Os trabalhos de prospeção em minas de bauxite, fosfato e areia preta estão em andamento, com o objetivo de iniciar a produção em 2015. No entanto, as empresas presentes no terreno têm geralmente pouca experiência. Além disso, de 1997 até hoje, os esforços do governo para a assinatura de contratos de concessão ou arrendamento para as operações de exploração, ainda não tiveram mudanças significativas devido em parte à turbulência sociopolítica do país.

O setor terciário registou uma queda de 1.1% em 2013, que compara com -3.5% em 2012. Esta tendência deve-se principalmente à administração pública, que registou uma quebra de 6% das suas atividades em 2013, contra 4.8% em 2012. As receitas de impostos indiretos também caíram 2.5% em 2013, seguindo a mesma dinâmica de 2012 (-2.7%), e em nítido contraste com o ano anterior ao golpe de Estado (+7%). A base fiscal da Guiné-Bissau continua a ser muito estreita. O número de contribuintes é muito baixo e a base fiscal está concentrada num pequeno número de itens da receita, que incluem principalmente os direitos aduaneiros sobre importações, a exportação de castanha de caju, e os acordos de pesca. Assim, a carga tributária continua a ser a mais baixa da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), passando de 8.3% em 2012, para 7.9% em 2013, abaixo do critério de convergência de 17%.

As perspetivas para 2014 e 2015 estão dependentes do clima sociopolítico. Elas dependem fortemente do desenrolar das eleições presidenciais e parlamentares previstas para 2014. No entanto, a atividade deve ser suportada pelo setor primário, assumindo um aumento de 3% na comercialização de castanha de caju em 2014. A retoma gradual de projetos públicos financiados pelos parceiros do desenvolvimento também deve contribuir para esta tendência. Na perspetiva de realização das eleições antes de meados de 2014, o crescimento pode chegar a 2.8% em 2014 e 2.6% em 2015. No entanto, o adiamento das eleições poderia atrasar o regresso efetivo de todos os doadores e, assim, piorar as perspetivas.

Para conseguir a recuperação económica e assegurar a sua sustentabilidade, os principais desafios são: i) sucesso na normalização democrática e retorno da estabilidade política; ii) reforçar a capacidade institucional para capitalizar plenamente o regresso à ordem constitucional; iii) incentivar a diversificação da economia, incluindo a agricultura; iv) investir com vista a ultrapassar o défice em infraestruturas; v) continuar a melhorar a gestão dos sistemas de finanças públicas.

Tabela 2. PIB por sectores (em percentagem)

	2008	2013
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	48.2	49.1
Nomeadamente pesca	5.4	4.4
Indústria extractiva		
Nomeadamente petróleo		
Indústria transformadora	12.7	11.4
Electricidade, gás e água	0.8	1.2
Construção	0.4	0.4
Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração	19.9	18.2
Nomeadamente hotelaria e restauração		
Transportes, armazenagem e comunicações	4.4	4.2
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	4.4	4.0
Serviços da administração pública	9.0	11.6
Outros serviços		
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos factores	100	100

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

Antes dos acontecimentos de Abril de 2012, a política fiscal do governo tinha como objetivo a consolidação orçamental. Após o golpe e a suspensão das operações por parte da maioria dos parceiros técnicos e financeiros, as diferentes reformas desaceleraram. O governo foi confrontado com grandes desafios. A retirada de parceiros implicou a interrupção do apoio orçamental tradicional e a suspensão das fontes de receita, tais como as relativas aos acordos de pescas estabelecidos com a União Europeia (13.4% das receitas, excluindo subsídios em 2011, contra 0.2% em 2013).

A diminuição significativa dos donativos pesou sobre a receita total, que passou de 19.5% do PIB em 2011, para 15.1% em 2012, e 13.4% em 2013, acentuando as pressões orçamentais. Para 2014 e 2015, a receita deve aumentar graças à recuperação dos donativos decorrente da renovação do envolvimento dos doadores.

No entanto, no curto e médio prazo, as receitas fiscais continuam dependentes de rendimentos relacionados com a exportação de castanha de caju e, até certo ponto, da reativação dos acordos de pesca com a União Europeia, após as eleições. As receitas relacionadas com a castanha de caju atingiram 60 mil milhões de XOF em 2012 e 64.9 mil milhões em 2013. Nos próximos dois anos, graças a uma melhor produção e a preços semelhantes, as receitas deverão atingir mais de 65 mil milhões de XOF.

O saldo orçamental foi de 2.7% em 2012 e de 4.7% em 2013. Para 2014, a normalização do clima sociopolítico, a retoma da cooperação com os doadores e a continuação da reforma da administração pública, defesa e segurança deverão permitir uma ligeira melhoria do desempenho das finanças públicas.

No entanto, a estrutura do orçamento apresenta uma certa rigidez, dado o peso das despesas com salários (67.4% das receitas fiscais no final de 2013) e a ausência de reformas para controlar a massa salarial. Esta rigidez levou ao aumento dos pagamentos atrasados internos. No final de 2013, estes atrasados totalizaram 7.7 mil milhões de XOF, incluindo 4 mil milhões em salários. As receitas previstas, após o regresso da ordem constitucional, devem possibilitar em primeiro lugar o pagamento dos atrasados, antes de se concentrarem no investimento.



Tabela 3. Operações financeiras do Estado (em percentagem) do PIB

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Receitas totais (inclui donativos)	15.6	21.8	19.5	15.1	13.4	15.2	13.7
Receitas fiscais	5.9	7.9	8.7	8.3	8.1	8.1	8.0
Receitas do petróleo	6.5	11.1	8.2	5.3	3.9	5.6	4.2
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	21.5	21.6	20.1	17.9	18.1	18.7	18.6
Despesas correntes	14.2	11.9	12.1	13.3	13.5	14.1	13.9
Sem juros	12.1	11.7	12.0	13.2	13.4	13.3	13.1
Salários	6.9	6.3	5.1	5.4	5.6	5.5	5.5
Pagamento de juros	2.2	0.3	0.1	0	0.1	0.8	0.8
Despesa de capital	7.3	9.7	8.0	4.6	4.6	4.6	4.7
Saldo primário	-3.7	0.4	-0.5	-2.7	-4.6	-2.7	-4.1
Saldo global	-5.9	0.2	-0.6	-2.7	-4.7	-3.6	-4.9

Nota: a. Somente os itens principais são relatados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

A política monetária na Guiné-Bissau é conduzida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), à semelhança de outros países da UEMOA. Entre 2012 e 2013, a taxa diretora diminuiu 0.75% com o objetivo de forçar a baixa das taxas de empréstimos bancários praticadas pelos bancos que se financiam no BCEAO, e melhorar as condições de financiamento à economia. Essa queda nas taxas de juro levou a uma redução das taxas interbancárias, permitindo aos bancos locais de se refinanciar a custos mais baixos. Ainda que não avaliado até ao momento, o efeito de transmissão sobre os mutuários parece baixo, na medida em que as taxas praticadas não foram alteradas. As taxas de empréstimos situam-se numa faixa entre 8% e 18%, com uma taxa média de 9.75% durante os primeiros nove meses de 2013, ou seja, uma ligeira diminuição em relação a 2012 (9.8%) e 2011 (10.8%). Essas taxas, ainda consideradas altas, não são favoráveis ao investimento privado. No entanto, a descida das taxas diretoras tem permitido aos bancos locais compensar o aumento das perdas relacionadas com o arrefecimento económico verificado após o golpe de Estado de Abril de 2012.

A adesão do país à zona do franco, a qual coloca regras orçamentais restritivas e limita o acesso ao financiamento monetário para fazer face ao défice, ajuda a manter a estabilidade dos preços. As perspetivas para a inflação devem permanecer inalteradas no pressuposto de estabilidade dos preços do petróleo e dos produtos alimentares no mercado internacional. Em 2012, a taxa de inflação média anual foi de 2.1%, contra 5% em 2011, devido a uma queda do consumo interno. Esta situação foi semelhante em 2013, com a taxa de inflação a situar-se em 1%, abaixo dos 3% definidos pelos critérios de convergência da UEMOA. Para 2014 e 2015, a inflação deve permanecer abaixo do critério de convergência, em 1.5% e 1.8%, respetivamente, um aumento ligeiro no âmbito da recuperação da procura.

Apesar da política monetária conduzida pelo BCEAO permitir a estabilização dos preços e das taxas de câmbio, esta compromete a capacidade dos países de fazer face aos choques externos. Assim, a falta de sincronização dos ciclos económicos na UEMOA, a heterogeneidade das estruturas económicas, bem como a falta de integração, aumentam os seus constrangimentos. Isto é especialmente importante para a Guiné-Bissau, tendo em conta a sua dependência do setor primário e o seu ciclo económico errático, em parte devido aos acontecimentos políticos.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A política comercial inscreve-se no quadro da UEMOA, numa base previsível e transparente ligada à Tarifa Externa Comum (TEC). Em 2013, as exportações representaram 14.9% do PIB, e as importações 21.1%. O saldo da balança comercial deverá situar-se em -6.6% do PIB em 2014, e



-6.4% do PIB em 2015. Apesar do aumento das exportações graças ao aumento da produção e da procura de caju, as carências estruturais do país não devem permitir uma redução significativa das importações.

Nos últimos três anos, as exportações do país foram dominadas pela castanha de caju. Em 2013, a venda de castanha de caju foi responsável por 87.7% das exportações totais. Quase toda a castanha bruta é exportada para a Índia. As importações são dominadas por produtos alimentares (27.7% do total das importações em 2013) e combustíveis (26.3%). Os países da zona euro ainda são os principais fornecedores da Guiné-Bissau. No curto prazo, esta estrutura não deverá mudar significativamente.

O stock de investimento direto estrangeiro (IDE) atingiu 27 mil milhões de XOF em 2011, mas caiu após o golpe para se situar em 16.2 mil milhões de XOF em 2012 e 8.8 mil milhões em 2013. O IDE é oriundo principalmente de Portugal, do Senegal e do Líbano. A Guiné-Bissau é altamente dependente da ajuda externa, particularmente para financiar o investimento público. De acordo com o orçamento de 2013 aprovado pelo parlamento, 90% das despesas de investimento deveriam ter sido financiadas por essas fontes externas. No entanto, a extensão do período de transição e a consequente retirada dos doadores não permitiu atingir o investimento público desejado.

Em 2013, o saldo da conta corrente registou uma deterioração de 6.6% do PIB. Em 2014 e 2015, este saldo deverá melhorar e situar-se em -5.8% do PIB e -5.7% do PIB, respetivamente.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Balança comercial	-2.8	-8.3	-1.5	-8.1	-6.2	-6.6	-6.4
Exportações de bens (f.o.b.)	15.3	15.0	24.3	14.1	14.9	14.3	14.2
Importações de bens (f.o.b.)	18.1	23.2	25.7	22.2	21.1	20.9	20.6
Serviços	-6.2	-6.9	-6.9	-6.1	-6.1	-6.0	-5.9
Rendimento dos factores	-1.5	-0.3	-1.3	-1.0	-0.5	-0.5	-0.6
Transferências correntes	8.7	7.1	7.8	5.6	6.2	7.4	7.2
Saldo da conta corrente	-1.8	-8.4	-1.8	-9.5	-6.6	-5.8	-5.7

Fonte: Dados do Banco Central e das autoridades nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

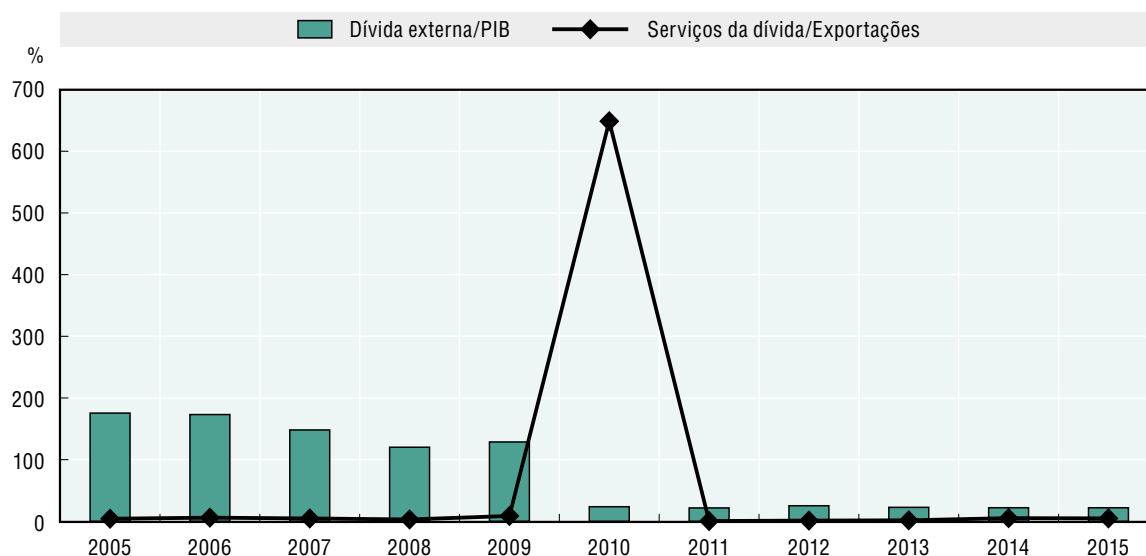
Política da dívida

Após o ponto de conclusão da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), a dívida pública da Guiné-Bissau passou de 164% do PIB em 2009, para 58.1% em 2012. Em 2013, a dívida deverá situar-se em 59.4%. Estes números estão abaixo do limite máximo de 70% fixado pelos critérios de convergência da UEMOA. No entanto, verifica-se um agravamento do stock da dívida ainda que os riscos permaneçam moderados. A sustentabilidade da dívida está condicionada pela recuperação da economia em 2014, mas também por uma gestão cuidadosa e equilibrada por parte do governo de pós-transição. A dívida deverá atingir 59.7% do PIB em 2014 e 60.1% do PIB em 2015.

Para 2013, além do apoio orçamental fornecido por alguns doadores como a CEDEAO e a Nigéria, nenhum outro doador tem prestado apoio neste campo. A falta de financiamento externo levou ao aumento significativo da dívida interna e dos atrasados. Em 2013, os salários em atraso na educação e cuidados de saúde ascenderam a 4 mil milhões de XOF. Para os anos de 2014 e 2015, o governo deve retomar a sua estratégia de médio e longo prazo de pagamento de atrasados internos. Também deve provavelmente promover uma ofensiva diplomática junto dos seus parceiros financeiros, no sentido de beneficiar dos empréstimos necessários para relançar a economia. Efetivamente, após o ponto de conclusão da Iniciativa PPAE, apesar da maior parte da dívida multilateral ter sido perdoadada, a Guiné-Bissau continua a acumular dívidas a credores que não fazem parte do Clube de Paris. Neste contexto, é importante que o país retome a publicação de relatórios trimestrais sobre a dívida com vista a aumentar a capacidade de gestão e a oferecer uma melhor transparência.



Figura 2. Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

Membro da UEMOA desde 1997, a Guiné-Bissau beneficia do espaço de moeda única com paridade fixa com o euro, da política comercial liberal adotada pela União, bem como de facilidades de comércio intercomunitário. No entanto, o setor privado mantém-se pouco desenvolvido, principalmente devido a um ambiente de negócios difícil, pouco propício, e à falta de infraestruturas de apoio à produção. Reconhecendo a importância da atividade económica privada, o II Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP II) faz do desenvolvimento do setor privado a pedra angular de um dos quatro pilares sobre os quais assenta. No entanto, apesar de um bom início, a implementação do DERP II foi, de facto, interrompida na sequência do golpe de Estado de Abril de 2012.

Para além dos distúrbios sobre a economia real, o período de transição política marca também uma pausa nas reformas relacionadas com o ambiente de negócios. Desde a criação de um balcão-único para a formalização de negócios em 2011, nenhuma reforma significativa se registou no país, que estagnou no último decil da classificação da edição de 2014 do Relatório *Doing Business*, do Banco Mundial (180ª posição entre 189 países).

De uma maneira geral, as organizações que prestam serviços a empresas são limitadas devido ao tamanho do mercado e da economia informal, que está estimada em mais de 70% do PIB. O setor privado na Guiné-Bissau é constituído principalmente por micro e pequenas empresas do setor informal, que enfrentam várias barreiras. Além das barreiras regulamentares, como destaca o relatório *Doing Business*, há restrições relacionadas com a qualidade da mão de obra (nomeadamente a educação e a formação), e com a capacidade de gestão.

A nível das infraestruturas de apoio à produção, o setor privado foi afetado pela baixa da produção de energia elétrica por parte da empresa de distribuição de água e eletricidade. Essa baixa, estimada em -15.8%, entre 2012 e 2013, limitou o setor privado. Assim, o setor de serviços



registrou um aumento de crescimento de -3.5% em 2012, para -1.1% em 2013, enquanto o setor secundário passou de -3.5% para 1.4% no mesmo período. As importações de equipamentos de produção por empresas privadas no país diminuíram, de 2.7 mil milhões de XOF em 2011, para 1.9 mil milhões em 2012, e 2 mil milhões em 2013. Para os anos de 2014 e 2015, a situação deverá melhorar com o regresso à ordem constitucional e dos parceiros financeiros, permitindo ao Estado uma relativa consolidação das finanças e, assim, uma regularização da fatura dos combustíveis destinados à produção de eletricidade.

Setor financeiro

O sistema financeiro inclui um setor bancário reduzido, com quatro bancos, três companhias de seguros e uma dúzia de empresas de financiamento descentralizado. Os bancos têm pequena dimensão: nenhum com balanço superior a 100 mil milhões de XOF. Os requisitos em matéria de adequação do capital estão abaixo ou conforme o acordo de Basileia I, mas permanecem alguns pontos fracos na sua implementação. Em 2013, os principais rácios foram respeitados; apenas os rácios do coeficiente de liquidez e de cobertura a médio e longo prazo não foram cumpridos por um banco, e o rácio de fundos próprios efetivos não foi respeitado por outro banco.

Segundo a comissão bancária do BCEAO, no final de 2012, as instituições de crédito registaram um total de ativos em queda de 4.6% em relação a 2011, enquanto outros países da UEMOA registaram um aumento de 12.9%. A tendência é a mesma para o ano de 2013. Enquanto isso, o crédito vencido aumentou 521.3% entre 2011 e 2012, e o volume dos incobráveis atingiu 51% em 2012. Essa degradação ocorreu após os acontecimentos de Abril de 2012, e ilustra alguma vulnerabilidade financeira associada a uma limitada capacidade de ação e supervisão. Em 2014 e 2015, a situação deve melhorar ligeiramente, devido à recuperação económica.

O setor de microfinanças está relativamente pouco desenvolvido devido ao clima de insegurança política e à morosidade económica. Apesar de um pequeno aumento no número de clientes (de 8.354 em 2010 para 9.486 em 2012), e do aumento dos depósitos em 22% entre 2010 e 2012, os empréstimos diminuíram em quase 46% relativamente ao mesmo período, devido à suspensão do financiamento dos doadores às instituições de microfinanças (IMF). Neste contexto, o setor está a passar por dificuldades com uma taxa de degradação média da carteira de 61% em 2012, enquanto a norma é de 5%. Um novo quadro regulamentar deve ser proposto pelo governo, a curto e médio prazo, a fim de: i) reforçar o ambiente institucional, legal e regulamentar com vista a dar garantias de segurança no setor; ii) iniciar a profissionalização das IMF; iii) promover a parceria entre todas as partes interessadas a fim de melhorar o acesso das IMF às fontes de financiamento e aos mecanismos financeiros.

Gestão do setor público, instituições e reforma

A administração pública da Guiné-Bissau está a enfrentar uma infinidade de constrangimentos. Embora em teoria, a estrutura administrativa seja relativamente clara e as competências de cada administração previstas na lei, existem grandes restrições para um serviço de qualidade e uma eficácia operacional. Estas restrições estão relacionadas principalmente com a falta de recursos. Acrescenta-se ainda a fraca capacidade institucional da administração, caracterizada por uma fraca qualificação dos trabalhadores, a falta de um plano abrangente para a reforço das capacidades e os baixos salários. Esses fatores têm contribuído para os maus hábitos da administração pública, tais como o absentismo, a falta de prestação de contas e da obrigação de apresentar resultados.

Face ao peso da massa salarial e após o recenseamento biométrico dos funcionários públicos, o Governo adotou em 2011, um plano de ação para reduzir os efetivos da função pública, melhorar a qualificação dos funcionários públicos e as suas condições de trabalho. Estas medidas incluem



a reforma de todos os funcionários que já passaram a idade de reforma, a reintegração dos trabalhadores excedentários dos setores em causa no setor privado, e a revisão da tabela salarial, a fim de atenuar as flagrantes diferenças. No entanto, após o golpe de Estado, estas reformas foram suspensas.

No geral, a insuficiência de meios materiais e financeiros, as fraquezas a nível do tratamento de *dossiers* administrativos, assim como a falta de abertura dos agentes às preocupações do setor privado, não permitem assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento económico sustentável. À luz destas questões, a reativação das medidas visando melhorar a gestão e a modernização do setor público para melhor responder às necessidades dos cidadãos é fundamental. É igualmente essencial a continuação do plano de reforma do setor da defesa e segurança, para a qual a CEDEAO disponibilizou um montante de 63 milhões de dólares.

Gestão de recursos naturais e ambiente

A Guiné-Bissau é um país de grande biodiversidade. Além dos vastos recursos hídricos, o país tem mais de 2 milhões de hectares de florestas, com uma significativa diversidade de fauna e de ecossistema. O governo está consciente da necessidade de desenvolver um quadro jurídico e regulamentar que possa abrir o potencial económico desses recursos, minimizando o risco de danos ao meio ambiente.

O país desenvolveu e publicou um conjunto importante de instrumentos legais para a proteção do meio ambiente. Para o efeito, a Guiné-Bissau está dotada de instrumentos relacionados com o uso dos recursos hídricos (decreto-lei 5-A/92), a exploração de florestas (decreto 4-A/1991), as pescas (decreto 1-A / 2005), a atividade mineira (lei 1/2000 e o decreto-lei 6/2006), e a produção e distribuição de energia (decreto-lei nº 3/2007). No entanto, algumas destas ferramentas estão incompletas ou ultrapassadas, como é o caso do código de gestão da água. Há também uma falta de regulamentação em matéria de planeamento territorial, recursos renováveis e eficiência energética.

Ao nível institucional, as deficiências permanecem, particularmente no que diz respeito à capacidade dos ministérios de terem em conta o impacto ambiental das suas atividades. O ano de 2013 assistiu a muito poucas mudanças neste aspeto. De acordo com o Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, o governo criou o Instituto Nacional do Meio Ambiente e o Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas. Também iniciou ações para a sensibilização das comunidades sobre o uso racional dos recursos naturais. No entanto, essas ações foram diminuindo consideravelmente após o golpe de Estado de Abril de 2012. A recuperação destas atividades é de particular importância a partir do regresso à ordem constitucional em 2014.

Contexto político

Após o golpe militar, a mediação da CEDEAO levou à assinatura a 16 de Maio de 2012, de um pacto de transição. Este pacto prevê a constituição de um governo de transição inclusivo, e a realização de eleições o mais rápido possível, com a data limite de 31 Dezembro de 2013. No entanto, só no início de 2013 os partidos políticos subscreveram ao pacto de transição, e, o governo só foi nomeado em Junho.

A paisagem política permanece fragmentada, especialmente dentro do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo Congresso foi adiado para 2013-2014. Além disso, a falta de meios técnicos e financeiros para realizar o censo necessário para eleições forçou o governo de transição a adiar as eleições. Com o apoio externo, o censo pôde finalmente começar a 1 de Dezembro, mas já registando atrasos, com apenas 30% dos eleitores recenseados a 31 de Dezembro. Finalmente, o papel dos militares nos acontecimentos de 2012 ainda não foi esclarecido. Uma lei de amnistia foi proposta e rejeitada em Setembro, mas novamente proposta no início do ano de 2014.



Em termos de segurança, vários eventos, como o ataque à embaixada da Nigéria pela multidão na sequência da acusação de sequestro por um cidadão nigeriano, ou as agressões múltiplas perpetradas sobre os cidadãos, levou o Conselho de Segurança da ONU, na reunião de 9 de Dezembro de 2013, a apelar a todos os interessados no país a “abster-se de qualquer ação que possa prejudicar o processo político e a implementação de reformas importantes para a estabilidade a longo prazo”.

Contexto social e desenvolvimento humano

Formação de recursos humanos

Com um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), em 2013 (0.364), o país ocupa a 176ª posição entre 186 países. Dois fatores contribuem para esse baixo nível: a pobreza generalizada com baixo rendimento monetário, e a baixa esperança de vida (48.6 anos). Estes resultados explicam-se pela falta de oportunidades de rendimento e a dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade.

As prestações no domínio da saúde continuam a ser insuficientes para as necessidades, devido à fragilidade e à falta de recursos e, mais recentemente, a restrições orçamentais. O número de pessoal técnico do Ministério da Saúde em todos os níveis (assistentes de enfermagem, médicos, etc.) diminuiu 16% entre 2007 e 2012. Em 2012, uma nova epidemia de cólera eclodiu e continuou em 2013. Quanto à prevenção e tratamento do HIV/SIDA, tuberculose e malária, ainda existem fraquezas e obstáculos que afetam a oferta de cuidados de saúde, tais como, a inacessibilidade geográfica dos centros de saúde, o envelhecido sistema de infraestruturas e fracos sistemas logísticos. Assim, a malária continua a ser a principal causa de morte entre as crianças (18%). A prevalência nacional de HIV/SIDA está estimada em 3.3%.

No setor da educação, o nível da Guiné-Bissau ainda é baixo quando comparado com as médias regionais. De acordo com os últimos dados disponíveis, em 2012, apenas 39.4% dos professores do ensino primário receberam formação mínima prévia, ou em serviço, contra 74.5% na África subsaariana. De acordo com os dados (MICS-4, 2010), a taxa líquida de matrículas no ensino primário evoluiu positivamente de 53.7% em 2006, para 67.4% em 2010. A proporção de crianças matriculadas no primeiro ano do ensino primário, com idades entre os 5 e os 6 anos, foi de 62% em 2010, contra 44% em 2000. No entanto, devido a atrasos no pagamento de salários dos professores, em 2013, eclodiram múltiplas greves, encurtando assim o ano escolar.

Finalmente, a insegurança alimentar deteriorou-se seriamente em 2013. Com os baixos preços da castanha de caju, os termos de troca com arroz deterioraram-se passando do rácio de um para um, ou seja, um quilo da castanha de caju para um quilo de arroz, em 2012, para três para um quilo de arroz em 2013. Esta situação colocou mais de um terço da população em estado de subnutrição.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a taxa de pobreza em 2012 (com rendimento inferior a 1.25 USD por dia e por pessoa) foi de 48.9%. De acordo com as estimativas do inquérito ligeiro para a avaliação da pobreza (ILAP II, 2010), os pobres são na sua maioria jovens entre 15 e 35 anos (80%). A probabilidade de ser pobre também varia dependendo da localização geográfica: as pessoas que vivem fora de Bissau são mais vulneráveis à pobreza. Esta probabilidade aumenta em função da dimensão da família. No entanto, o risco de ser pobre diminui para as famílias em que o chefe de família frequentou a escola.

A Guiné-Bissau não dispõe de dados sobre a taxa de desemprego. As informações provenientes do ILAP II indicam que, em 2010, a proporção da população ocupada com idades superiores a 15 anos era de 65.1%, enquanto a população inativa representava 32.3%. Em geral, a



regulamentação do mercado de trabalho como tal, não representa um importante fator negativo de geração de emprego no setor formal: por exemplo, não existe um salário mínimo aplicável, e os procedimentos de rescisão/despedimento são consistentes com o espírito das recomendações da Organização Internacional do Trabalho. No entanto, existe uma lacuna entre a legislação e a prática, na medida em que a maioria das empresas faz parte do setor informal. Assim, a regulação do mercado de trabalho não fornece proteção a uma grande parte da força de trabalho.

O sistema de proteção social continua a ser fraco devido à falta de recursos financeiros e de recursos técnicos. De acordo com o documento nacional de redução da pobreza (DNRP II), indivíduos, grupos e comunidades pobres ou vulneráveis, e que têm acesso desigual aos serviços e oportunidades, são claramente o público-alvo. No entanto, não há um processo sistemático através do qual são identificados estes grupos ou comunidades. Neste contexto, os instrumentos de medição são fracos e a falta de monitorização e de diagnóstico sistemático são um obstáculo para a implementação eficaz dos programas de combate à pobreza. Por exemplo, de acordo com o Ministério da Família, existe apenas uma estimativa para o número de beneficiários do subsídio social de invalidez/deficiência, segundo a qual o número de beneficiários é entre 10.000 e 13.000.

O regime de pensões e reformas existe apenas para os trabalhadores da função pública e das empresas privadas de uma determinada dimensão. O sistema de pensões existente é o sistema público de pensões. Em termos de financiamento, não parece viável a médio prazo, dadas as atuais carências orçamentais.

O Governo reconhece a importância da participação da comunidade no desenvolvimento, e criou programas limitados com o apoio dos parceiros. Em particular, o governo apoia iniciativas comunitárias para promover o emprego no setor agrícola. No entanto, depois do golpe de Abril de 2012, vários doadores suspenderam as suas operações. Alguns continuaram as suas atividades através de Organizações não governamentais (ONG), em programas sociais que atingem diretamente as populações. Após o estabelecimento de um governo de transição, com base num acordo entre os partidos políticos, em Junho de 2013, o governo decidiu criar um programa de emergência de ajuda às populações. Este programa inclui iniciativas comunitárias nos setores da saúde, educação e segurança alimentar, e deverá ser implantado até meados de 2014.

Igualdade do género

As disparidades entre homens e mulheres no acesso a oportunidades de desenvolvimento do capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula de raparigas relativamente aos rapazes era de 93.2% em 2010, de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação relativa de raparigas diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido às taxas de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes, de acordo com o Banco Mundial). Consequentemente, a taxa de conclusão do ensino primário para os rapazes é superior em 15 pontos percentuais à taxa das raparigas.

De uma maneira geral, as políticas e leis em vigor promovem a igualdade de género em diversos domínios (educação, acesso a cuidados de saúde). No entanto, a sua aplicação é pouco efetiva, não só por causa de algumas disposições legais em contradição com o princípio da igualdade consagrado na Constituição da Guiné-Bissau, mas também devido a práticas tradicionais: por exemplo, a mutilação genital continua a ser comum (afetando 45 % das mulheres), apesar de uma lei que criminaliza esta prática ter sido adotada em Maio de 2011.

A nível político e económico, as mulheres representam apenas 25% dos efetivos da administração pública e 10% dos políticos (deputados, membros do governo, etc.). Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas como ativas, estas trabalham principalmente no setor informal e na agricultura de subsistência, que registam as menores taxas de rentabilidade económica. A concentração das mulheres nessas atividades explica-se, em grande parte, pelos seus baixos níveis de alfabetização e de educação.



Análise temática: Cadeias de valor globais e industrialização em África

Em geral, a Guiné-Bissau está mal integrada nas cadeias de valor globais (CVG). Com um tecido industrial e comercial estruturalmente pouco desenvolvido, a produção de bens e serviços no país contém pouco valor acrescentado. Ao nível industrial, depois de ganhos significativos nos últimos anos, o aumento do valor acrescentado da indústria manufatureira de 8.8% do PIB em 2002, para 13% em 2005, situou-se em 11.7% do PIB em 2012. Além dos baixos índices de valor acrescentado, o setor industrial representa apenas uma pequena parte das exportações (menos de 5% do total das exportações), com um montante insignificante de IDE para apoiar o seu desenvolvimento. Este último ponto está, em parte, ligado à instabilidade política nas últimas décadas, mas também à carência de infraestruturas de apoio à produção. Da mesma forma, os recursos minerais são escassos e não oferecem oportunidades de curto e médio prazo.

O único setor que propicia alguma integração nas CVG é o da castanha de caju. A Guiné-Bissau é, de facto, um grande produtor: em 2013, a produção de castanha de caju foi responsável por 11.9% do PIB e 87.7 % das exportações, registando uma produção de 150 000 toneladas (16% da produção africana). No entanto, menos de 5 % da produção é processada localmente. A restante produção é exportada em bruto principalmente para a Índia (mais de 80 %) para ser misturada com a produção local ou proveniente de outros países e transformada. Para capitalizar este recurso, o governo colocou em prática em 2011 o Fundo de industrialização de produtos agrícolas (FUNPI), para incentivar a transformação, a pesquisa e o desenvolvimento. Esse fundo é financiado por uma taxa sobre as exportações de 10 a 50 XOF por quilo; uma taxa que variou várias vezes desde a sua criação. O estado cobrou o equivalente a 2.1% do PIB via o FUNPI, mas tal montante ainda não se traduziu numa contribuição efetiva para o setor.

Além da castanha de caju, a agricultura e a indústria agroalimentar apresentam um grande potencial. A Guiné-Bissau é um país dotado de abundantes recursos naturais, com solos de qualidade, uma grande biodiversidade, consequentes recursos haliêuticos e uma boa pluviometria que vai de 1 500 a 1 900 milímetros, em média, durante 112 dias. No entanto, a produtividade continua a ser baixa, com rendimentos limitados (cerca de 1.7 toneladas por hectare para o arroz e 0.8 toneladas por hectare para milho e sorgo). O desenvolvimento destes recursos não se traduziu em progresso económico à altura do potencial, devido a uma falta de instalações de irrigação, *inputs*, mas também de infraestruturas de apoio à produção. Além disso, a Lei das Terras aprovada em 1998 foi apenas parcialmente implementada, retardando, assim, o crescimento do setor. As necessidades anuais de cereais não são cobertas pela produção nacional, e verifica-se um défice de cerca de 100.000 toneladas, a maioria das quais é coberta pelas importações de arroz. Além disso, a instabilidade política e os problemas logísticos impediram o investimento no agronegócio. Existem apenas alguns casos isolados de investidores estrangeiros, principalmente em arroz (produção e processamento) e horticultura na região de Bafatá.

Os obstáculos para a integração da Guiné-Bissau nas CVG são múltiplos. Em primeiro lugar, a situação política nos últimos vinte anos tem dificultado o investimento. O país herdou um ambiente de negócios que não é propício, pesadas barreiras regulamentares, bem como uma infraestrutura física ultrapassada. Da mesma forma, a falta generalizada de recursos, não permitiu ao país de adquirir uma vantagem competitiva a nível de mão de obra, investindo em formação, em particular, para estimular a pesquisa e desenvolvimento, a fim de lhe permitir tirar partido das favoráveis políticas regionais de comércio da zona UEMOA.

Os sucessivos governos têm desenvolvido várias políticas setoriais, a fim de elevar o nível da produção e atrair investimentos com potencial para promover a integração do tecido produtivo do país nas CVG. No entanto, estas estratégias têm sido interrompidas várias vezes devido à falta de recursos para as implementar. Tomadas em conjunto, essas estratégias estão definidas



no documento nacional de redução da pobreza que defende: i) o reforço do Estado de direito e da segurança para os investidores; ii) um ambiente macroeconómico estável que garanta o crescimento; iii) a promoção inclusiva e sustentável do desenvolvimento económico para apoiar os setores de crescimento; iv) a melhoria do capital humano para aumentar os níveis de produção e produtividade. É nestas condições que as políticas setoriais, especialmente da castanha de caju, vão promover a participação com sucesso nas CVG.

MOÇAMBIQUE

2014

Andre Almeida-Santos / a.almeidasantos@afdb.org
Luca Monge Roffarello / luca.monge.roffarello@undp.org
Manuel Filipe / manuel.filipe@undp.org





MOÇAMBIQUE

- Em 2013, o PIB real registou um crescimento robusto de 7%, embora menor do que o esperado devido às graves inundações ocorridas no início do ano. O aumento progressivo da produção de carvão e a execução de grandes projetos de infraestruturas, juntamente com a expansão orçamental, devem continuar a impulsionar o crescimento do PIB, projetado para 8.5% em 2014 e 8.2% em 2015.
- A situação política deteriorou-se, devido, em grande parte, a confrontos de baixa intensidade registados entre o governo e a oposição, enquanto a recente deterioração da gestão das finanças públicas e da governação económica, são cada vez mais preocupantes.
- Dada a sua forte intensidade capitalística, o crescimento de Moçambique tem tido um impacto limitado no emprego e registou um efeito menor do que o desejável na redução da pobreza. Moçambique continua a ser um dos países menos desenvolvidos do mundo.

Visão global

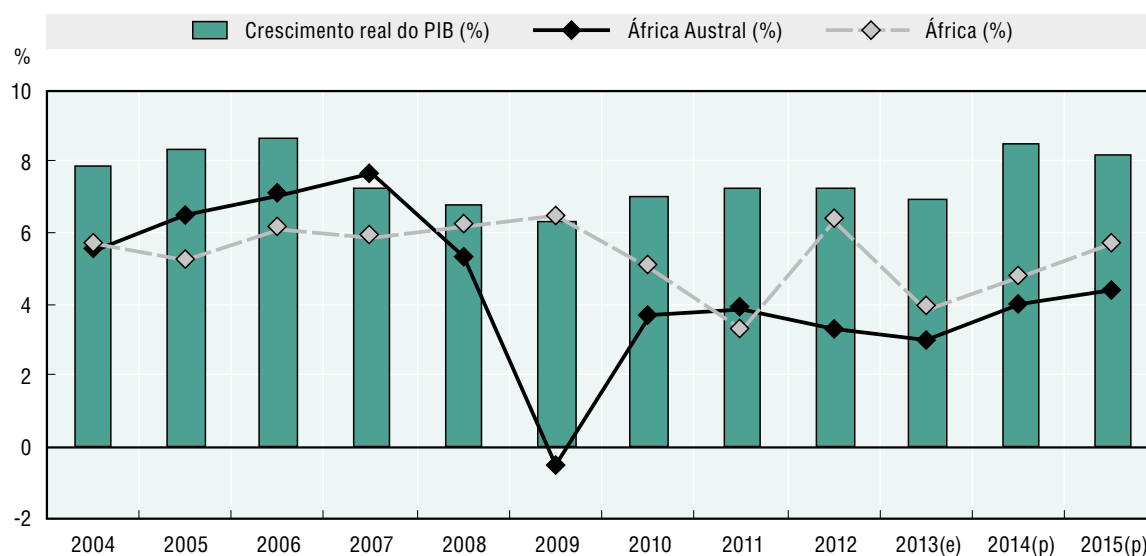
Em 2013, a economia de Moçambique continuou a ser uma das mais dinâmicas do continente, com uma taxa real de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 7%, apesar das grandes inundações que ocorreram durante o primeiro trimestre, e dos confrontos político-militares de baixa intensidade entre o governo e o principal movimento da oposição. Os principais motores do crescimento foram o investimento direto estrangeiro (IDE), principalmente no setor extrativo, e o aumento da despesa pública. Em 2013, os setores que mais cresceram foram o setor extrativo, impulsionado por um aumento das exportações de carvão, e o setor financeiro impulsionado pela expansão do crédito e pelo aumento do rendimento, principalmente nas áreas urbanas. Outros setores dinâmicos são a construção, os serviços, os transportes e comunicações, que estão amplamente relacionados com o desenvolvimento de infraestruturas e projetos de grande escala, conhecidos em Moçambique como os megaprojetos. O setor da agricultura, que emprega 70% da população, não possui o mesmo dinamismo económico, embora esteja a crescer acima de 4%. Assumindo um ambiente político estável, as perspetivas para 2014 e 2015 são positivas, prevendo-se um crescimento acima de 8%, suportado pelo aumento da produção de carvão, a continuação do investimento público e o início previsto dos trabalhos preparatórios da multimilionária fábrica de gás natural liquefeito (GNL).

A economia moçambicana apresenta uma baixa transformação estrutural, confinada principalmente a megaprojetos nos setores do alumínio, indústrias extrativas e energia. A natureza de capital intensivo não gera empregos suficientes para proporcionar oportunidades para responder ao rápido crescimento da população jovem. As receitas orçamentais cobrem pouco mais de 65% do orçamento anual, enquanto os megaprojetos beneficiam de incentivos fiscais generosos. O fraco capital humano e as deficientes infraestruturas do país limitam seriamente o desenvolvimento económico e social. O aumento dos gastos públicos em infraestruturas, e os aumentos salariais, contribuíram para a expansão do défice orçamental, enquanto a estreita base tributária limita o crescimento da cobrança de receitas. Ao mesmo tempo, a ajuda externa está a diminuir. O crescimento dos níveis de dívida externa para financiar o programa de investimentos públicos, especialmente a partir de empréstimos não-concessionais, aumenta a exigência de que os investimentos públicos produzam retornos económicos positivos. O uso indevido de dívida para financiar projetos de baixo desempenho resultará, no longo prazo, em desequilíbrios.

É crucial que a estabilidade política se mantenha para que o país continue a atrair o IDE que permita melhorar as infraestruturas e o desenvolvimento humano. O papel residual de Moçambique nas cadeias globais de valor (CGV), praticamente limitado à fábrica de fundição de

alumínio da Mozal, poderia ser alterado pelo desenvolvimento de clusters industriais específicos, relacionados com o gás natural e a energia. Outros setores como a agricultura e a indústria ligeira, podem beneficiar de uma ligação reforçada aos mercados regionais e mundiais, ocasionada por estas indústrias centrais. Em 2014, Moçambique possui duas oportunidades para cimentar a sua estabilidade e as perspetivas de crescimento futuro. A primeira delas é a realização, em Outubro, de eleições presidenciais e a segunda reside em conseguir a decisão final de investimento na fábrica de GNL. No entanto, a situação político-militar deverá permanecer incerta e tensa ao longo de 2014.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: Departamento de Estatística do BAD. Estimativas (e) e previsões (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	7.2	7.0	8.5	8.2
Crescimento real do PIB <i>per capita</i>	4.7	4.5	6.1	5.8
Inflação medida pelo IPC	2.2	4.3	5.6	5.1
Saldo orçamental, em % do PIB	-3.9	-6.9	-10.8	-11.7
Conta corrente, em % do PIB	-36.0	-43.4	-43.0	-43.1

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Em 2013, Moçambique registou uma atividade económica robusta, apesar da situação de segurança incerta e das condições climáticas desfavoráveis. As grandes inundações registadas no primeiro trimestre reduziram o crescimento real do PIB para 7%, 0.2% inferior ao de 2012, e abaixo da previsão inicial de 8.5%. A gestão macroeconómica do governo tem sido prudente e o país chegou a acordo para um novo programa de três anos - *Policy Support Instrument (PSI)* -, com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A economia permanece dinâmica impulsionada pelos megaprojetos, financiados predominantemente por capital estrangeiro, com destaque para os setores do alumínio, as indústrias extrativas e a energia. Em 2013, o setor extrativo foi o que registou maior crescimento, na ordem de 22%, impulsionado pelas exportações de carvão. Outro motor do crescimento tem residido no aumento da despesa pública - prevista para atingir 36.8% do PIB em 2014 - beneficiando principalmente os setores da construção, serviços e comunicações,



e transportes. Os ganhos constantes no PIB *per capita* - de 44.7% desde 2010, e agora estimados em 640 USD (dólares americanos) - estão a alimentar a procura interna, embora exclusivamente em áreas urbanas, onde vive cerca de 20 % da população. O setor financeiro segue logo atrás da indústria extrativa como o mais dinâmico. Cresceu 17.7 % em 2013, suportado pelo aumento dos rendimentos das famílias e da expansão do crédito. O setor da agricultura, que emprega 70% da população, permanece relativamente fraco tendo apresentado um crescimento de 4.6 % em 2013.

As enormes cheias afetaram severamente o sul das Províncias de Gaza e da Zambézia, ricas em agricultura, provocando mais de 240 000 desalojados, e a danificando e destruindo significativamente as infraestruturas. A produção agrícola também sofreu muito, principalmente a horticultura e a produção de arroz. Como resultado, durante o primeiro trimestre, a produção agrícola contraiu-se 2.6%. No entanto, os esforços de recuperação foram rápidos e a produção em áreas não afetadas foi mais forte do que o esperado, especialmente as colheitas de mandioca, feijão e tabaco. Até o final do primeiro trimestre, o setor recuperou, registando um crescimento robusto de 5.3%, acima dos 4.3% no mesmo período de 2012. O setor das pescas, depois de se contrair em 2012, expandiu-se 4.5% em 2013, impulsionado pelo aumento da produção de peixe e de lagosta. A implementação em curso do Plano Nacional de Investimentos do Setor-Agrário (PNISA), que inclui o investimento em equipamento e assistência técnica, juntamente com a expansão das áreas de cultivo e das condições climáticas favoráveis, deve permitir que a produção agrícola se expanda 7% em 2014.

As fortes chuvas também afetaram o tráfego na linha férrea do Sena – a única ligação de carga pesada que liga as minas de carvão de Tete com a costa – que foi interrompida durante três semanas. Em 2013, a produção de carvão chegou a 7.5 milhões de toneladas/ano (mt/ano), mais 4.8 mt/ano que em 2012. No entanto, apesar da recente melhoria da linha férrea que aumentou a sua capacidade de 6-7 mt/ano, a produção potencial estimada de carvão mais do que quadruplica a capacidade de transporte das infraestruturas existentes. O setor também está a sofrer devido à instabilidade político-militar generalizada, e ao declínio dos preços mundiais do carvão. Várias empresas de mineração suspenderam por um período breve o uso da linha férrea do Sena na sequência de ameaças de ataques por parte do movimento da oposição Renamo. Face aos preços mais baixos do mercado, e depois das autoridades se recusarem a permitir o transporte de carvão pelo rio Zambeze, em 2011, a Rio Tinto reduziu em 70% os investimentos de 3.7 mil milhões de USD na mina de Benga. Numa tentativa de diversificar as linhas de transporte e aumentar a sua capacidade, a empresa brasileira Vale está a investir 4.4 mil milhões de USD numa nova linha ferroviária de 912 km de Tete a Nacala (através do Malawi), onde está em curso a expansão da capacidade do porto. Em 2016 este novo corredor deverá acrescentar 11 mt/ano de capacidade de transporte de carvão, atingindo 18 mt/ano em 2017.

Os campos *offshore* de Moçambique possuem reservas combinadas de 150 biliões de pés cúbicos de gás, que se estima ser suficiente para assegurar o consumo mundial por mais de dois anos. As negociações entre consórcios internacionais e o governo para construir uma fábrica de GNL no montante de 40 mil milhões de USD estão a arrastar-se com os vários interessados a competir pelo respetivo contrato. Os principais líderes do consórcio, a empresa americana Anadarko, e a empresa italiana Eni, reduziram os seus investimentos no projeto, vendendo participações a novos parceiros, principalmente oriundos de novas economias emergentes com necessidades de energia. Tal situação permite duplicar a diversificação das fontes de financiamento para os projetos de GNL, além de potencialmente garantir novos mercados para o produto final. Aos novos operadores da Índia (ONGC Videsh) e da China (CNPC), juntaram-se a Bharat Petroleum Corporation, da Índia, a Mitsui & Co, do Japão, a PTT Exploration and Production, da Tailândia e a Galp Energia, de Portugal. Com um parceiro internacional ainda por selecionar, a produção de GNL, bem com a contribuição considerável que trará às finanças públicas, não deverá começar antes de 2020.



Em Setembro de 2013 a EMATUM, a companhia nacional do atum, uma sociedade de responsabilidade limitada, propriedade de três instituições do Estado, emitiu obrigações no montante de 850 milhões de USD, a 8.5% ao ano, com uma maturidade de sete anos. O empréstimo obrigacionista é garantido pelo governo, tornando-se, na prática, na primeira emissão internacional de dívida soberana de Moçambique. Muito embora o empréstimo obrigacionista não tenha sido avaliado, Moçambique está classificado em B+ pela Standard & Poor e pela Fitch. O objetivo declarado do empréstimo era obter fundos para financiar uma frota de 24 navios de pesca e seis barcos de patrulha costeira, apesar de surgirem vários relatos de outras grandes aquisições de equipamentos militares, lançando dúvidas sobre a estrutura de gestão das finanças públicas do país e as prioridades de investimento do governo.

O robusto crescimento económico não se traduziu em transformações estruturais, especialmente nos meios rurais. A base produtiva de Moçambique continua em grande parte dependente dos recursos naturais, com pouco impacto sobre as receitas públicas e o emprego. De acordo com um recente Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de 1992 a 2010, 30% do investimento direto estrangeiro (IDE) foi direcionado para as pequenas e médias empresas (PME), propiciando a criação de 19 vezes mais emprego do que os investimentos em megaprojetos. No entanto, o deficiente capital humano, o alto custo do crédito, as deficientes infraestruturas, o peso da regulamentação e agora a situação de incerteza relativamente à segurança, podem desencorajar os investidores e restringir a diversificação económica.

Para o futuro, desde que a situação de segurança não se deteriore ainda mais, as perspetivas parecem positivas. As eleições presidenciais de Outubro constituem uma oportunidade para reforçar a estabilidade do país. O PIB real deverá crescer 8.5% em 2014 e 8.2% em 2015, suportado pelo aumento da produção de carvão, a continuação do investimento público, e o início previsto da construção na fábrica multimilionária de GNL. No entanto, especial atenção deve ser dada à contenção do défice orçamental em expansão, e ao aumento dos níveis de endividamento, bem como ao fortalecimento da gestão das finanças públicas e do quadro de investimento público.

Tabela 2. PIB por sectores (em percentagem)

	2008	2012
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	29.3	32.6
Nomeadamente pesca	1.9	1.9
Indústria extractiva	1.5	2.4
Nomeadamente petróleo		
Indústria transformadora	15.3	11.9
Electricidade, gás e água	4.6	4.1
Construção	3.1	3.2
Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração	16.9	17
Nomeadamente hotelaria e restauração	1.7	1.6
Transportes, armazenagem e comunicações	10.1	9.8
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	7.9	6.3
Serviços da administração pública	3.9	4.5
Outros serviços	7.5	8.2
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos factores	100	100

Fonte: Dados das autoridades nacionais.



Política macroeconómica

Política orçamental

Aproveitando a persistente baixa inflação, e com a perspectiva de aumento dos gastos inerentes às eleições, a orientação da política orçamental tornou-se cada vez mais expansionista. A despesa total aumentou de 33.4% em 2012, para 34.6% no orçamento suplementar aprovado em Agosto de 2013, e prevê-se que atinja 36.7% do PIB em 2014. O orçamento suplementar foi motivado pela necessidade de financiar medidas de reconstrução após as inundações, bem como pela necessidade de aplicar receitas extraordinárias resultantes de mais-valias da venda de ações – permuta de partes sociais – entre os investidores dos campos de gás natural.

No orçamento de 2014, as receitas públicas devem atingir 25.9% do PIB, impulsionadas principalmente pela melhoria verificada na arrecadação de receitas. De acordo com o Cenário Fiscal de Médio Prazo, as receitas devem continuar a registar uma subida anual equivalente a 0.5% do PIB. Contudo, esta previsão parece difícil de alcançar devido à forte pressão fiscal existente sobre os contribuintes. Num esforço para alargar a base tributária, o governo espera inscrever 600 000 novos contribuintes, dos quais 90 000 serão abrangidos pelo regime simplificado para pequenos contribuintes. Além disso, receitas internas poderiam ser geradas por receitas extraordinárias adicionais de mais-valias geradas pelas transações de ações entre os investidores dos campos de gás. Prevê-se que o financiamento interno total atinja 64% do orçamento, completado por doações de doadores (13.2%) e empréstimos (22.8%). Para evitar o efeito de evicção do setor privado do mercado de crédito, o endividamento interno continuará a ser limitado a 1% do PIB. A queda de 0.3% do PIB na componente de apoio orçamental e fundos comuns, será compensada pelo aumento de 0.9% em financiamento de subsídios diretamente aos projetos. No entanto, o défice orçamental global vai aumentar de 6.9% em 2013, para 10.8% do PIB em 2014, devido a níveis mais elevados de despesa.

As despesas de capital estão programadas para aumentar para 12.8% do PIB (37.1% do orçamento), apesar dum plano de investimento integrado que ainda não foi tornado público. Os gastos correntes representarão 58.4% do orçamento, com um aumento nominal de 13% da massa salarial, devido tanto ao aumento dos salários, como à expansão nos setores da saúde e da educação. Aos setores prioritários serão destinados 68.2% do orçamento, mas têm sido expressadas preocupações, relativamente à definição ampla de “setores prioritários”, que inclui itens no orçamento não alinhados com as prioridades da estratégia de redução da pobreza do país.

Este aumento das despesas correntes e de capital, que excede o aumento das receitas orçamentais, é motivo de alguma preocupação. Tendo em conta que o aumento das despesas é apoiado em parte por receitas extraordinárias, existe o risco de que esse desequilíbrio possa comprometer a sustentabilidade orçamental no curto e médio prazo e resultar num aumento dos níveis de endividamento.

Tabela 3. Operações financeiras do Estado (em percentagem) do PIB

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Receitas totais (inclui donativos)	20.1	28.5	30	29.6	27.6	25.9	24.9
Receitas fiscais	12.2	18.0	18.7	20.8	19.8	18.7	17.9
Receitas do petróleo	6.0	8.3	7.9	5.4	4.4	3.8	3.6
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	22.9	31.7	36.2	33.4	34.6	36.8	36.6
Despesas correntes	13.9	18.0	19.6	20.0	21.2	21.5	21.1
Sem juros	13.1	17.1	18.6	19.0	20.0	19.7	19.5
Salários	7.0	9.3	9.8	10.1	11.0	10.8	10.6
Pagamento de juros	0.8	0.9	1.0	1.0	1.2	1.8	1.7
Despesa de capital	8.6	13.1	15.6	12.3	12.4	12.8	13.4
Saldo primário	-2.0	-2.4	-5.2	-2.9	-5.7	-9.0	-10.1
Saldo global	-2.8	-3.3	-6.2	-3.9	-6.9	-10.8	-11.7

Nota: a. Somente os itens principais são relatados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.



Política monetária

O Banco de Moçambique continua a seguir uma política monetária prudente, mas ativa. Apesar dos choques exógenos relacionados com o mau clima, a inflação manteve-se sob controlo em níveis baixos, com a média anual a situar-se, no fim do ano, em 4.15%, bem abaixo da meta inicial do Banco Central de 7.5%. A recuperação mais rápida do que esperada da agricultura após as inundações, e a atual fraca valorização do rand sul-africano (ZAR) em relação ao metical (MT), continuarão a conter a inflação, compensando a expansão do crédito ao setor privado. A flexibilização da política monetária do Banco Central, adotada no final de 2012, continuou em 2013, com o corte de 125 pontos base na sua taxa da facilidade de cedência (TFC). A TFC está agora em 8.25%, enquanto a taxa de juros de depósitos também foi reduzida em 75 pontos base para 1.5%. O crédito ao setor privado continua a aumentar, tendo registado uma expansão anual de 32.9%. No entanto, e apesar dos cortes na TFC, a taxa média anual de empréstimo oferecida pelos bancos comerciais aumentou desde Fevereiro de 2013 e manteve-se em 20% no fim do ano. Ao mesmo tempo, o *spread* entre a taxa média de depósitos anual (9.25%) e a taxa média de empréstimos aumentou para 10.75%. A resiliência da taxa média de empréstimos evidencia as consideráveis distorções do mercado de crédito e o limitado impacto da política monetária. As altas taxas de juro também reduziram o acesso das PME ao crédito, deixando grande parte da expansão do crédito atribuível ao consumo privado.

O metical manteve-se relativamente estável em relação ao dólar dos Estados Unidos (USD) desde o início de 2013, desvalorizando apenas 1%. Tal facto ajudou a controlar o custo das importações de combustíveis, enquanto a valorização da moeda de 15.7% em relação ao rand sul-africano, no mesmo período, conteve as pressões inflacionistas decorrentes de bens alimentares e outros bens de consumo importados. As reservas em moeda externa acumuladas em 2013 aumentaram de 352 milhões de USD, com um forte impulso em Agosto de mais de 400 milhões de USD provenientes de receitas extraordinárias de mais-valias sobre permutas de ações por parte de investidores estrangeiros. As reservas externas totais atingiram 3 mil milhões de USD em Dezembro, o que representa uma cobertura de quase três meses de importações (de bens e serviços, incluindo de megaprojetos).

Cooperação económica, integração regional e comércio

Como membro da zona de comércio livre da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Moçambique está a programar eliminar progressivamente os impostos sobre o comércio intra-SADC em 2015, e foi o principal país fora da União Aduaneira da África Austral a ratificar os acordos da SADC. Além disso, o acordo tripartido de 2008 entre o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a SADC, conhecido como o Acordo Tripartido CES, permite ao país o acesso a um mercado regional mais amplo. Os laços económicos de Moçambique são especialmente fortes com a África do Sul, as Maurícias e o Malawi. Em Março de 2013, o Programa de Aceleração de Integração Económica (APEI), destinado a promover o comércio e o investimento, foi assinado com o Malawi, as Maurícias, as Seychelles e a Zâmbia.

A introdução da janela eletrónica única para as operações aduaneiras do comércio externo permitiu reduzir o nível de corrupção nos postos de fronteira, apesar das dificuldades na implementação do sistema terem resultado em atrasos consideráveis, com uma notável redução nas receitas aduaneiras. Em resposta, o governo introduziu ações de formação destinadas a utilizadores e funcionários. De acordo com o *Global Enabling Trade Report* do Fórum Económico Mundial, entre os fatores mais problemáticos que dificultam os fluxos de comércio estão: a corrupção de quadros; as barreiras tarifárias e não-tarifárias, e os pesados procedimentos de importação.

Com a economia em forte expansão e os megaprojetos de construção de infraestruturas a implicar maiores importações, o saldo da balança comercial sofreu com o aumento de 51% do défice na conta corrente, em 2012, para 36% do PIB. Dados recentes relativos ao primeiro trimestre de 2013 também revelam um aumento anual de 14.8%, elevando o défice para 3.1 mil milhões de



USD. O défice está a ser financiado por fortes fluxos de IDE, que totalizaram 3.5 mil milhões de USD no primeiro trimestre de 2013. Como a maioria destes megaprojetos ainda estão em fase de implementação, o défice das contas correntes deve atingir 43.4% em 2013 e, a médio prazo, deverá continuar a este nível.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Balança comercial	-7.5	-12.9	-17.9	-18.7	-18.6	-16.2	-14.4
Exportações de bens (f.o.b.)	26.3	25.4	24.8	24.0	24.4	25.9	26.9
Importações de bens (f.o.b.)	33.8	38.3	42.7	42.7	43.1	42.0	41.2
Serviços	-4.6	-5.5	-11.3	-22.2	-25.9	-26.6	-27.3
Rendimento dos factores	-5.4	-0.9	-1.5	-0.3	-2.4	-2.6	-3.5
Transferências correntes	6.1	7.2	6.9	5.3	3.6	2.3	2.0
Saldo da conta corrente	-11.5	-12.1	-23.8	-36.0	-43.4	-43.0	-43.1

Fonte: Dados do Banco Central e das autoridades nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

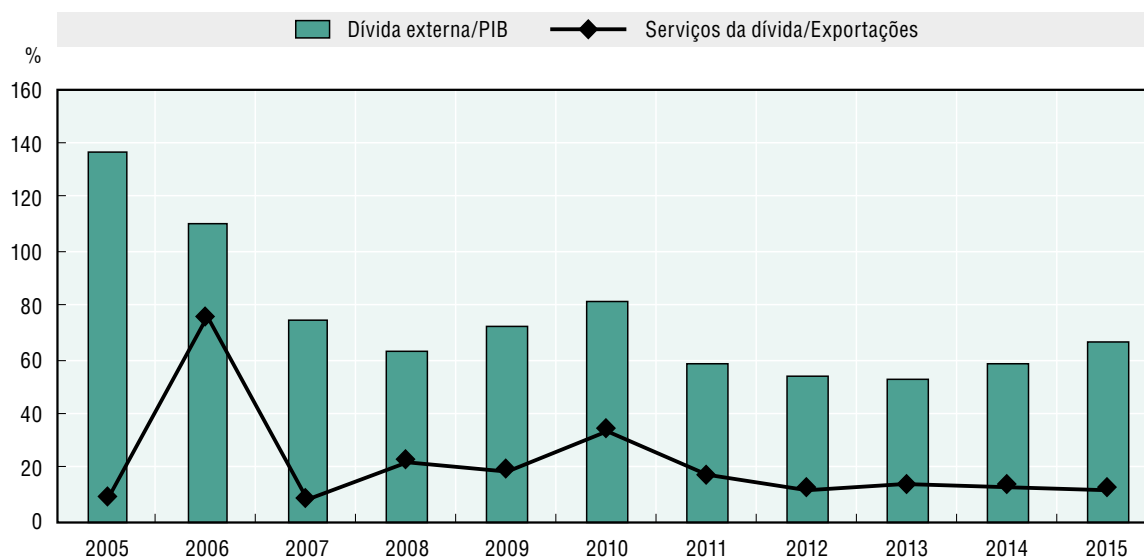
A situação da dívida de Moçambique deteriorou-se, apesar dos seus rácios permanecerem moderados. O rácio da dívida em relação ao PIB é atualmente de 54.9%, e o da dívida pública em relação ao PIB de 41.7%. O rácio do serviço da dívida é de 14.7%, e o rácio do serviço da dívida pública (em percentagem da receita) é de 4.3%. O ambiente macroeconómico continua favorável, com o forte crescimento do PIB, que se apoia no investimento em expansão e na produção dos setores de mineração e hidrocarbonetos. No entanto, a maioria dos projetos ainda estão no início ou nas etapas de produção inicial, e ainda não estão a conseguir as entradas de divisas necessárias para se atingir um saldo positivo da balança de pagamentos. Além disso, as recentes decisões ad hoc de investimento tomadas pelo governo estão a aumentar rapidamente o peso da dívida.

A dívida pública do país é em grande parte externa, portanto, a evolução dos indicadores de dívida pública refletem os indicadores da dívida externa. A mais recente análise de sustentabilidade da dívida (ASD), realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), durante o primeiro trimestre de 2013, baixou a sustentabilidade de Moçambique de “baixo nível de sobreendividamento” para “nível moderado de sobreendividamento”. Este agravamento é atribuível aos níveis crescentes da dívida concessional e não-concessional, o que deixa o país vulnerável no caso de um forte choque exógeno sobre a balança de pagamentos. A ASD levou em consideração os planos do governo para aumentar o investimento público, em parte financiado por empréstimos externos em condições não-concessionais ao longo dos próximos anos.

O aumento das despesas de capital vai colocar pressão sobre o orçamento. No âmbito do programa *Policy Support Instrument* (PSI), do FMI, o governo renegociou seu montante máximo de empréstimos não-concessionais, de 1.6 mil milhões de USD, para 2 mil milhões de USD. No entanto, o compromisso recente por parte do governo de implementar vários investimentos totalizando cerca de mil milhões de USD, financiados pelo *China Exim Bank*, da China, juntamente com o empréstimo obrigacionista da EMATUM, com garantia soberana (USD 850 milhões), está a levantar preocupações sobre a sustentabilidade da dívida pública.

Apesar do empréstimo obrigacionista da EMATUM, o quadro formal de gestão da dívida permanece coerente, e inclui uma Unidade de Gestão da Dívida, sediada no Ministério das Finanças, que agora trabalha com o Ministério do Planeamento e a Unidade de Gestão de Investimentos e Desenvolvimento. Esta unidade é responsável pelo Plano Integrado de Investimentos aprovado recentemente, que enumera todos os investimentos públicos programados, bem como as fontes de financiamento previstas. As autoridades também estão agora a preparar a sua própria ASD anual e uma estratégia reforçada da dívida de médio prazo. O governo também criou um plano anual de endividamento interno dirigido para o desenvolvimento do mercado interno da dívida, e informações sobre a dívida são agora disponibilizadas semestralmente.

Figura 2. Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

Após três anos de erosão da competitividade, em 2013, conseguiu-se algum progresso no desenvolvimento do setor privado. Foram registadas melhorias em termos de ambiente macroeconómico, ensino superior e infraestruturas. De acordo com o Relatório de Competitividade Global 2013-14 compilado pelo Fórum Económico Mundial, o acesso ao financiamento, e a corrupção, são os maiores obstáculos à competitividade, conforme identificado por empresas (18.4% e 18.3% das respostas, respetivamente), seguidos pela ineficiente burocracia (12.9%). As deficientes infraestruturas (10%), que anteriormente eram o terceiro maior obstáculo, ocupam agora o quinto lugar logo depois da força de trabalho pouco qualificada (10.6%). O país continua a seguir o padrão típico de economias impulsionadas por fatores como o IDE, fortemente concentrado nas indústrias extrativas, ao mesmo tempo que as infraestruturas, a inovação, a educação superior e a formação são pouco desenvolvidas.

Segundo o relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, Moçambique subiu para a posição 139 (entre 189 países), acima da média da África subsaariana que se situa na 142ª posição. As melhorias mais significativas dizem respeito à obtenção de licenças de construção (com uma redução de 48% nos dias necessários para garantir uma licença) e ao comércio internacional (redução de 10% nos dias necessários para exportar). No entanto, o acesso ao crédito e à eletricidade deteriorou-se, sendo este último o indicador com pior registo (171 entre 189 países).

Apesar da sua relativamente pobre classificação nos índices globais, em geral o ambiente regulamentar de Moçambique é bastante aberto aos investidores estrangeiros, sem restrições significativas para o investimento ou a obrigação de ter parceiros nacionais. Além disso, o governo está a preparar iniciativas para melhorar o ambiente de negócios. A aprovação do quadro regulamentar para a criação de um departamento de crédito e a implementação da EMAN II (Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios) deve resultar numa economia mais formal, bem como num maior acesso ao financiamento, alívio da carga fiscal sobre as PME e aumento da produtividade e da competitividade das PME. No entanto, o maior obstáculo continua a residir na falta de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento humano em geral.



Setor financeiro

O setor financeiro continua a ser subdesenvolvido, embora tenha potencial para se expandir rapidamente em linha com o crescimento descentralizado do país. Atualmente cerca de 90% dos moçambicanos não tem acesso a instituições financeiras formais, e o crédito só está disponível para cerca de 3% da população. Existem 18 bancos registados representando 95% do total de ativos do sistema financeiro. No entanto, 85% dos ativos do sector financeiro estão concentrados nos três maiores bancos, sendo que todos são propriedade estrangeira (dois bancos portugueses e um banco sul-africano).

Em 2012, os rácios de adequação de capital dos bancos situavam-se, em média, em 17.9%, e os rácios médios de reservas em 9.5%, superando a taxa de reserva mínima regulamentar de 8%. Os primeiros testes de stress ao sistema bancário foram realizados em 2013, confirmando um sistema bancário sólido e rentável, relativamente isolado da crise financeira internacional. A taxa média de rentabilidade (ROE) foi de 20%, apesar dos três principais bancos terem atingido 35%, enquanto os empréstimos de liquidação duvidosa se mantiveram abaixo de 4% em 2013, de acordo com critérios locais. O regulamento sobre os empréstimos de liquidação duvidosa está a ser revisto com o objetivo de torná-lo comparável internacionalmente.

As micro finanças (instituições de micro finanças, IMF) e o subsector micro-bancário continuam a ser diversificados, com 166 entidades registadas, embora se estime que apenas 65 estejam ativas. Apesar de não serem sistemicamente importantes, muitas IMF estão presentes nas zonas rurais onde o acesso ao financiamento é mais restrito.

Atualmente, apenas três empresas privadas estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM). Tanto os títulos públicos, como os privados estão cotados na BVM, embora estes representem apenas 3% do PIB. Para estimular o desenvolvimento do mercado interno de capitais, o governo prepara um plano anual de endividamento interno, com leilões regulares de Títulos do Tesouro na BVM.

A Estratégia de Desenvolvimento do Setor Financeiro de Moçambique para 2012-21, aprovada em Abril de 2013, acelerou o ritmo das reformas, e levou à aprovação do quadro legal para a criação de centrais privadas de registo de crédito, o estabelecimento de um registo de garantia, e uma nova Lei Anti Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo. Em 2014 o Fundo de Seguro de Depósitos deverá entrar em funcionamento, e está previsto o lançamento da rede de pagamentos interbancários (SIMO), já testada com sucesso.

Gestão do setor público, instituições e reforma

Em 2013, o Presidente da República reafirmou o seu compromisso com o processo de descentralização. O governo pretende fortalecer ainda mais os governos locais, aumentando o número de municípios com munícipes eleitos, melhorando o planeamento local, e fortalecendo a capacidade de participação das comunidades locais. A descentralização também avança no registo das empresas, na implantação de um sistema de pagamento de salário eletrónico (e-Folha), e no setor da justiça, com a criação de “Palácios da Justiça” regionais. Em 2013, dois desses palácios foram inaugurados, estando outros três em construção. No entanto, o sistema judiciário e jurídico permanece persistentemente medíocre de acordo com o Relatório de Competitividade Global, especialmente no que se refere à resolução de litígios. O direito de propriedade também é mal protegido e o cumprimento de contratos pode ser caro e incerto. Em 2013 o ranking geral de Moçambique no Relatório de Competitividade Global deteriorou-se (para a 112.ª entre 144 países).

A aquisição, prestação e qualidade dos serviços públicos necessitam de melhorias urgentes, embora em 2013 o governo tenha feito esforços para aumentar a prestação e a qualidade dos serviços. A parcela de bens e serviços nos gastos do governo aumentou de 16.57% em 2012 para 17.7% em 2013. Além disso, a massa salarial atingiu 10% do PIB, principalmente devido à expansão



da força de trabalho nos setores da saúde e da educação. No entanto, os atrasos no desembolso de fundos e inspeções inadequadas, bem como a corrupção generalizada, resultaram num deslizamento no ranking de Moçambique (para a 128ª posição), no Relatório de Competitividade Global, relativamente à medição de “desvio de fundos públicos”.

No campo dos direitos humanos, 2013 também marcou a ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e a implementação da Comissão Nacional de Direitos Humanos (criada em 2012), que analisou os primeiros casos. A comissão também apresentou uma proposta de reforma constitucional, que poderá resultar em avanços significativos, no quadro jurídico nacional, dos direitos económicos e sociais.

Gestão de recursos naturais e ambiente

Apesar da indicação do governo de que é improvável atingir a meta da sustentabilidade ambiental do 7º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em 2013 o país registou progressos nas mudanças climáticas e na economia verde.

Em 2013, Moçambique sofreu inundações altamente destrutivas, apenas comparáveis às devastadoras inundações de 2000. Todos os anos, o impacto das alterações climáticas está a aumentar a vulnerabilidade das comunidades rurais e a corroer os esforços de redução da pobreza. Em resposta a esta ameaça, o governo introduziu uma estratégia nacional de adaptação e mitigação das alterações climáticas (aprovada em Novembro de 2012), que estabeleceu um sistema de monitorização e avaliação. Também aprovou um decreto provisório sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), estabelecendo as regras para as concessões florestais, ao submeter ao Parlamento um projeto de lei de Gestão de Riscos de Desastres (DRM), que obriga os governos centrais e locais a alocar recursos para a gestão do risco de desastres e mudanças climáticas.

Em 2013, a superfície de áreas protegidas aumentou de 11 para 16% do território nacional e foi estabelecido o primeiro fundo de Moçambique para a biodiversidade. O governo aprovou um Plano de Ação de Economia Verde, finalizou o Atlas sobre Energias Renováveis, e apresentou ainda uma proposta de decreto sobre tarifas aplicáveis ao abastecimento de energia renovável (REFIT).

Devido aos incentivos fiscais concedidos aos megaprojetos, o impacto dos recursos naturais nas receitas públicas ainda é pequeno. A mais recente Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa indicou que as indústrias de gás e carvão contribuíram apenas com 39 milhões de USD para as receitas em 2009. Os benefícios fiscais equivalem a 5% dos lucros do setor. No entanto, em 2013, Moçambique reuniu cerca de 400 milhões de USD em mais-valias fiscais provenientes da indústria e espera-se um aumento deste montante em 2014 e anos seguintes.

Contexto político

Em Novembro de 2013, Moçambique realizou as quartas eleições locais num contexto caracterizado por tensões políticas e militares entre o governo e o principal partido da oposição. Na verdade, a Renamo boicotou as eleições municipais em protesto contra a aquilo que considera, uma injustiça constante da legislação eleitoral que, argumenta, impede eleições justas.

As eleições foram, assim, disputadas por dois partidos, a Frelimo e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM). As eleições decorreram em grande parte de forma pacífica, embora tenham ocorrido alguns confrontos e incidentes, tal como denúncias de fraude e intimidação, que o MDM está a usar para disputar legalmente alguns dos resultados. A participação nas urnas aumentou na maioria dos municípios. Enquanto a Frelimo continua a ser o partido mais votado, o MDM obteve três das maiores cidades depois de Maputo (Beira, Nampula, Quelimane) e obteve mais de 40% dos votos em dez municípios, entre eles, Maputo e Matola.



Depois de mais de 20 reuniões de diálogo político infrutíferas entre a Renamo e o governo, tem-se registado, desde o segundo trimestre de 2013, uma rápida escalada de conflitos militares. Em Outubro de 2013 as forças do governo atacaram e ocuparam a principal base da Renamo no centro de Moçambique, forçando seu líder Alfonso Dhlakama a fugir e, até à data, este permanece na clandestinidade. As eleições presidenciais e legislativas estão agendadas para 14 de Outubro de 2014 e a Renamo já anunciou que irá participar. O Presidente Armando Guebuza vai chegar ao fim do seu segundo mandato, e tem havido um amplo debate dentro do seu partido com vista a escolher o seu candidato. Até que estas eleições tenham lugar, a situação política e militar deverá permanecer incerta e tensa.

Contexto social e desenvolvimento humano

Formação de recursos humanos

As novas e grandes descobertas de gás e de carvão e o crescente interesse dos investidores nas indústrias extrativas estão a conduzir a uma transição económica que está a afetar também os sistemas de emprego e de educação. Um novo segmento de mercado de trabalho ligado à indústria extrativa está a emergir, mas o país ainda é caracterizado pela escassa disponibilidade de competências laborais de cariz técnico (mecânicos especializados, soldadores, eletricistas, etc.).

Seguindo a estratégia nacional de educação, de Junho de 2012, em 2013 o governo abriu dois institutos politécnicos, recrutou mais de 6 600 novos professores, continuou a implementar a educação à distância, promoveu programas de empreendedorismo, e melhorou os esforços de retenção de estudantes no sistema através de programas de alimentação escolar. Este programa, por manter as raparigas na escola, também impede os casamentos prematuros e a gravidez precoce.

A economia não gera empregos suficientes. Enquanto cerca de 370 000 jovens se juntam à força de trabalho anualmente, o setor privado cria menos de 18 000 postos de trabalho por ano. A natureza capitalística da indústria extrativa tem um impacto limitado sobre o emprego. Em 2010, todos os megaprojetos combinados geraram apenas 3 800 empregos diretos.

O governo continua a progredir no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com ênfase na educação e na mortalidade infantil e materna (ODM 2, 4, 5 e 6). De acordo com dados mais recentes do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), é provável que a meta de 100% de acesso ao ensino primário seja cumprida até 2015. A taxa líquida de matrículas no ensino primário, em 2012, ultrapassou 77%, significativamente acima de 64.5% verificados em 2009. Da mesma forma, Moçambique alcançou as metas dos ODM para a mortalidade infantil e de menores de cinco anos. As metas, até 2015, são de 67 óbitos por 1 000 nados vivos, de crianças no primeiro ano de vida, e 108 óbitos por 1 000 nados-vivos, de crianças menores de cinco anos. A mortalidade infantil em Moçambique é de 64 óbitos por cada 1 000 nados vivos, e a mortalidade de menores de cinco anos é de 97 óbitos por cada 1 000 nados-vivos.

No entanto, Moçambique não está a caminho de atingir a meta de redução da mortalidade materna (ODM 5), de 250 óbitos por 100 000 nados vivos, nem assegurará serviços de saúde reprodutiva universal até 2015. O IDS de 2011 afirma que a taxa de mortalidade materna em Moçambique é de 408 óbitos por 100 000 nados-vivos. Portanto, são necessários mais progressos para alcançar os ODM.

Moçambique continua a aplicar programas de vacinação, pulverizações anti-mosquito e outras campanhas relacionadas com a saúde, com vista a melhorar as metas dos ODM. Esta situação está a contribuir para uma redução do número de mortes atribuídas à malária, com 16.3% menos mortes registadas em 2012. Apesar da taxa nacional de prevalência do HIV de 11.5%, algumas



melhorias também ocorreram nesta área crítica. A cobertura antirretroviral aumentou de 37% em 2009, para 45.7% em 2012, e Moçambique comprometeu-se a aumentar ainda mais a cobertura do tratamento, e a eliminar novas infeções por HIV e transmissões verticais (da mãe para o feto).

Redução da pobreza, proteção social e emprego

Um novo inquérito sobre a pobreza será realizado em 2014, mas os resultados preliminares não são esperados antes do início de 2015. Estimativas anteriores da avaliação da pobreza, em 2008, sugerem que Moçambique continua a sofrer de uma alta incidência de pobreza. Com base em 0.60 USD por dia, como limiar da linha de pobreza oficial empregue em Moçambique, o nível de incidência foi estimado em cerca de 55%. No entanto, este aumenta para 60% e 82%, respetivamente, quando são usados os limiares internacionais de pobreza de 1.0 USD e 2.0 USD. Assim, a pobreza é mais abrangente do que parece à primeira vista e os níveis de pobreza são extremamente sensíveis a choques internos e externos.

De 1997, quando a pobreza atingiu 69% da população, até 2002, quando recuou para 54%, Moçambique fez progressos na redução da pobreza. No entanto, desde então, apesar da economia ter crescido em mais de 7% ao ano, a pobreza manteve-se praticamente inalterada em cerca de 55%. Esta rigidez na incidência da pobreza reflete, tanto o fracasso das políticas destinadas à pobreza, especialmente na transformação estrutural em áreas rurais, como a necessidade de tempo adicional para as políticas existentes produzirem resultados.

Uma explicação parcial para esta vulnerabilidade persistente pode residir no facto de que, desde o vigoroso crescimento do emprego na década de 1990, se tem registado um menor crescimento do número de postos de trabalho, ou seja, o emprego permanece inalterado. Os dados mais recentes indicam que o desemprego, tal como definido pelas estatísticas nacionais de Moçambique (que não leva em conta o trabalho doméstico não remunerado), é de cerca de 22%. Se a definição oficial da Organização Internacional do Trabalho fosse aplicada, o desemprego seria de apenas 8%.

O governo tem respondido a este alto nível de vulnerabilidade social, aumentando o orçamento do Estado e os gastos públicos com a proteção social. Em linha com a estratégia de redução da pobreza, bem como com o plano social e económico anual, o orçamento de 2013 identificou a proteção social como uma das suas principais componentes. As pensões para os mais vulneráveis foram aumentadas em 1500 MZN (USD 50), e está a aumentar o número de beneficiários. A dotação orçamental para as transferências sociais aumentou 2.5% desde 2012, e o orçamento do Instituto de Ação Social aumentou 3.4% no mesmo período.

Igualdade do género

As mulheres representam 52% dos moçambicanos, mas estão sub-representadas nas estruturas socioeconómicas e políticas, e estão sujeitas a violações dos direitos humanos. A maioria da legislação relativa às questões de género é recente, publicada nos últimos 5 anos, e está redigida com mais enfoque nas cidades do que nas áreas rurais, onde vivem 69% dos moçambicanos. O analfabetismo entre as mulheres atinge 60%, contra 30% para os homens.

O governo está a envidar esforços para alargar e aumentar a consciencialização sobre os direitos das mulheres. Em 2013, lançou várias campanhas, incluindo debates televisionados, seminários, panfletos e marchas públicas para promover o conhecimento do direito nacional e internacional existente, tal como a lei do direito da família, a legislação nacional sobre a violência contra as mulheres, e os protocolos da SADC relativos às mulheres.

Alguns desenvolvimentos recentes são animadores. O número de lugares ocupados por mulheres no parlamento aumentou de 29% em 1997, para 39% em 2008; o número de mulheres no executivo aumentou de 15% em 2003, para 28.5% no governo de 2010; a proporção de matrículas



femininas nas escolas primárias está finalmente perto da paridade homem-mulher (0.9). No entanto, os desafios permanecem: 25% das mulheres sofreram violência física em 2011, e famílias chefiadas por mulheres têm uma maior incidência de pobreza (57.8% contra 53.9% para os homens).

Análise temática: Cadeias de valor globais e industrialização em África

Moçambique tem um lugar residual nas cadeias globais de valor (CVG). A economia está voltada para o setor primário. Durante a última década a agricultura aumentou progressivamente a sua participação no PIB para 32%, à frente da indústria (24%) e atrás dos serviços (44%). O setor dos serviços é mais dinâmico em telecomunicações, serviços financeiros e comércio, atendendo o consumidor final urbano. A proeminência recente do setor extrativo implicou poucas transformações. A atividade económica ocorre principalmente ao nível dos *inputs* primários, com pouco valor acrescentado, tanto nos processos a montante como a jusante. Durante a última década, à exceção da fábrica de alumínio Mozal, o setor industrial apresentou a menor taxa de crescimento, empregando apenas 2.8% da força de trabalho. Alguns estudos apontam para uma mudança do trabalho mais produtivo para atividades menos produtivas, como a agricultura. A capacidade produtiva média de Moçambique é hoje menor do que em 1975. De acordo com um relatório conjunto do Governo de Moçambique e da Universidade de Copenhaga, o país apresenta um dos mais baixos níveis de produtividade da África subsaariana, particularmente ao nível das PME, que constituem a maioria das empresas. Dados recentes indicam que a importação de produtos intermédios por parte das PME diminuiu entre 2006 e 2011, sinalizando uma possível diminuição de relações com as cadeias de valor globais (CVG).

A indústria do alumínio, no entanto, está bem integrada nas CVG através do megaprojeto Mozal. Fundado em 1999 como o primeiro megaprojeto do país, com um investimento inicial 1.34 mil milhões de USD, (aumentado para 2.2 mil milhões de USD em 2003), a unidade de fundição de alumínio é atualmente a segunda maior de África. O investimento na fábrica beneficiou das vantagens comparativas do país, tais como a sua posição geográfica favorável, a disponibilidade de energia elétrica a baixo custo (desde que fornecida por hidroelétricas de Moçambique), e os importantes incentivos fiscais. Além disso, Moçambique beneficiou das disposições da Convenção de Lomé com a União Europeia, o que permitiu a exportação de alumínio para a Europa livre de impostos.

Apesar do sucesso da Mozal, vários relatórios e estudos têm documentado a baixa receita fiscal gerada para o país, e as limitadas relações positivas com a economia nacional. Alguns estudos observaram um aumento de 5% no PIB, nos primeiros anos, mas um aumento de menos de 0.5% do rendimento nacional bruto. Atualmente 1 200 pessoas encontram-se diretamente empregadas na Mozal, das quais mais de 80% são moçambicanas, e o emprego indireto é superior a 10 000 trabalhadores. A Mozal criou um programa conjunto com o governo e agências de desenvolvimento – Mozlink – para promover conexões entre o projeto e os fornecedores moçambicanos, o qual alcançou algum sucesso. O maior impacto indireto do programa veio através da adoção por parte dos fornecedores nacionais de normas de certificação e de qualidade. O lançamento de programas semelhantes com outros megaprojetos não obteve o mesmo sucesso. Só recentemente foram conseguidos alguns progressos devidos à integração de Moçambique na cadeia de valor global. Em 2013, foi assinado um acordo entre a Mozal e a Midal Cabos, uma subsidiária dos Midal Cabos baseada no Bahrain, para criar a primeira unidade industrial de processamento de alumínio no país, a ser construída num parque industrial ao lado da fábrica Mozal.

Além do gás natural, eletricidade e alumínio, que representam mais de 66% das exportações, Moçambique exporta principalmente produtos agrícolas não transformados (castanha de caju, algodão, camarão, madeira e tabaco). A exportação de produtos manufaturados ou processados é baixa, e apenas 3% das PME são exportadoras, com a África do Sul a ser o principal destino de alimentos e bebidas, e produtos metálicos. A Ásia (China) proporciona um mercado para produtos



de madeira. Os principais obstáculos para a integração de Moçambique nas CVG são: i) a falta de recursos humanos qualificados, e ii) infraestruturas precárias que impedem a conectividade do país. Entre as PME, considerando o lançamento de exportações, os principais obstáculos indicados são a falta de conhecimento dos mercados potenciais, dificuldades de criação de canais de distribuição, e altas tarifas e barreiras não-tarifárias.

O desenvolvimento de uma rede de infraestruturas eficiente, juntamente com a criação de uma estrutura logística irá facilitar o comércio, particularmente na região da SADC, reforçando a posição de Moçambique como porta de entrada para países interiores tais como o Botswana, a Zâmbia, o Malawi e o Zimbabwe. No entanto, a zona de comércio livre também revela a falta de competitividade de Moçambique, especificamente, devido à baixa produtividade e à moeda atualmente supervalorizada.

As recentes descobertas de reservas de gás natural de grande escala que permitem a construção de uma fábrica de GNL, de grande dimensão e alto custo, juntamente com as extensas bacias de carvão que já estão a ser exploradas, abriram a possibilidade de desenvolvimento de produtos locais de valor acrescentado, como o ferro, a siderurgia, a energia, e a diversidade de indústrias relacionadas a hidrocarbonetos a jusante. O setor agrícola também apresenta boas oportunidades de agro-processamento, em particular, nas culturas mais desenvolvidas do caju, algodão e tabaco. O governo está a preparar a sua nova Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), centrada especialmente na industrialização do país, bem como numa política industrial específica. Estas são oportunidades para fortalecer a estrutura do país e para tirar proveito das cadeias de valor globais.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2014

Flávio A. Soares Da Gama / f.soaresdagama@afdb.org





SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- Em 2013, o crescimento real do PIB foi de 4.3%, abaixo do programado. A economia deverá crescer 4.8% em 2014, devido a um aumento moderado do investimento direto estrangeiro, em particular por parte dos parceiros bilaterais.
- O desempenho económico positivo levou o Banco Mundial a classificar São Tomé e Príncipe, em 2013, como um país de rendimento médio. Efetivamente, o rendimento nacional bruto *per capita* do país ultrapassou o ponto limite de 1 205 USD, pelo terceiro ano consecutivo.
- A companhia petrolífera francesa Total abandonou a exploração do bloco 1 da zona de desenvolvimento conjunto com a Nigéria, criando incerteza sobre a produção de petróleo em São Tomé e Príncipe. No entanto, de acordo com o governo, outras empresas petrolíferas continuam a manifestar interesse nesta área.

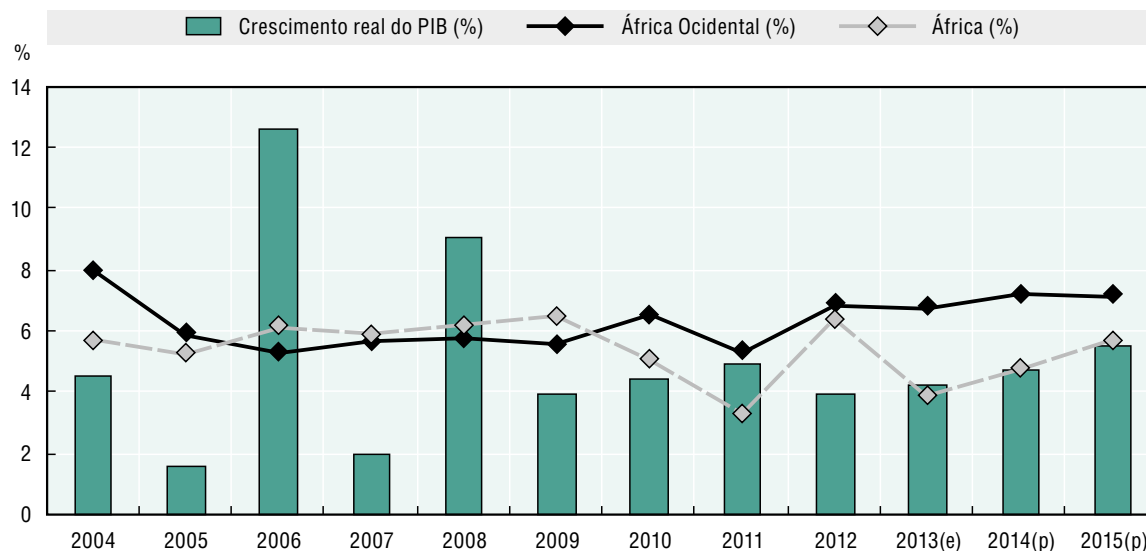
Visão global

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4.3% em 2013, comparado com 4% em 2012, um nível de crescimento que ficou abaixo da previsão inicial de 5.2%, para 2013. A médio prazo, a situação económica deverá melhorar ligeiramente, com o produto interno bruto (PIB) real projetado em 4.8% para 2014 e 5.6% para 2015, em grande parte devido ao aumento moderado do investimento direto estrangeiro (IDE), nomeadamente por parte de parceiros bilaterais. Em 2012, o setor de serviços continuou a ser a força motriz da economia, representando cerca de 60% do PIB, seguido pela agropecuária (22.5%). O desempenho económico do país foi classificado como satisfatório na segunda revisão da facilidade de crédito alargado (FCA) 2012-15, concluída com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que teve lugar em Setembro de 2013.

Em linha com o compromisso do governo de aumentar a transparência e a responsabilidade na gestão dos fundos públicos, em 2013, o orçamento do Estado foi implementado através do novo sistema de administração financeira SAFE-e. As infraestruturas (transportes e comunicações) representaram 21% da despesa total, embora o governo tenha continuado a prestar especial atenção às despesas do setor social, nomeadamente em matéria de saúde (8.8%) e educação (5.6%). Cerca de 93% das despesas de capital foram financiadas pela ajuda externa. O desempenho orçamental foi afetado pela redução das receitas fiscais, que caíram de um nível de 14% do PIB em 2012, para 13.1% em 2013. Contudo as despesas diminuíram para 16.6% do PIB em 2013, contra 17.4% em 2012, o que ajudou a melhorar as contas das finanças públicas. O défice primário interno está estimado em 6.3% do PIB em 2013, abaixo dos 10.1% registados em 2012. Em Setembro, o governo lançou o sistema informatizado SYDONIA para agilizar os procedimentos de desembaraço alfandegário, e melhorar os procedimentos de cobrança de receitas aduaneiras.

A emergência das cadeias de valor globais (CVG) representaria uma oportunidade extraordinária para São Tomé e Príncipe, permitindo ao país de aumentar o valor acrescentado das suas duas principais culturas de exportação, o cacau e o café. A falta de mão de obra altamente qualificada na indústria do cacau levou à exportação de matérias-primas, principalmente para a Europa, negando a São Tomé e Príncipe a possibilidade de beneficiar do segmento mais lucrativo da cadeia de valor do mercado de confeitaria – o processamento do cacau em chocolate. Nos últimos anos, com a construção de uma fábrica de chocolate, São Tomé e Príncipe iniciou o processamento local de sementes de cacau em chocolate. Tal situação não só aumenta o valor das exportações, como também gera emprego.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: Departamento de Estatística do BAD. Estimativas (e) e previsões (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconômicos

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	4.0	4.3	4.8	5.6
Crescimento real do PIB <i>per capita</i>	1.3	1.7	2.3	3.2
Inflação medida pelo IPC	10.6	8.5	7.9	8.1
Saldo orçamental, em % do PIB	-10.7	-6.9	-6.2	-5.1
Conta corrente, em % do PIB	-20.5	-18.4	-14.7	-13.9

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspectivas

O lento crescimento económico global está a afetar negativamente São Tomé e Príncipe, um país insular altamente dependente da ajuda externa. O crescimento real do PIB em 2013 foi revisado em baixa de 5.2% para 4.3%, e a previsão para 2014 também caiu de 5.8% para 4.8%. A revisão em baixa está associada a atrasos na execução dos projetos e às fracas perspectivas de financiamento de projetos para os setores público e privado. Outro fator reside no recente anúncio feito pela companhia petrolífera francesa Total de abandonar a exploração de petróleo no bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria. No entanto, o setor petrolífero deverá desempenhar um papel fundamental na economia nos próximos anos já que, de acordo com o governo, outras empresas petrolíferas continuam a manifestar interesse nesta área.

Um dos principais desafios enfrentados pela economia reside na geração de emprego produtivo. Apesar de uma taxa de crescimento global de 4.3% em 2013, este crescimento não tem sido inclusivo. O desemprego está estimado em quase 55%, e entre os que têm emprego, cerca de 40% possuem empregos precários. No entanto, São Tomé e Príncipe foi classificado pelo Banco Mundial em 2013 como um país de rendimento médio porque o seu Rendimento Nacional Bruto *per capita* ultrapassou o ponto limite de 1205 USD, pelo terceiro ano consecutivo.

Em 2013, o setor dos serviços (comércio grossista e a retalho; transportes, armazenagem e comunicações; imobiliário; administração pública e outros serviços) manteve-se como o motor do crescimento, tendo contribuído para cerca de 60% do PIB, seguido pelo setor agrícola com 22.5%. A inflação caiu para 8.5% em 2013 (de 10.6% em 2012), principalmente devido aos preços



mais baixos dos bens alimentares. Em Agosto de 2013, a inflação atingiu uma baixa recorde de 6.5%, abaixo dos 11.6% do ano anterior. O défice da conta corrente deverá melhorar de 20.5% em 2012, para 18.4% em 2013, devido a um ligeiro aumento das exportações. São Tomé e Príncipe, que comercializa principalmente com a Europa, não está bem integrado nos mercados regionais. O comércio regional dentro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) representou apenas 2% do comércio total.

O quadro económico de médio prazo é regido pela FCA 2012-15 assinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O futuro da produção de petróleo é incerto. Neste contexto, é importante lembrar que a Análise da Sustentabilidade da Dívida de 2008, realizada pelo Banco Mundial e pelo FMI, mostrou que, num cenário de ausência de petróleo e ajuste orçamental, os rácios da dívida pública - tanto o valor atual líquido (VAL) da dívida sobre o PIB como o VAL da dívida sobre as exportações - aumentarão em 2026 para 147% e 418%, respetivamente, colocando o país num alto risco de sobreendividamento.

São Tomé e Príncipe dispõe de estabilidade política e de elementos positivos para o desenvolvimento de negócios, tais como o acesso à propriedade pública. No entanto, fazer negócios pode ser um desafio. O estatuto geográfico do país como Estado insular afeta o ambiente de negócios. O desafio é agravado pela falta de infraestruturas físicas e pela existência de um sistema judicial débil. Em 2013, o ambiente de negócios foi afetado pela falta de reformas e dos esforços verificados em anos anteriores. No relatório *Doing Business* de 2013 do Banco Mundial, São Tomé e Príncipe caiu para a posição 169 entre 189 países em termos de facilidade de fazer negócios, abaixo da posição 163 alcançada em 2012.

O setor financeiro do país também é fraco e pouco desenvolvido, embora o governo continue a fazer esforços significativos para aumentar a estabilidade e reforçar a confiança no setor bancário. Cerca de 98% das instituições financeiras do país pertencem a grupos internacionais, tornando-as vulneráveis a choques exógenos. Em Setembro de 2013, a avaliação do Banco Central ao setor financeiro concluiu que houve um aumento no volume de empréstimos malparados de 19.6% em Março de 2011, para 22.45% em Junho de 2013, num contexto de fracas práticas de gestão de risco e de concessão de empréstimos.

Reforçar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos é fundamental para a agenda de reforma económica do governo. Em Agosto de 2013, o parlamento aprovou uma lei sobre o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo; tal foi reconhecido em Outubro pelo GIABA - Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental. A liberdade de expressão é geralmente respeitada na lei e na prática, em São Tomé e Príncipe. No relatório *Freedom in the World 2013* da *Freedom House*, o país obteve a pontuação 2 (numa escala de 1 a 7, onde 1 é o melhor e 7 o pior), ou seja, é um país livre, em ambos os indicadores: direitos políticos e liberdades civis. Esta situação é semelhante às classificações obtidas em 2012.

São Tomé e Príncipe não está em vias de atingir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de redução da pobreza extrema, igualdade de género e estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento. Os indicadores mostram que, em 2013, a taxa de alfabetização de pessoas com idades superiores a 15 anos foi estimada em 89%, comparado com 88% em 2011. A taxa bruta de matrículas no ensino primário (a proporção de crianças de qualquer idade matriculadas no ensino primário) é 136.1%, para uma taxa líquida (crianças em idade escolar primária) de 87.5%. No ensino médio, a taxa de escolarização bruta está estimada em 53.3%, e o rácio líquido em 35.3%. Além disso, 10.8% dos jovens com idades superiores a 5 anos nunca foram à escola, e 29.1% dos jovens entre 15-24 anos não estão nem na escola, nem no mercado de trabalho.



Tabela 2. PIB por sectores (em percentagem)

	2008	2012
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	19.2	22.5
Nomeadamente pesca		
Indústria extractiva	0.7	0.7
Nomeadamente petróleo		
Indústria transformadora	8.6	7.1
Electricidade, gás e água	2.9	1.9
Construção	9.7	8.0
Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração	27.0	28.5
Nomeadamente hotelaria e restauração	1.7	1.6
Transportes, armazenagem e comunicações	14.0	13.5
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	7.6	5.6
Serviços da administração pública	4.6	3.8
Outros serviços	5.7	8.4
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos factores	100	100

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

Durante o ano de 2013, o governo fez avanços significativos para conciliar as contas orçamentais. Foram tomadas medidas para garantir a conformidade com as leis fiscais, simplificar os procedimentos aduaneiros e controlar as despesas correntes, que caíram de 17.4% em 2012, para 16.6% do PIB em 2013. A 10 de Setembro de 2013, o governo lançou o *software* ASYCUDA (sistema automático de dados aduaneiros) para o setor externo ao serviço aduaneiro, a fim de sustentar a arrecadação de receitas, que em média foi de 16% do PIB entre 2010-12, e para simplificar os procedimentos administrativos.

O orçamento geral do Estado de 2013 está estimado de forma conservadora em 150 milhões USD, com 93% das despesas de capital financiadas pela ajuda externa. As infraestruturas (transportes e comunicações) continuam a ser o principal beneficiário, consumindo 21% da despesa total, embora a saúde e a educação também recebam atenção especial, com 8.8% e 5.6%, respetivamente. Numa revisão económica realizada em Setembro de 2013, no âmbito do programa Facilidade de Crédito Alargado 2012-15, com o FMI, o desempenho do governo foi avaliado como bom. O controlo prudente das despesas, e uma previsão cautelosa do orçamento geral de estado de 2014, são fundamentais tendo em vista as próximas eleições municipais e legislativas.

O desempenho orçamental foi afetado por uma redução das receitas fiscais de 13% do PIB em 2013, comparado com 14% em 2012. O declínio deveu-se ao fraco desempenho nos impostos sobre exportações, impostos sobre bens produzidos localmente e outros itens tributáveis, incluindo o imposto de selo. No entanto os donativos aumentaram de 17.4% do PIB em 2012, para 20.3% em 2013. O total das despesas e empréstimos líquidos também diminuiu de 44.2% em 2012, para 42.4% em 2013. Consequentemente, o défice primário interno está estimado em 6.3% do PIB em 2013, uma melhoria significativa relativamente aos 10.1% do PIB registados em 2012. Nos últimos anos, os empréstimos altamente concessionais de instituições multilaterais e os parceiros bilaterais, têm sido o caminho escolhido pelas autoridades para financiar o défice orçamental, dada a difícil posição da dívida do país.



A capacidade das autoridades para definir metas das receitas a três anos tem melhorado através da utilização do sistema de administração financeira SAFE-e, juntamente com o quadro da FCA 2012-15 para aumentar a eficiência no setor público. No entanto, apesar dos esforços do governo para equilibrar as despesas, o seu quadro de Responsabilidade Orçamental - desenvolvido para atacar os recorrentes défices orçamentais e aumentar a responsabilidade pública – teve, até agora, um impacto mínimo. O quadro tem como objetivo ajudar as autoridades a superar os atrasados comuns entre o tesouro, a empresa pública de eletricidade e água (EMAE), e a importadora nacional de combustível ENCO (Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos).

À medida que o governo continua os seus esforços no sentido da transparência e responsabilidade na gestão dos fundos públicos, são necessárias medidas ambiciosas para melhorar os relatórios das contas públicas, o que não ocorreu nos últimos anos. O relatório da conta geral do Estado de 2012 foi a última publicação feita pelo governo, de acordo com o Tribunal de Contas. Neste contexto, a assistência permanente do Banco Africano de Desenvolvimento, no âmbito do Projeto de Apoio à Gestão Financeira (PAGEF), ajudará as autoridades a publicar o relatório orçamental dentro do prazo legal.

Tabela 3. Operações financeiras do Estado (em percentagem) do PIB

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Receitas totais (inclui donativos)	71.6	38.1	37.1	33.5	35.5	33.3	33.7
Receitas fiscais	13.8	16.6	16.6	14.0	13.1	12.4	12.2
Receitas do petróleo	16.4	19.9	18.3	17.4	20.3	18.8	19.4
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	44.3	49.1	49.0	44.2	42.4	39.4	38.8
Despesas correntes	24.2	19.8	19.4	17.4	16.6	15.3	14.6
Sem juros	21.6	19.4	18.9	16.8	16.0	15.1	14.4
Salários	7.9	8.3	8.4	8.3	8.0	7.6	7.0
Pagamento de juros	2.6	0.4	0.5	0.6	0.6	0.2	0.1
Despesa de capital	20.2	29.2	29.6	26.8	25.8	24.4	25.4
Saldo primário	29.8	-10.5	-11.4	-10.1	-6.3	-6.0	-5.0
Saldo global	27.2	-11.0	-12.0	-10.7	-6.9	-6.2	-5.1

Nota: a. Somente os itens principais são relatados

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

A execução da política monetária, em São Tomé e Príncipe baseia-se numa taxa de câmbio fixa da dobra ao euro. A inflação caiu de 10.6% em 2012, para 8.5% em 2013, principalmente em resultado de preços mais baixos dos bens alimentares. Mas a inflação atingiu 10.7% em Abril de 2013, contra 8% no mesmo período em 2012. Esta foi o resultado de interrupções nos transportes marítimos e da fraca capacidade de absorção do porto, já que uma parcela significativa de bens é importada da Europa. Em Agosto de 2013, a inflação atingiu uma baixa recorde de 6.5%, face aos 11.6% no período homólogo de 2012.

Para complementar os esforços do governo no sentido do crescimento inclusivo, em 2013, o Banco Central manteve a taxa básica de juros inalterada em 14%. Isto é visto como uma medida para incentivar os bancos comerciais locais a baixar as suas taxas de empréstimo, que atualmente estão em 24%-26%, a fim de impulsionar o setor privado e criar oportunidades para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME).

A reformulação, em 2012, das Normas de Aplicação Permanente (NAP) do Banco Central, um regulamento criado pelo banco para o sistema financeiro em “Acesso ao Mercado e Cobertura Forex”, ajudou a diminuir a pressão sobre as reservas cambiais. O nível das reservas externas manteve-se alto em 4 meses de importações (37.7 milhões de USD). Em 2013, a elevada massa monetária diminuiu para 11.5%, que compara com os 20.3% registados em 2012. Enquanto o crédito à economia deverá atingir 9.4% em 2013, mais do que os 7.6% inicialmente previsto,



o Banco Central manteve as exigências em vigor para os bancos comerciais não lucrativos, e manteve o rácio de adequação de capital acima de 10%.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A integração eficiente de São Tomé e Príncipe na comunidade económica regional é limitada pela insularidade do país e pela falta de infraestruturas desenvolvidas. A adesão plena do país à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) ainda tem de mostrar resultados. A maior parte do comércio exterior acontece com a Europa, em particular com Portugal para as importações e com a Holanda para as exportações, e as trocas com a região CEEAC representaram apenas 2% do comércio total. O governo ainda está a usar a estrutura tarifária habitual de cinco bandas tarifárias CEEAC e também eliminou as tarifas de exportação a fim de evitar a evasão fiscal e as barreiras não-tarifárias. As tarifas estão organizadas em 5486 itens e cobrem cinco bandas: 0%, 5%, 10%, 20% e 30%.

O governo ratificou todos os acordos de protocolo previstos no âmbito da sua participação na CEEAC e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As negociações sobre a livre circulação de pessoas nos países membros da CPLP já começaram, e o governo lançou um pedido de visto eletrónico para permitir conceder vistos aos visitantes à entrada na fronteira. Mas a transposição eficiente a nível nacional desses protocolos tem sido prejudicada pela fraca capacidade institucional. Com o apoio dos seus parceiros do desenvolvimento, nomeadamente o Grupo Banco Mundial, o governo implementou a primeira fase do SYDONIA para o controle interno dos serviços aduaneiros. A segunda fase do SYDONIA, para a criação de um balcão único para o setor externo, entrou em vigor em Setembro de 2013, com o objetivo de eliminar procedimentos complexos e facilitar o comércio.

No que diz respeito à integração financeira regional, o país não tem os instrumentos financeiros necessários para facilitar este processo. No entanto, registaram-se esforços para melhorar o setor financeiro com o lançamento do programa Dobra 24, um sistema ATM, para o uso de cartões de crédito nacionais. O sistema ainda não é capaz de acomodar a utilização de cartões de crédito internacionais.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2005	2010	2011	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Balança comercial	-28.2	-42.4	-42.5	-37.3	-32.0	-27.2	-24.1
Exportações de bens (f.o.b.)	5.5	5.4	4.4	6.1	6.9	7.9	10.2
Importações de bens (f.o.b.)	33.8	47.8	46.9	43.5	38.9	35.1	34.3
Serviços	-6.9	-5.4	-5.3	-2.6	-2.8	-2.9	-3.6
Rendimento dos factores	-1.6	-0.2	-0.2	-0.8	-0.8	-0.9	-0.6
Transferências correntes	27.0	25.0	21.1	20.3	17.3	16.4	14.5
Saldo da conta corrente	-9.8	-23.0	-26.8	-20.5	-18.4	-14.7	-13.9

Fonte: Dados do Banco Central e das autoridades nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

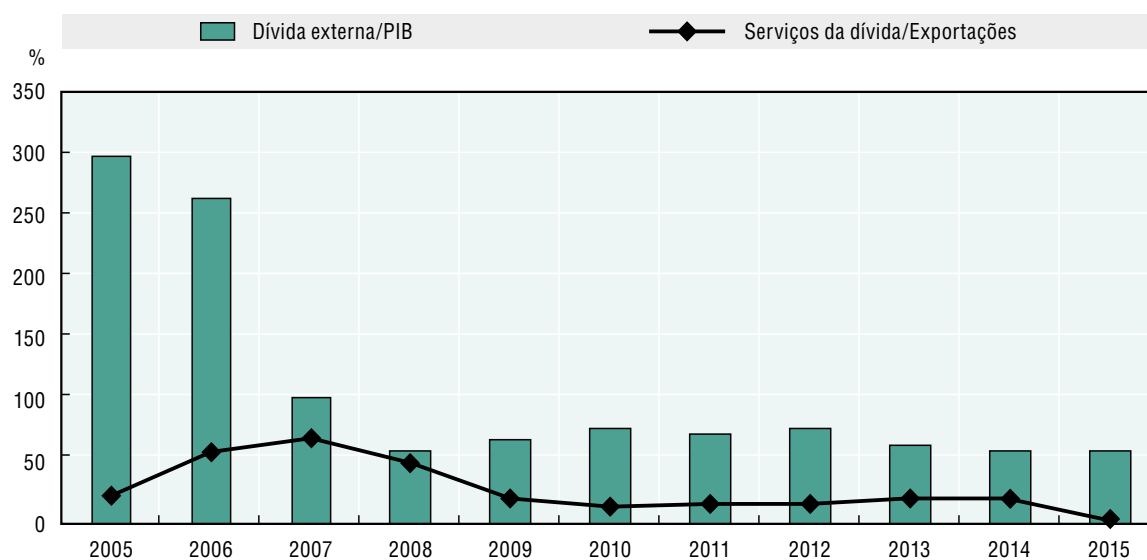
Tendo em conta o elevado nível de endividamento do país, o governo continua a exercer um controlo prudente da despesa, combinado com medidas restritivas de política macroeconómica. Nos últimos anos, o governo tem feito esforços significativos para reduzir o stock da dívida do país. O stock da dívida foi estimado em 360 milhões de USD em 2006, antes de São Tomé e Príncipe ser qualificado para o alívio da dívida no âmbito da iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). A dívida diminuiu desde a qualificação, e no final de Junho 2013 foi estimada em 222.4 milhões de USD. Desse total, 40.4 milhões de USD é devida aos doadores multilaterais e 182 milhões de USD a credores bilaterais. Portugal continua a ser o credor bilateral de referência (41.8 milhões de USD), seguido de Angola (23 milhões de USD), enquanto a Nigéria (30 milhões



de USD) é o principal credor de curto prazo. A Argélia perdoou a dívida de São Tomé e Príncipe. A dívida pendente do país ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) situava-se em cerca de 2.1 milhões de USD em Junho de 2013.

Uma avaliação da sustentabilidade da dívida realizada em 2008 pelo Banco Mundial e pelo FMI indica que o risco associado à não-sustentabilidade da dívida externa do país permanece alto, apesar de beneficiar da iniciativa HIPC. Para lidar com o alto risco de sobreendividamento do país, foi aprovada uma nova Lei de Gestão da Dívida Pública, em Abril de 2012, com o apoio do Banco Mundial e do *Debt Relief International* (DRI). A lei define um quadro estratégico e estabelece responsabilidades e estruturas de governação no seio do Gabinete da Dívida Pública (GDP). A coordenação entre o Gabinete e as outras agências tem melhorado nos últimos anos, e toda a informação relacionada com a dívida é enviada para o GDP. Em Janeiro de 2013, o governo empreendeu duas medidas legais adicionais relacionadas com a gestão da dívida pública.

Figura 2. Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

São Tomé e Príncipe goza de estabilidade política - um ingrediente-chave para o desenvolvimento de negócios. A legislação permite o acesso à propriedade pública e o envolvimento em atividades de empresas privadas, exceto as reservadas ao Banco Central e às forças de segurança e militares. No entanto, fazer negócios em São Tomé e Príncipe pode ser um processo complicado. Para além da insularidade do país, outros fatores que afetam negativamente o ambiente de negócios incluem a falta de infraestruturas físicas e um sistema judicial fraco. São também necessárias melhorias nas áreas da informação, divulgação, e acesso ao crédito, resolução de insolvências e elevado custo da eletricidade. Estes fatores contribuíram para o baixo *ranking* de São Tomé e Príncipe no relatório *Doing Business 2013*, do Banco Mundial. A classificação do país caiu para 166 entre 189 países em termos de facilidade de fazer negócios, abaixo da posição 163 ocupada em 2012.

São necessários esforços consideráveis em várias áreas. Por exemplo, o país está classificado na 103ª posição entre 189 países em termos de facilidade de obtenção de autorizações de construção. Além disso, São Tomé e Príncipe aumentou o custo de obtenção de licenças de construção, aumentando as taxas, de acordo com o relatório do Banco Mundial. Também são



necessários esforços no sentido de simplificar a resolução de disputas comerciais: o país ocupa o 183º lugar entre 189 países em termos de facilidade de execução de contratos. No entanto, têm sido feitos progressos noutras áreas. Para complementar as reformas implementadas nos últimos anos, as autoridades, lançaram em Setembro de 2013 uma janela única para o setor externo, introduzindo o sistema SYDONIA nos serviços aduaneiros. Este passo, dado com a ajuda da Corporação Financeira Internacional e do *Investment Climate Facility*, ajudará a harmonizar as políticas e os procedimentos, a reduzir os custos de transporte de importação/exportação, e a melhorar a coordenação entre os ministérios. A atribuição de uma licença de exploração para o gigante de telecomunicações angolano *Unitel* foi outra medida empreendida pelo governo.

Setor financeiro

O setor financeiro de São Tomé e Príncipe é composto por oito instituições financeiras: uma está autorizada a participar na banca de investimentos, duas são instituições financeiras não-bancárias e cinco são bancos comerciais. No entanto, o setor financeiro está pouco desenvolvido e precisa de melhorias. A vulnerabilidade do setor a choques exógenos está sobretudo relacionada com o facto de apenas duas destas instituições financeiras terem participação do Estado, enquanto seis são propriedade estrangeira. A participação de capital estrangeiro no setor equivale a 98%.

Em Setembro de 2013, a avaliação levada a cabo pelo Banco Central ao setor concluiu que houve um aumento do volume de empréstimos improdutivos no contexto de uma fraca cultura de empréstimo e de uma má gestão do risco. O Banco Central assumiu o controlo de um dos bancos comerciais, que não cumpriu com os regulamentos de gestão do setor financeiro.

O acesso aos serviços financeiros é limitado devido à ausência de sistemas de pagamento e de câmaras de compensação. Através de reformas iniciadas em 2007, o Banco Central efetuou mudanças significativas, tanto para a supervisão prudencial e comportamental, como para o aumento do capital mínimo exigido para exercer atividades bancárias no país, em cerca de 200%. A falta de dados torna difícil estimar a percentagem da população e de PME que têm acesso ao crédito.

Gestão do setor público, instituições e reforma

A complexa burocracia continua a impedir a eficiência do setor público em São Tomé e Príncipe. Tal impacta negativamente a prestação de serviços, e são necessárias reformas urgentes. A situação é agravada pelo baixo nível de salários no setor público: o salário médio mensal está atualmente estimado em 100 euros. Isto conduz a atritos, levando os funcionários públicos a procurarem oportunidades de trabalho melhor remuneradas no setor privado. No entanto, as autoridades têm vindo a fazer esforços para aumentar os níveis remuneratórios, dentro das limitações orçamentais atuais e dos desafios económicos globais que o país enfrenta.

Reforçar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos está no centro da agenda de reformas económicas do governo. Para melhorar ainda mais a transparência e a prestação de contas, em Agosto de 2013, o parlamento aprovou uma nova lei para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Tal foi reconhecido a 21 de Outubro de 2013 pelo GIABA, Grupo Inter-Governamental de Ação Contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental.

A Constituição do país oferece um quadro jurídico relativo ao direito de propriedade, embora a execução dos contratos seja complicada, demorada e cara. Um novo código, aprovado em Agosto de 2012, passou a regular os direitos legais de propriedade no país. Quanto aos direitos civis, a liberdade de expressão é geralmente respeitada na lei e na prática. No relatório *Freedom in the World 2013*, da *Freedom House*, São Tomé e Príncipe alcançou a pontuação 2 (numa escala de 1 a 7, onde 1 corresponde a melhor e 7 a pior), ou seja, trata-se de um país livre, em ambos os direitos políticos e liberdades civis.



Gestão de recursos naturais e ambiente

O governo ratificou as seguintes convenções ambientais internacionais: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação. Consciente dos desafios ambientais, o governo desenvolveu legislação ambiental a nível nacional, mas a falta de recursos para implementar essas leis é motivo de preocupação. As leis incluem: i) lei (n.5/2001) sobre desflorestação; ii) lei (n.6/2006) do Parque Natural de Obô em São Tomé, e lei (n.7/2006) no Parque Natural Obô no Príncipe; iii) decreto (n.36/1996) sobre resíduos; iv) lei (n.11/1999) sobre a conservação da fauna, flora e áreas protegidas; v) decreto (n.35/1999) sobre a extração de materiais inertes (areias); vi) lei (n.9/2001) sobre pescas e espécies marinhas.

Os desafios ambientais enfrentados por São Tomé e Príncipe incluem a subida do nível das águas do mar e o problema global das mudanças climáticas. No futuro, a implementação da lei básica ambiental, adoptada em 1999, é crucial para o governo. A lei especifica que todos os cidadãos têm o direito a um ambiente verde equilibrado. Uma visão estratégica para o setor, incluída no programa de desenvolvimento nacional, tem como alvo o problema da desflorestação. O programa assenta nos seguintes eixos: i) uma abordagem coordenada para lutar contra a desflorestação ilegal; ii) o reforço da capacidade dos guardas florestais e do seu equipamento de um modo que lhes permita exercer as suas funções de forma eficiente; iii) promover a consulta à comunidade sobre o impacto da desflorestação.

Contexto político

São Tomé e Príncipe tornou-se independente a 12 de Julho 1975 e, depois de um período de governo de partido único, tem sido uma democracia multipartidária desde 1990. O país realiza eleições presidenciais, parlamentares, municipais e regionais de forma regular e pacífica.

Após as tensões em torno de várias questões, o governo entrou em colapso no último trimestre de 2012 e Gabriel Costa foi nomeado primeiro-ministro. O novo governo de coligação - formado por 10 membros, incluindo duas mulheres - tem sido confrontado com sérios desafios, desde que tomou posse no início de 2013, que incluem: i) meios financeiros limitados para a execução do orçamento do Estado de 2013; ii) a reforma do sistema judicial com uma proposta para criar um Conselho Nacional de Justiça; iii) ameaças frequentes por parte das associações sindicais dos trabalhadores de entrar em greve. Para agravar estes desafios existe o risco de aumento da impaciência entre os cidadãos devido a possíveis atrasos na produção de petróleo após a Total, a gigante petrolífera francesa, ter anunciado o abandono da exploração de petróleo no bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a Nigéria. A produção está prevista começar em 2015/16.

No que diz respeito à governação política, São Tomé e Príncipe ocupa o 11º lugar, entre 52 países, no Índice Ibrahim 2013 de Governação em África. Ocupa o 1º entre os 8 países da África Central e o 2º entre os 5 países de língua portuguesa, com uma pontuação de 59.9 em 100 pontos possíveis. No entanto, o relatório indica que é necessária uma melhoria significativa na gestão pública, com o país a situar-se no 46º lugar entre os mesmos 52 países. Quanto à corrupção, São Tomé e Príncipe ocupa o 72º lugar entre 177 países no Índice de Perceção da Corrupção, da Transparência Internacional, o mesmo lugar que ocupava em 2012.

Contexto social e desenvolvimento humano

Formação de recursos humanos

O acesso equitativo a serviços sociais básicos por toda a população é uma prioridade fundamental para o governo de São Tomé e Príncipe, como reiterado nos documentos quadro do desenvolvimento 2013-16. No entanto, muitos desafios ainda persistem. A estratégia nacional de saúde integra programas para a proteção dos encargos financeiros na doença, mas a sua aplicação



é motivo de preocupação. As taxas de mortalidade infantil diminuíram para cerca de 30 óbitos por cada 1 000 nados vivos em 2013, em comparação com 54.2 óbitos por cada 1 000 nados vivos em 2001. A taxa de desnutrição registava 25% em Novembro de 2013, de acordo com dados do Ministério da Saúde; sendo esperado que diminua para 14% em 2018. Enquanto isso, o país está a obter progressos na direção do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de educação primária universal.

O governo implementou várias reformas com o objetivo de reduzir os níveis de desnutrição e mortalidade infantil, e para prevenir doenças. Tais reformas incluem: i) o apoio às famílias em situação de extrema pobreza; ii) um programa de alimentação escolar; iii) um programa de vacinação; iv) um programa de saúde reprodutiva, que inclui mulheres grávidas. Os desafios que impactam negativamente o segmento mais vulnerável da população incluem: i) o fraco poder de compra; ii) a baixa taxa de emprego; iii) as famílias com muitos filhos; iv) a baixa produtividade; v) a falta de acesso ao crédito.

O governo colocou em prática políticas para a prevenção e tratamento do HIV/SIDA, a tuberculose e a malária, incluindo a criação de uma unidade do Ministério da Saúde responsável pela prevenção, o tratamento e campanhas de sensibilização. Esse esforço é complementado por algumas ONG nacionais e internacionais, incluindo a Cruz Vermelha.

Em 2013, a taxa de alfabetização de pessoas com idades superiores a 15 anos foi estimada em 89%, acima dos 88% registados em 2011. A taxa bruta de matrículas no ensino primário (a proporção de crianças de qualquer idade que estejam matriculadas na escola primária) é 136.1%, para uma taxa líquida (crianças em idade escolar primária) de 87.5%. No ensino médio, a taxa de escolarização bruta está estimada em 53.3% e a taxa líquida em 35.3%. Além disso, 10.8% dos jovens com idades superiores a 5 anos nunca foram à escola, e 29.1% dos jovens entre 15-24 anos não estão nem na escola, nem no mercado de trabalho.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

O governo não está no caminho certo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio nos indicadores de pobreza extrema, de igualdade de género e de estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento. Com base no perfil da pobreza de 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 49.6% da população vive abaixo da linha de pobreza e 15.9% em extrema pobreza, em comparação com 53.8% e 19.2%, respetivamente, em 2001. A incidência da pobreza é maior para as mulheres (71.3%) do que para os homens (63.4%). Os bairros mais afetados são Caué, Lemba, Agua-Grande, Lobata e ilha de Príncipe. A alta incidência da pobreza nas zonas rurais tem levado um número significativo de trabalhadores rurais a migrarem para a cidade. Essa migração também pode estar ligada à insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, menos de 20% dos residentes estão satisfeitos com a sua habitação no que diz respeito ao acesso a água potável, recolha de lixo, drenagem de águas pluviais e fornecimento de energia elétrica.

O governo tem uma estratégia de proteção social em vigor (Lei 07/2004), mas a sua implementação está atrasada devido à falta de recursos financeiros. A legislação prevê a reforma e benefícios de compensação a ser recebidos da Previdência Social com base no número de anos dedicados ao serviço público. Esse benefício equivale a 100 000 STD (dobras de São Tomé e Príncipe), cerca de 4 euros, por mês. Quanto aos idosos que não contribuíram para o plano de reforma durante a sua vida ativa, receberão subsídios mensais no valor de 70 000 STD. Atualmente existem cerca de 3 050 pessoas beneficiárias do programa, contra 7 000 inscritos no mesmo; a significativa disparidade demonstra a necessidade de estender o apoio à parcela mais carente da população. Várias ONG, entre elas a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha, recebem assistência financeira do departamento de Proteção Social (250 000 STD no primeiro semestre de 2013) e estão a prestar assistência a pessoas idosas. O governo também instituiu políticas



comunitárias, tais como refeições quentes para a sobrevivência infantil, promoção da saúde, e subsídios para as mães com mais de três filhos, para o que conta com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento.

Embora o país tenha ratificado várias convenções internacionais no que diz respeito ao mercado de trabalho, incluindo as convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre o trabalho infantil, são necessários esforços significativos para a sua implementação. No entanto, existe legislação para proteger os interesses dos trabalhadores, conforme descrito na Lei 6/92, que estabelece o regime jurídico dos trabalhadores dos setores público e privado. As tendências dos principais indicadores do mercado de trabalho, em 2013, confirmam os limites estruturais da economia nacional. A criação de emprego é fraca, com o desemprego estimado em 54.9%. Dos empregados, 40.6% correspondem a empregos precários.

Igualdade do género

O governo criou uma estratégia nacional para a igualdade de género e uma resolução sobre a participação da mulher na vida civil e política (n-74/VIII/09). No entanto, existem diferenças de género, com mais mulheres do que homens a viverem na pobreza, e as mulheres a registarem menor probabilidade que os homens de conseguir emprego. Estes problemas são mais graves nas zonas rurais do que nas urbanas.

A Constituição, revista em Janeiro de 2003, prevê direitos semelhantes para todos os cidadãos e proíbe a discriminação por motivos sociais, políticos ou religiosos. O direito à integridade pessoal, à escolha da profissão, e o direito ao trabalho e ao voto estão previstos na Constituição. Da mesma forma, a lei da nacionalidade (mulheres casadas com estrangeiros) não discrimina as mulheres, e o código penal condena crimes sexuais. Embora a legislação proíba qualquer tipo de violência (artigo 22º da Constituição), a sua aplicação tem sido um desafio, porque as forças de segurança nacional não têm os meios e equipamentos necessários para dar resposta rápida às necessidades.

Análise temática: Cadeias de valor globais e industrialização em África

A emergência de cadeias de valor globais (CVG) representa uma oportunidade extraordinária para São Tomé e Príncipe, um pequeno Estado insular da costa da África Central, que conseguiu a sua independência de Portugal a 12 de Julho de 1975. As CVG têm potencial para aumentar o valor das duas principais culturas de exportação do país: o cacau e o café. Isso pode trazer grandes benefícios para um país insular, onde quase metade da população vive na pobreza. De acordo com o perfil da pobreza 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 49.6% da população vive abaixo da linha de pobreza e 15.9% em pobreza extrema, em comparação com 53.8% e 19.2%, respetivamente, em 2001. Além do cacau e do café, que representam mais de 80% do total das exportações, o setor do turismo tornou-se um motor de crescimento nos últimos anos. O país também tem um potencial significativo no setor agrícola, e a descoberta de petróleo elevou as expectativas de crescimento.



São Tomé e Príncipe ainda está nos estágios iniciais de acesso às CVG e na integração nas redes globais de produção. Atualmente, o cacau e o café em grão produzidos em São Tomé e Príncipe são exportados para a Europa em bruto ou torrado e embalado. Isto retira ao país a parte mais rentável da cadeia de valor do mercado de confeitaria - a transformação do cacau em chocolate. Estima-se que os produtores da África Ocidental recebem apenas 3.5% a 6.0% do valor final de uma barra de chocolate, dependendo da percentagem de teor de cacau. Nos últimos anos, após a construção de uma pequena fábrica de chocolate, o país tem conseguido algum processamento de cacau em chocolate. Isto não só agrega valor ao cacau cru e permite um preço mais elevado, como também gera emprego. São Tomé e Príncipe também tem abundância de frutas exóticas e tropicais. No início de 2013, uma pequena empresa que processa sumos de frutas, a Naturalismo, iniciou as suas operações no país.

Como economia insular, o país tem abundância de peixe e de recursos marinhos, e nos últimos anos o setor das pescas tem registado um alto nível de investimento por parte do governo. Os operadores privados têm sido incentivados a entrar no setor de processamento de peixe a fim de produzirem produtos para exportação, principalmente para destinos europeus. No entanto, a maioria do peixe de São Tomé e Príncipe continua a ser processado no exterior, dificultando o potencial do país para agregar valor e criar emprego. A falta de mão de obra altamente qualificada também dificulta a participação do país nas CVG.

A médio e longo prazo, São Tomé e Príncipe necessita desenvolver as suas vantagens comparativas no cacau, café, frutas tropicais e recursos marinhos para poder beneficiar das CVG. Existe uma necessidade crítica para o investimento futuro em pesquisa e desenvolvimento, bem como nos serviços pós-venda ao cliente. Além do mercado europeu, a região da África Central tem grande potencial para relações via CVG, o que permitiria que São Tomé e Príncipe pudesse beneficiar da sua integração na região. A China/Taipé Chinês também representam uma oportunidade significativa para ligações às CVG.

Além disso, existem perspetivas positivas de São Tomé e Príncipe se tornar um país rico em petróleo, com o início da produção de petróleo prevista para 2015/16. A boa governação e gestão prudente dos recursos petrolíferos do país serão uma oportunidade ímpar para a transformação estrutural da economia. A pesquisa e desenvolvimento já começaram, e foram concedidos contratos de exploração. Com a esperada produção a breve prazo de petróleo, também é aconselhável as autoridades investirem fortemente no processamento de recursos para beneficiar plenamente do stock de recursos naturais do país.

No entanto, a economia não diversificada do país apresenta ao governo vários desafios-chave que poderiam inibir a efetiva implementação da sua agenda de crescimento e impedi-lo de capitalizar o potencial das CVG. Esses desafios incluem: i) débeis infraestruturas de desenvolvimento (por exemplo, estradas, ferrovias e portos e aeroportos para o acesso aos mercados externos); ii) dificuldade de acesso ao crédito; iii) um sistema jurídico débil; iv) o pequeno tamanho do país e o baixo nível de consumo local. Estes desafios são agravados pela exposição de São Tomé e Príncipe a choques exógenos, devido à sua elevada dependência da ajuda externa. Possíveis ameaças à participação nas CVG poderiam determinar uma diminuição na já fraca mobilização de recursos internos, em particular as receitas fiscais e a volatilidade do fluxo de comércio, como resultado de mudanças na estratégia das instituições financeiras internacionais.



De acordo com o estudo do Banco Africano de Desenvolvimento sobre a insularidade e o custo da insularidade em São Tomé e Príncipe, concluído em Julho de 2010, os obstáculos acima indicados afetam o potencial de participação do país nas CVG. As conclusões do estudo apontaram o seguinte:

- **Agricultura:** o cacau biológico tem um interesse económico significativo. Assim, a redução ou eliminação de custos adicionais de transporte e de produção relacionados com a insularidade vai aumentar substancialmente o rendimento dos produtores.
- **Pescas:** É importante para o país investir na viabilidade económica da sua indústria de atum para exportação. Como um estudo do Programa Alimentar Mundial, em 2009 relatou: “O custo médio das embalagens à saída da fábrica é de cerca de 2 500 euros/tonelada, dos quais 1 200 euros representam a matéria-prima parcialmente pescada na Zona Económica Exclusiva de STP, 200 euros custos do trabalho e 300 euros custos de consumo intermédio”.
- **Turismo:** São Tomé e Príncipe precisa de: i) desenvolver legislação, com vista a manter o equilíbrio do ecoturismo, tendo em conta a especificidade insular do país, a fim de evitar o turismo descontrolado; ii) realizar a formação necessária; iii) preparar medidas de promoção; iv) melhorar as infraestruturas, saúde e condições de higiene. Vale a pena notar que o turismo continua a ser uma atividade de capital intensivo (o investimento necessário para a operação é mais elevado, em comparação com o volume de negócios esperado, por um fator de 2 a 3), de acordo com o estudo sobre a insularidade.
- **Construção:** O estudo constatou que o custo total de construção de uma casa de 200 m² é de cerca de 300 000 USD, ou seja, 1 500 USD/m². Os bens importados representam uma parcela significativa de materiais (cimento, tijolos, canalização, pintura, etc.) Assim, melhorar o planeamento da construção, a diversificação dos mercados fornecedores e a formação será benéfico para o país.



Perspetivas económicas em África 2014

Edição regional: Países Africanos da CPLP

Angola

Cabo Verde

Guiné-Bissau

Moçambique

São Tomé e Príncipe

O relatório completo está disponível em:

www.africaneconomicoutlook.org/po

